



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 041.3.55.O

DATA: 22/03/17

TURNO: Matutino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h32min

TÉRMINO: 15h40min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 41ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 22 de março de 2017.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 9 HORAS E 32 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 52 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.



O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, colegas Parlamentares, gostaria de fazer um registro muito especial na manhã de hoje, nesta Sessão Extraordinária. Ontem, no Distrito de Rincão Del Rey, no Município de Rio Pardo, no interior do Rio Grande do Sul, ao lado da minha terra natal, Santa Cruz do Sul, começou a 17ª EXPOAGRO AFUBRA, a maior feira do Brasil voltada para a agricultura familiar. Há muita tecnologia, muito equipamento, muita palestra, muito debate e muito conhecimento, na busca da diversificação da agricultura.

Nossa região, historicamente, era conhecida como região da monocultura do tabaco. A fotografia hoje é totalmente diferente.

Portanto, parablenizo a Associação dos Fumicultores do Brasil — AFUBRA por essa EXPOAGRO e também por ter completado ontem 62 anos de atuação. Foi fundada em 21 de março de 1955. São 6 décadas em defesa dos agricultores, dos produtores de tabaco, do seguro mútuo, do qual todos participam, e, quando há alguma intempérie, os agricultores são indenizados.

Parablenizo também a AFUBRA por outros tantos programas sociais, como o recolhimento das embalagens, o recolhimento do óleo saturado, pelo Projeto Verde é Vida, por a criança na escola, enfim. É uma entidade que está esparramada pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Inclusive, na feira, há um estande especial para a agricultura familiar e para a agroindústria e outro, especialíssimo, ocupado pelas escolas integrantes dos programas, com alunos dos três Estados mostrando seus experimentos.

Portanto, felicitações à AFUBRA, parabéns pela EXPOAGRO e um grande abraço a todos que se dedicam a produzir o pão nosso de cada dia.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

V.Exa. permite a divulgação deste pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*?

O SR. HEITOR SCHUCH - Por favor.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero desta tribuna agradecer publicamente a homenagem que recebi, neste mês de março, da Organização das Nações Unidas — ONU, através da exposição *Lembre-se da Escravidão: Reconhecendo o Legado e as Contribuições de Pessoas de Ascendência Africana*, que tem como objetivo lembrar as vítimas da escravidão e o tráfico de escravos e conscientizar e combater o racismo e todo e qualquer tipo de preconceito no mundo.

Nesse sentido, o nosso trabalho em combate ao racismo, pelo fim de assassinatos de jovens negros e da violência contra a mulher negra, foi lembrado pela ONU, e, de forma simbólica, uma foto minha está em exibição no Salão dos Visitantes das Nações Unidas, em Nova York, ao lado de grandes e queridas personalidades negras como Martin Luther King Jr. e Muhammad Ali.

Agradeço muito à ONU Internacional por essa homenagem e projeção do nosso trabalho, pois essa ação, de forma tão espontânea, sinaliza que estamos no caminho certo, sempre na luta por respeito, igualdade e justiça social.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Robinson Almeida por até 2 minutos, e depois ouviremos o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje faço uma referência ao Dia Mundial da Água, esse bem precioso da humanidade que está ameaçado não só por práticas de intervenção desastrosa na natureza, sem a preservação de mananciais, de nascentes, como por uma política predatória de desenvolvimento. Por outro lado, sofre a ameaça de chegar à casa de cada cidadão por políticas privatizantes que visam à exclusão do acesso à água e do seu consumo em proveito de lucros e interesses privados.

Em Salvador, às 15 horas, acontece o XVII Grito da Água, com o tema *Rio, vida que não pode seca!*. É a maior manifestação popular da América Latina, que acontece há 17 anos, em defesa desse bem coletivo e do meio ambiente.

Venho saudar o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia — SINDAE, organizador desse ato em Salvador, e todas as entidades e lideranças que vão marchar hoje, do Campo Grande à Praça Castro Alves, pela preservação dos recursos hídricos e garantia de água universalizada.

Aproveito para destacar a importância dos investimentos em saneamento básico e infraestrutura que o Governo do Estado vem realizando para levar água e mais dignidade ao povo baiano, como é o caso do Programa Água para Todos, maior investimento em abastecimento da história da Bahia, que teve início no Governo de Wagner, e as ações seguem na gestão do Governador Rui Costa.



Gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, por 2 minutos.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda-feira eu tive a satisfação de me reunir na Capital Bandeirante com o Prefeito João Doria e representantes da bancada paulista aqui do Congresso Nacional.

Nesta oportunidade, fomos formalizar ao Prefeito Doria a indicação que fizemos, enquanto bancada, de emenda impositiva de 50 milhões para a saúde do Município de São Paulo.

Desta feita, Sr. Presidente, eu fiquei impressionado com a prestação de contas, com as manifestações que nos foram feitas pelo Prefeito Doria e sua equipe, exatamente na data em que se completavam 80 dias de seu mandato. Fomos informados sobre 40 novos programas ou novas iniciativas da sua administração — uma nova iniciativa, um novo programa, portanto, a cada 2 dias. Trata-se de uma administração dinâmica.

Eu quero aqui registrar com muita satisfação a grande expectativa e a grande esperança que nós paulistas temos nesta administração e gestão do Prefeito Dória, que tem inspirado toda uma geração de novos gestores, dando respostas prontas, imediatas, e buscando, com criatividade, na iniciativa privada, as parcerias que possam garantir que a máquina do Estado continue servindo com qualidade à população que mais dela precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, por até 2 minutos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento que preparei sobre o dia de hoje, 22 de março, Dia Mundial da Água.

Nós estamos celebrando esse dia importante, mas é necessário também destacar algumas contradições. Meu Estado de Minas Gerais, por exemplo, é chamado muitas vezes de “a caixa d’água do Brasil”. Entretanto, nós sofremos com sérios problemas na Bacia do Rio São Francisco, no norte do Estado, na Bacia do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri e, sobretudo, no Vale do Rio Doce, que teve toda a sua bacia contaminada por ocasião do desastre ambiental de Mariana.

Espero que nós possamos fazer um esforço conjunto para recuperar a Bacia do Rio Doce, que se distribui pelo Estado de Minas Gerais e pelo Estado do Espírito Santo, ambos atingidos pelo desastre de Mariana.

Sr. Presidente, peço a divulgação de meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Sr. Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, sabemos que a água é um recurso essencial para a sobrevivência de todos os seres vivos. Ela atua mantendo nosso corpo hidratado, ajuda no transporte de



substâncias, funciona como solvente, regula nossa temperatura, participa de reações químicas, entre várias outras funções.

Apesar de nosso planeta ser repleto de água, estima-se que apenas 0,77% esteja disponível para o consumo humano em lagos, rios e reservatórios subterrâneos. Vale destacar, no entanto, que essa quantidade não está distribuída igualmente por todo o território e, conseqüentemente, existem locais onde esse recurso é considerado bastante valioso. Em virtude dessa desigualdade de distribuição, em várias regiões ocorrem verdadeiros conflitos por água.

Além da escassez de água em algumas regiões, enfrentamos ainda o problema da baixa qualidade. A poluição causada pelas atividades humanas faz com que a água, embora disponível, não esteja própria para o consumo. Estima-se que 20% da população mundial não tenha acesso a água limpa e, segundo a UNICEF, cerca de 1.400 crianças menores que 5 anos de idade morrem todos os dias em decorrência da falta de água potável, saneamento básico e higiene.

Diante da importância da água para nossa sobrevivência e da necessidade urgente de manter esse recurso disponível, surgiu o Dia Mundial da Água. Essa data, comemorada no dia 22 de março, foi criada em 1992 pela Organização das Nações Unidas — ONU e visa à ampliação da discussão sobre esse tema tão importante.

Como toda a população necessita da água para sua sobrevivência, em julho de 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou, através da Resolução A/RES/64/292, que água limpa e segura e saneamento básico são direitos humanos. Sendo assim, água de qualidade e saneamento básico passaram a ser um direito garantido por lei.



O uso racional da água e sua preservação são fundamentais para garantir qualidade de vida para a nossa geração e para as futuras. Várias regiões de nosso País estão em situação de crise hídrica.

Neste Dia Mundial da Água, não podemos nos esquecer do Rio Doce, contaminado pela lama tóxica da mineradora Samarco. Não podemos nos esquecer da luta do Presidente Lula e da Presidenta Dilma pela transposição do Rio São Francisco, levando água para o sertão do Nordeste.

Lula e Dilma estiveram neste domingo em Monteiro, na Paraíba, e receberam o reconhecimento do povo nordestino, que esteve em expressivo número agradecendo a eles por tudo que fizeram pelos brasileiros sobretudo por aqueles que tinham fome e sede e que, graças à inclusão social promovida por Lula e Dilma no Brasil, passaram a ter o que comer e o que beber.

Hoje, Sr. Presidente, essas conquistas estão sendo ameaçadas, aqui mesmo o Congresso Nacional. Precisamos nos manter firmes na defesa dos direitos dos brasileiros.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse dada ampla divulgação a cinco pronunciamentos que dou como lidos.

O primeiro é sobre uma questão da Grendene no Município de Teixeira de Freitas. A empresa detém há mais de 10 anos uma área onde deveria ter se iniciado atividade produtiva. Isso não ocorreu e a área está sendo ocupada por trabalhadores, que estão construindo suas moradias. Nesse sentido, solicitamos ao Governo do Estado que, junto com a Prefeitura, desaproprie a área para que seja destinada àqueles sem-teto que precisam produzir.

O segundo se relaciona ao 12º Congresso da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura CONTAG, realizado na semana passada. Parabéns à CONTAG.

Solicito que também seja dada ampla divulgação ao pronunciamento que faço sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, celebrado todo 21 de março. É importantíssimo que nós no Brasil comemorem e lutemos para que a discriminação racial seja uma página virada na nossa história.

Aproveito ainda para denunciar o que o BNDES, banco importantíssimo para o desenvolvimento nacional, vem fazendo a respeito das mudanças nas taxas de juros, como a Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, instrumento fundamental para o financiamento da infraestrutura brasileira, que está sendo modificada por este Governo. Não é possível que o BNDES, banco fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, seja tratado como um banco comercial qualquer.



Isso é um tiro no pé do desenvolvimento nacional. Nós não podemos aceitar! Há uma manifestação dos seus funcionários, com quem me solidarizo, chamando a atenção das indústrias brasileiras, do setor produtivo e desta Casa para que não permitamos que esse instrumento de fomento do desenvolvimento nacional seja liquidado.

Eu peço ampla divulgação a essa denúncia porque casa com a política de desnacionalização da PETROBRAS, com o fim da política de conteúdo local e com as reformas trabalhistas e previdenciárias que estão aqui. É o desmonte do Estado nacional e dos direitos sociais.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para me solidarizar com as famílias, trabalhadores e trabalhadoras, que realizaram uma ocupação do terreno da fábrica da Grendene em Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia. Mais de 3 mil pessoas organizadas pelo MLT — Movimento de Luta por Teto e pela UJS — União da Juventude Socialista disputam o direito à terra e a teto.

A fábrica da Grendene em Teixeira de Freitas instalou sua unidade no Município em 2007 por considerar a região com condições econômicas apropriadas, com mão de obra qualificada e disponibilidade de infraestrutura, com custos de operação condizentes com seu mercado de atuação e com localização estrategicamente favorável à produção, escoamento e atendimento aos seus clientes do Sudeste brasileiro.



No entanto, passados 10 anos do início do seu funcionamento, a promessa de gerar 1.200 empregos nunca foi cumprida. O número de empregos sequer chegou a um terço do anunciado pela direção da empresa.

Em janeiro deste ano, o Juiz Marcus Aurelius Sampaio, da Comarca de Teixeira de Freitas, suspendeu o ato de reintegração de posse de área da empresa, decisão acertada, pois se trata de uma área cedida pelo Governo do Estado da Bahia, e a remoção dessas famílias criará grave repercussão social na comunidade.

É importante registrar ainda que o combativo Vereador Leonardo do Sindicato, do PCdoB de Teixeira de Freitas, vem acompanhando a situação, sempre na luta em defesa dos direitos da população teixeirense.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado nos meios oficiais este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, 13 de março, estive na abertura do 12º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Esteve presente o ex-Presidente Lula e diversas lideranças nacionais e internacionais. Foi uma cerimônia, além de belíssima, convocatória para nos mantermos sempre na luta contra os retrocessos que esse Governo ilegítimo tenta impor à sociedade.

Com o lema *Levantar as Bandeiras de Luta e Fortalecer a Organização Sindical da Agricultura Familiar*, este será um dos congressos mais desafiadores que a CONTAG já realizou nesses 53 anos da sua trajetória.



Os mais de 2 mil delegados e delegadas presentes no congresso avaliarão as ações realizadas pela atual gestão, elegerão a nova diretoria da entidade e aprovarão as resoluções que darão os rumos para os próximos 4 anos.

O principal tema a ser discutido no Congresso, já abordado em todas as falas, durante a abertura, foi a crise econômica e a reforma da previdência. Esta reforma, se aprovada, deixará sem acesso à aposentadoria mais de 80% da base da agricultura familiar, com graves consequências para a economia dos Municípios.

É necessário destacar que pela primeira vez a CONTAG terá na sua diretoria efetiva a paridade entre homens e mulheres, ou seja, dos 12 nomes, 6 são mulheres e 6 são homens, sob o comando do pernambucano Aristides Veras dos Santos.

Vida longa à CONTAG! Pela agricultura familiar! Contra a reforma da previdência e os retrocessos sociais!

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado nos meios oficiais este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este espaço para registrar o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em alusão ao Massacre de Sharpeville.

Há 57 anos, em 21 de março de 1960, na África do Sul, 69 crianças foram assassinadas e 186 ficaram feridas por rajadas de metralhadora da polícia local, numa praça pública, porque lutavam contra o *apartheid*, o regime racista sul-africano.

No Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é morto. Nunca se matou tanto aqui. De acordo com os dados lançados em março de 2016 pelo Instituto de



Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, foram cometidos 59.216 homicídios em 2014, um recorde na história do País. Não há nação no mundo com mais assassinatos, em números absolutos, do que a nossa.

O problema da desigualdade social no Brasil não diz respeito apenas a questões socioeconômicas, passam fundamentalmente por dimensões socioculturais e etnicorraciais. Para enfrentar esse problema, é preciso assumir que somos uma sociedade racista e, ainda, que o racismo é praticado pelo próprio Estado.

As alarmantes taxas de mortalidade da juventude negra são resultado de uma série de outras violências sofridas por esse segmento, provocadas principalmente pelo Estado, que não é capaz de oferecer acesso igualitário entre negros e brancos às políticas e aos serviços sociais. Estratégias e políticas de segurança e proteção de cidadania, por exemplo, incidem de forma diferenciada nas populações branca e negra. Tal ação do Estado contribui ainda para a naturalização e a banalização dessas violações por parte de variados setores da sociedade, resultando na culpabilização das vítimas.

É preciso atentar para a participação dos agentes dos sistemas de Justiça e de segurança pública nesse contexto. O *Mapa da Violência* mostra que são os jovens negros, especialmente os moradores das periferias, as principais vítimas de violência policial no País: de cada dez mortos pela polícia, sete são negros. São eles também que compõem grande parcela da população carcerária: 38% tem de 18 a 29 anos e 60% são negros, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias — INFOPEN.



Talvez as instituições policiais sejam o agente estatal mais perverso na prática do racismo institucional: a polícia elegeu o jovem negro como o suspeito principal, atribuindo-lhe o estereótipo de inimigo padrão da sociedade. Nas vilas, favelas e bairros periféricos é comum ouvir depoimentos de jovens negros que desde criança foram agredidos dentro de suas comunidades com tapas e empurrões de policiais em serviço.

Portanto, hoje é dia de refletir, discutir e propor ações que eliminem de uma vez por todas o genocídio da juventude negra, em especial a extinção dos autos de resistência, a descriminalização do uso de drogas e a permanência da maioridade penal em 18 anos.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado nos meios oficiais este pronunciamento, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este espaço para denunciar o desmonte que estão tentando realizar no BNDES, principal banco de fomento e desenvolvimento do País. O Governo ilegítimo de Michel Temer pretende fazer uma mudança profunda na precificação do crédito do BNDES, especialmente na Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, com impactos significativos sobre o banco e sobre o investimento em capital fixo no Brasil.

Estão gestando essa proposta sem quaisquer discussões internas com os funcionários do BNDES, sem debate com a sociedade. É fundamental que todos tenham conhecimento disso. A mudança de precificação do crédito do BNDES na direção de uma taxa de mercado faz parte do que já foi chamado de “proposta Arida”.



O economista e ex-Presidente do BNDES Pécisio Arida, num texto para discussão da Casa das Garças, de 2005, sugeriu um conjunto de reformas para os chamados mecanismos compulsórios de poupança, em referência à forma como operam BNDES e Caixa Econômica Federal. O texto é facilmente acessado na Internet: *Mecanismos Compulsórios e Mercado de Capitais: Proposta de Política Econômica*. Desde então, o ex-Presidente tem se empenhado numa cruzada contra BNDES e CEF.

Não podemos aceitar que acabem com o fomento e o desenvolvimento que o BNDES vem promovendo no nosso País. O BNDES serve como um grande instrumento para a recuperação da economia em épocas de crise. E agora esse Governo ilegítimo quer acabar com quaisquer possibilidades de desenvolvimento nacional.

A PETROBRAS está com um plano de desinvestimento, que é entregar o nosso patrimônio nacional ao capital internacional. Querem acabar com a indústria pesada, flexibilizando a política de conteúdo local para a indústria de gás e petróleo. E agora querem acabar de vez com quaisquer possibilidades de fomento e desenvolvimento nacional, aumentando os juros a longo prazo a preços de mercado.

Enquanto todos os países estão debatendo as necessidades de investimento em infraestrutura e a importância do papel dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo, o Brasil quer acabar com essa política.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado nos meios oficiais este pronunciamento, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar nossa presença na querida Itabuna, no último domingo, para prestigiar, ao lado dos Vereadores, de autoridades e da população itabunense, os festejos comemorativos a São José, padroeiro do Município.

Após o novenário, a preparação para a Festa de São José foi encerrada neste sábado com a celebração eucarística pelo aniversário de sagração da Catedral e iniciou-se a festa tradicional, inserida como uma das melhores festas religiosas do sul do Estado.

A população católica se mobilizou para celebrar o dia do padroeiro da cidade, da Catedral e da Diocese de Itabuna, dia esse que foi repleto de uma programação tradicional e especial. Começamos o nosso dia com uma missa às 7 horas da manhã e depois fomos para a tradicional procissão de São José.

Reforço que a festa é procurada por turistas interessados nos eventos que acontecem em toda a região, sempre repletos de comidas típicas e apresentações culturais, entre outros.

Dessa forma, a Festa de São José, padroeiro de Itabuna abre suas portas para receber todos com muita hospitalidade e confraternização.

Parabéns a todos os realizadores e participantes. Deixo aqui meus agradecimentos a todos e a todas que puderam prestigiar essa tradição.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado nos meios oficiais este pronunciamento, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Molling, por 2 minutos.

Depois, terá a palavra o Deputado Tenente Lúcio.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, gostaria de registrar a importância de todos os órgãos de fiscalização do País, para oferecermos produtos cada vez de maior qualidade a nossa população.

Parabenizo, especialmente, o Ministério da Agricultura, por meio do Ministro Blairo Maggi e sua equipe, pela eficiência, pela pronta resposta que deu à Operação Carne Fraca.

No meu entender, a Polícia Federal tem que investigar, mas de maneira bastante cuidadosa, porque nós temos empresas seriíssimas no País, temos trabalhadores dedicados e de qualidade, e porque a conquista do mercado nacional e internacional — mais de 160 países — levou muito tempo para ser alcançada.

A nossa carne, os nossos produtos alimentícios são de excelente qualidade. Agora, é claro que, entre mais de 5 mil estabelecimentos, sempre vai haver um ou outro que não obedece à lei, assim como sempre vai haver um ou outro fiscal que não realiza suas atividades como deveria.

Repito: o Ministério da Agricultura está de parabéns. Ele conta com um grande Ministro, que tem conhecimento e uma equipe dedicada. Tenho certeza de que logo, logo vamos recuperar tudo o que foi perdido nesses poucos dias, para gerar mais empregos, mais renda, mais exportação. Hoje, exportamos 14 bilhões de dólares com esses produtos, e mais de 260 mil famílias dependem do trabalho que têm no setor produtor de carne para sobreviver.



O impacto das denúncias foi bastante grande, mas, dada a eficiência do Ministério da Agricultura, tenho certeza de que vamos recuperar o prejuízo em breve.

Sr. Presidente, peço a divulgação de meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Tenente Lúcio.

V.Exa. tem até 2 minutos na tribuna.

O SR. TENENTE LÚCIO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma denúncia sobre a pesca predatória com arpão, com escafandro e apneia, em Nova Ponte, uma cidade turística que está sendo muito bem administrado pelo Prefeito Lindon.

Naquele Município há um produtor rural que fabrica um dos melhores e mais saborosos queijos do Brasil — o queijo mineiro é o melhor —, o Antônio do Ozar. Ele tem uma propriedade onde os mergulhadores vão, contra sua vontade, logicamente, fazer mergulho e matar as matrizes de dourado, de pintado, de peixes quase em extinção em Minas Gerais.

Sabemos hoje que, quando qualquer pessoa mata um pássaro, mesmo um simples pardal ou um pombo, pode inclusive ser preso.

Nós não estamos cobrando das nossas autoridades legais — IBAMA e IEF — punição para a matança de matrizes por esses mergulhadores que estão acabando com algumas espécies de peixes. Parabenizo o Antônio do Ozar, que está preocupado, juntamente com outras pessoas de Nova Ponte, com a extinção dos nossos peixes.

Sr. Presidente, peço encarecidamente ao IBAMA e ao IEF que fiscalizem não só Nova Ponte, mas todo o Estado de Minas Gerais. Peço ainda a esses mergulhadores que tenham complacência e não extingam os nossos peixes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que considere como lido e divulgue no programa *A Voz do Brasil* pronunciamento em que trato do alto índice de criminalidade do País.

Dentre os crimes, cito um caso de perseguição que aconteceu ontem de Belo Horizonte até Nova Lima. Quatro jovens criminosos roubaram um carro na Zona Sul de Belo Horizonte, dirigiram em fuga até Nova Lima, e, mesmo sem um pneu, conseguiram rodar e trocar tiros com a polícia, com a maior cara de pau.

Sr. Presidente, quero também denunciar, como denunciou o Deputado Tenente Lúcio, a quem interessa o esfacelamento, o banimento da Polícia Civil dos Estados. Isso enfraquece os policiais que estão se aposentando, e o quadro não está sendo repostado. O que acontece? Isso enfraquece a investigação, o que é muito grave.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, retorno a esta tribuna para, mais uma vez, reivindicar empenho de todos nós na solução da crise de segurança pública em nosso País. Nunca reduziremos a criminalidade se não buscarmos entender o que está acontecendo. Ainda acredito ser possível estar o Brasil entre os



países mais pacíficos do mundo se nós, que ganhamos a confiança do povo no voto, trabalharmos para isso acontecer.

Encontrar uma solução se faz urgente, basta verificar as manchetes dos principais jornais e *sites* de notícias para chegarmos a essa conclusão. As notícias são cada vez mais assustadoras e os índices de criminalidade estão cada vez maiores.

Para se ter ideia, Sr. Presidente, a forma mais temida de uma pessoa perder seu veículo para um criminoso, que é com o emprego de uma arma de fogo ou de outro tipo de violência, disparou em Minas Gerais e também em Belo Horizonte. O número de carros roubados na capital mineira aumentou 17% em um ano.

Na última terça-feira, dois casais foram presos por guardas municipais ao transitarem com um carro roubado pelas ruas de Belo Horizonte. Houve perseguição do Mirante Caixa D'água, no Bairro Mangabeiras, na Região Centro-Sul, até Nova Lima, na região metropolitana. Felizmente, nada mais grave ocorreu.

Aproveito para parabenizar os guardas municipais pela condução da operação. Os agentes faziam patrulhamento habitual no mirante, quando um Fox preto passou em alta velocidade. Quando o motorista percebeu a presença da guarda municipal, jogou o veículo para cima dos agentes e fugiu em alta velocidade. A perseguição começou ali e terminou em Nova Lima, quando o bandido entrou em uma rua sem saída.

Dentro do carro, Excelências, estavam duas jovens de 19 anos, um rapaz de 20 e outro de 22. Um deles alegou que não roubaram o veículo, mas que o compraram no aglomerado onde moram, em Belo Horizonte, por R\$ 1.500. Vejam, Excelências, a ousadia!



No mesmo dia, aconteceu outra perseguição. Três bandidos com dois simulacros de arma, roubou o carro de uma militar da Força Aérea Brasileira, na região da Pampulha, e também foram detidos depois de nova perseguição da Polícia Militar.

É isso que vivenciamos todos os dias, Sr. Presidente. Não podemos fechar os olhos para esse tipo de problema. Os crimes estão cada vez mais graves e violentos. O cidadão que paga seus impostos já não suporta mais essa situação de insegurança, de ser obrigado a ficar preso dentro de casa, enquanto esses facínoras agem livremente, certos que seguirão cometendo seus crimes impunemente. Não podemos mais deixar isso acontecer. Basta!

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, por até 2 minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, confirmou hoje que vai colocar em votação o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004.

Está tramitando nesta Casa um projeto de minha autoria que ficou conhecido no Brasil inteiro como a Lei Anticalote. Eu sou advogado de sindicatos terceirizados há 30 anos. Nesse sentido, gostaria muito que o meu projeto fosse votado. Como ele foi apensado ao PL 4.330, não foi votado.

O meu projeto é muito importante, porque evita o calote das empresas terceirizadas. Elas têm que fazer um depósito numa conta vinculada ao contrato coletivo de trabalho, comprovar o pagamento do FGTS e depositar o aviso prévio, o décimo terceiro, um terço de férias, todos os direitos trabalhistas.

Essa lei tem sido recepcionada em alguns Estados. É lei na Bahia e inclusive no Distrito Federal. Enfim, alguns Estados estão adotando essa lei. E nós gostaríamos muito, já que vai ser votado esse projeto da terceirização, ao qual nós somos contrários, que pelo menos se desse essa garantia aos trabalhadores terceirizados.

Sr. Presidente, vou fazer uma questão de ordem ao Presidente Rodrigo Maia para que meu projeto também seja votado nessa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, eu quero parabenizar pelo empenho o nosso Presidente Michel Temer, a sua equipe, o Ministro Blairo Maggi, o nosso Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, e todas as entidades que estão envolvidas com a exportação de carnes.

Nós sofremos um baque muito grande com a denúncia que aconteceu na última sexta-feira. Esse problema aconteceu em 2014, mas somente agora veio à tona. Vamos precisar, sim, de muito apoio e consideração dos órgãos federais, porque a base da nossa economia e o nosso orgulho é o agronegócio.

Até então ocupávamos o primeiro lugar no mundo em exportação nesse setor. Creio que com a competência dos nossos servidores federais, em especial os do Ministério da Agricultura, com o forte trabalho do Ministro Blairo Maggi, que está percorrendo frigoríficos, em reuniões com autoridades, haverá um desfecho positivo desse caso, até porque o nosso rebanho, os nossos frigoríficos estão em melhores condições e são todos da melhor qualidade. A nossa carne é 100%.

Sr. Presidente, o que aconteceu em 2014 foi um fato isolado. Devagarinho as coisas vão chegando ao lugar, o Brasil voltará a ocupar o seu lugar de destaque e a gerar empregos, Deputado Carlos Manato. Quero parabenizar os 6 milhões de pessoas trabalham na cadeia produtiva da carne.

Vamos torcer para que hoje nós tenhamos melhores notícias!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem o povo brasileiro obteve uma vitória, no momento em que o Presidente Michel Temer anunciou um recuo, o que significou a derrota desta Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a PEC da farsa da Previdência.

Ao retirar ontem os servidores públicos dos Estados e dos Municípios da reforma previdenciária, ficou claro que o Governo não consegue dizer se há passivo na Previdência, de quanto é e de onde é. Nós temos que ficar vigilantes, porque o próprio Governo encaminhou o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que é uma continuação do PLC 257/16, justamente para a rolagem da dívida dos Estados. Vai se impor aos Estados a obrigatoriedade de aumento de contribuição para, no mínimo, 14%, mudança no tempo de serviço. Então, os servidores estaduais devem ficar mobilizados.

Sr. Presidente, está havendo agora uma reunião extraordinária na Comissão Especial da Reforma da Previdência justamente para votar um requerimento de minha autoria, a fim de que tenhamos audiências públicas em relação às entidades filantrópicas. Não se pode dizer que é tudo “pilantrópico”. Não podemos fechar associações, como a APAEs, as Santas Casas e mesmo as entidades de ensino que realizam a sua finalidade de atender a população como um todo e a população mais carente.

Pedimos a mobilização de toda a população! O Governo está realmente assustado! No domingo milhões de pessoas vão estar nas ruas dizendo: “Não



queremos pagar duas vezes as contas!” É necessário se auditar de fato e responsabilizar aqueles que desviam e desviaram dinheiro público da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lidos meus pronunciamentos e de pedir que eles sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O primeiro pronunciamento é sobre a ação enérgica do Governo do Estado em relação à segurança pública. Inclusive, agora no mês de março, houve a abertura de concurso para quase 250 cargos da Polícia Civil, sendo 176 para agentes, 20 para delegados e 36 para escrivães. Além disso, houve a contratação de 250 policiais militares. Isso aconteceu em plena crise, Deputado Delegado Edson Moreira.

Também quero falar sobre as andanças que fiz nos Municípios, junto com o Deputado Moisés Diniz. Fomos aos Municípios de Cruzeiro do Sul e de Rodrigues Alves, debatendo a reforma da Previdência.

Ontem houve a primeira derrota do Governo em relação à reforma da Previdência. Depois das manifestações, que mobilizaram milhares de pessoas na semana passada, o Governo Temer recuou e retirou da reforma os servidores públicos tanto dos Municípios quanto dos Estados. Agora nós esperamos que os Governadores tenham a sensibilidade de não retirar direitos, como é a proposta.

Nós vamos continuar lutando aqui para que vários pontos da reforma da Previdência — como a mudança de regra que atinge os trabalhadores rurais; o fim da aposentadoria mais cedo para as mulheres; a regra que determina a necessidade de 49 anos de contribuição para a aposentadoria integral — sejam derrotados. Nós



vamos continuar trabalhando, como quer a população que se mobilizou nas ruas, para derrotar essa reforma.

Sr. Presidente, finalizo meu pronunciamento parabenizando o Partido Comunista do Brasil — PCdoB pelos seus 95 anos. Esse partido é um exemplo de lutas, um exemplo de resistência, inclusive nos momentos em que esteve na clandestinidade. O PCdoB é um exemplo de luta por um Brasil melhor e é um partido irmão. Nós temos que fazer esse registro dos 95 anos do Partido Comunista do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, gostaria de deixar registrado aqui o compromisso do Governo do Acre com a segurança pública do Estado.

Somente neste mês de março, o Governador Tião Viana abriu edital de concurso para contratação de 250 policiais civis, sendo 176 agentes, 20 delegados e 36 escrivães da Polícia Civil. Os profissionais irão atuar em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e terão remuneração mensal de R\$ 3.007,78, exceto para o cargo de delegado, cuja remuneração é de R\$ 15.378,00.

Além disso, foi aberto edital para contratação de 250 policiais militares, alunos-soldados que irão atuar em todo o Estado, no patrulhamento das ruas e dos bairros.

A Secretaria de Segurança Pública do Acre está também adquirindo novos equipamentos, como viaturas, coletes balísticos e armas para proteção e reforço de nossos policiais.



Quero agradecer o empenho de todos os servidores da segurança, na pessoa do Secretário Emylson Farias, que vem se desenvolvendo um trabalho exemplar no enfrentamento da violência no nosso Estado.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito prazer que venho a esta Casa deixar registrado mais um final de semana de trabalho dedicado ao combate à reforma da Previdência. Tenho rodado os Municípios acreanos levando informação e esclarecimento à população, que não pode ficar à mercê desse absurdo proposto pelo Governo de Michel Temer.

Na sexta feira, estive na região do Juruá, visitei o mercado municipal de Cruzeiro do Sul e lá encontrei muitos produtores rurais que se mostraram assustados com a possibilidade de ter que trabalhar mais e mais e ainda não ter direito a uma aposentadoria digna. São mulheres e homens que estão sendo lesados em seus direitos, mas estão dispostos a enfrentar essa batalha e cobrar dos demais parlamentares que cumpram o seu papel e fiquem do lado do povo.

Tive a oportunidade de realizar dois debates em parceria com o Deputado Moises Diniz, um em Cruzeiro do Sul e outro em Rodrigues Alves. Em Rodrigues Alves, Município que tem pouco mais de 17 mil habitantes, os impactos dessa proposta serão os piores possíveis, pois sabemos que grande parte do dinheiro que circula no comércio na localidade é oriundo das aposentadorias.

Eu e o Deputado Moisés nos reunimos com a população — com os jovens, idosos, professores, homens e mulheres — que queria entender como funciona na



prática a reforma. Também foi instalado o Comitê de Luta Contra as Mudanças da Previdência, que estará mobilizando mais pessoas a entrarem nessa luta.

Estou muito feliz com o resultado dessa campanha maciça que estamos fazendo, com conversas com a população, distribuição de material e viagens pelo o Acre inteiro. Tenho certeza de que com a força do povo conseguiremos barrar mais esse pacote de maldade do Governo Temer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira, que disporá de até 2 minutos.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma das maiores universidades públicas do País, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, tem sofrido, há mais de 6 meses, com a falta de recursos indispensáveis para seu funcionamento.

De acordo com a Reitoria, o Governo do Rio de Janeiro deve 350 milhões à universidade. A UERJ não tem condições de pagar pelos serviços básicos de manutenção, limpeza e iluminação do *campus*, bem como o salário e o 13º salário dos funcionários.

Vejam o resultado dessa crise: 30 mil alunos estão sem aula e sem previsão de retornarem à sala de aula; mais de 700 alunos pediram transferência da UERJ só em 2016; e laboratórios de pesquisa estão sucateados, pois o setor de pesquisa científica e tecnológica não recebeu nenhum centavo no ano passado.

Além dos 350 milhões de reais atrasados em 2016, o Estado deixou de repassar à UERJ, desde 2014, 68 milhões de reais em projetos aprovados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro — FAPERJ. O prejuízo das atividades inclui o Hospital Universitário Pedro Ernesto e a Policlínica Piquet Carneiro.

A UERJ é educação. Ela precisa ser prioridade nas contas do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato, por 2 minutos.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro que nós temos que dar a César o que é de César. A maior obra do Estado do Espírito Santo hoje é a construção do aeroporto, ao custo de 523 milhões. Esta obra está sendo realizada com recurso único e exclusivo do Governo Federal, com os impostos arrecadados lá no Espírito Santo pelo povo do Estado.

Eu venho parabenizar todas as bancadas que passaram por aqui, de 2003 até hoje: a de 2003 até 2007, a de 2007 até 2011, a de 2011 até 2015 e a de 2015 que vai até 2019.

Todos os Senadores e todos os Deputados Federais, em algum momento, tiveram responsabilidade: quando nós cobramos do Presidente Lula o projeto, quando nós cobramos o início da obra, quando foi dado o início da obra em 2007, quando ela parou, estava subfaturada, quando a bancada da época foi ao Tribunal de Contas e pediu: *“Anulem a licitação, façam uma nova!”* Quantas vezes as bancadas do Espírito Santo colocaram isso no Orçamento da União! Quantas vezes nós fomos aos Ministérios!

Sr. Presidente, é única e exclusivamente fruto da bancada federal!

É bonito o Governo do Estado, com o Secretário, ir visitar a obra. É bacana! Mas eles tinham que ser honestos com o Presidente Temer e com os Deputados Federais e Senadores e dizer que aquilo é fruto do trabalho das bancadas federais que estiveram no Estado do Espírito Santo até a presente data.



É bonito ir lá receber palmas, mas vamos dizer quem é o pai daquela criança:
são todos os que participaram, todos da bancada federal!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 1 minuto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é o Dia Mundial da Água.

Há alguns anos, representando esta Casa, eu fui ao Chile, no IV Congresso Mundial da Água. E lá, Presidente, eu recitei, elaborei e subscrevi um poema que diz assim:

*Água da Vida
À natureza peço licença
E a todos peço atenção
Também peço a compreensão
P'ra sobre a água falar
Quero minha sede matar
Escrevendo uma obra-prima
Que reflita em minha retina
Tal qual a água na fonte
Quero um poema que cante
A água pura e cristalina.*

*O mundo feito universo
Deu à terra recém-nascida
A água como fonte de vida
P'ra dar vida às criaturas
E as fontes de águas puras*



Verteram em todo o lugar

Rios que correm sem parar

Formando lagos e lagoa

Águas puras e da boa

Que juntos formam o mar.

A natureza criança

Desde cedo incompreendida

Viu a água da vida

Ser degradada, poluída

E vendo-se quase perdida

Numa reação natural

Transformou o bem em mal

Com secas, temporais e enchentes

Catástrofes, para que a gente

Tivesse assim um sinal.

E este sinal já foi dado

E mais que nunca é bom saber

De que a água p'ra beber

É a mesma que gera energia

Nos dá o peixe todo dia

Também serve p'ro lazer

E quem traz riqueza e poder



Com os portos e a navegação

Faz crescer a plantação

Sem água não dá p'ra viver.

A água é um bem finito

Que já começa a escassear

E os maus presságios confirmar

De que um dia haverá guerra

Pela falta de água na terra

Povos se levantarão

Mas o que se espera é que as nações

Tomem já uma atitude

E o mundo inteiro se ajude

E dê p'ra água atenção.

Por isso é bom prevenir

Conhecendo a hidrografia

Sabendo que a água um dia

Com a poluição ambiental

Terá no seu manancial

Mil coliformes fecais

Agrotóxicos e outros sinais

Onde, nem a água da atmosfera

Vai escapar desta guerra



Água pura, nunca mais.

Eis então o desafio

Que precisa ser enfrentado

O retrato do passado

Mostra um caminho para nós

De que a água que vir de nós

*É a mesma que deu de beber para os nossos avós
quando foram banhados ao nascer.*

Por isso enquanto há tempo

Cada um faça a sua parte

A vida que imita a arte

Nos deixa muitas lições

P'ra que as novas gerações

Venham dar vida p'ra água

E a natureza sem mágoa

Dê água p'ra vida da gente

Eis que a vida é dependente

E não pode viver sem água.

Essa é a homenagem que faço à água. Que todos nós, brasileiros, cidadãos, homens e mulheres, tenhamos a compreensão de que a água é um bem finito e que um dia vai terminar, se nós não soubermos economizar.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, no dia 22 de março é comemorado o Dia Mundial da Água. A data, criada em 1992 pela Organização das Nações Unidas — ONU, reforça a importância da preservação desse recurso natural e da discussão de temas relacionados a ele.

O principal objetivo do Dia Mundial da Água é incentivar a reflexão, conscientização e elaboração de medidas práticas que possibilitem soluções para ajudar a resolver ou pelo menos diminuir o problema da escassez de água no mundo. Também é oportunidade para informar, mobilizar e engajar a sociedade no uso correto desse bem vital que merece todo nosso cuidado.

O Brasil possui cerca de 12% do total da água doce de todo o mundo, sendo, ainda, dono de 53% da água da América do Sul. Diante disso, o País assume responsabilidade especial sobre seu uso, de forma a garantir a preservação da sua qualidade e da disponibilidade nos seus mananciais.

Devemos estar conscientes de que nossos rios, lagos, reservatórios subterrâneos e outros corpos hídricos vêm sendo degradados por esgotos de variadas fontes, pela poluição industrial, pelo desmatamento em áreas de nascentes e de matas ciliares, por atividades agropecuárias em locais inadequados, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. A água contaminada prejudica a saúde física e social de todos.



Mesmo o Brasil sendo um dos países com maior disponibilidade de água, seu acesso não está garantido em quantidade e qualidade a todos os brasileiros, pois ainda temos milhões de pessoas que sofrem com as secas prolongadas, não tendo garantido esse direito fundamental para que se tenha uma vida digna.

Por isso, o Dia Mundial da Água é fundamental para focar a atenção nas necessidades, entre outras, de contemplar assuntos relacionados a problemas de abastecimento de água potável; aumentar a consciência pública sobre a importância de conservação, preservação e proteção da água; das matas ciliares; aumento da consciência dos governos, de agências internacionais, de organizações não-governamentais e setor privado: participação e cooperação na organização das celebrações deste dia.

Durante o discurso do Sr. Pompeo de Mattos, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, por 1 minuto.

O SR. PASTOR EURICO (Bloco/PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar um protesto nosso contra os comentários dos que estão comandando a reforma da Previdência no que concerne às entidades filantrópicas neste País.

É lamentável ouvirmos um comentário negativo a respeito das entidades filantrópicas, chamando-as de “pilantrópicas”. Nós não concordamos com esse absurdo, pois as entidades filantrópicas têm prestado um relevante serviço à sociedade. Elas são um braço estendido do Governo e muitas delas têm trabalhado a custo zero. Aquelas que são beneficiadas por alguns programas do Governo fazem isso seriamente. São entidades responsáveis.

Nós não podemos aceitar que elas sejam marginalizadas. Nós não aceitamos que as entidades filantrópicas sejam taxadas de “pilantrópicas” no Brasil. Pedimos respeito para com todas as instituições filantrópicas em nosso País, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao último orador inscrito neste período, para que possamos começar a sessão solene.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, quero só registrar a confusão que a Operação Carne Fraca está causando na sociedade brasileira, trazendo, parece-me, uma desinformação muito grave.

Primeiro ela se iniciou com uma espetacularização, parecendo que aqui era uma terra arrasada, onde nada poderia ser servido e tudo estava adulterado. Com o tempo, mostrou-se que não é bem assim, pois o Brasil tem certificação internacional, tem toda a produção inspecionada por órgãos internacionais.

Depois houve uma excessiva preocupação em relação ao impacto econômico que isso vai gerar. É verdade que o Brasil, que é um dos maiores exportadores de carne, não pode ser colocado em dúvida perante o mundo no tocante ao cumprimento de normas internacionais pelo nosso controle sanitário. Se não mantivermos a nossa eficiência na produção de carne, evidentemente vamos perder mercado e, assim, estaremos perdendo mais empregos. Pela importância que o País tem na exportação de carne e de frangos, não podemos gerar nenhuma dúvida no mercado externo.

No entanto, o mais importante, Sr. Presidente, é que está faltando esclarecer à população brasileira que os empregos são importantes, o nosso mercado internacional é importante. Agora é fundamentalmente importante mostrar para a população brasileira que tipo de produto ela está consumindo.



O cidadão brasileiro, aquele que está lá na ponta, que vai ao supermercado, que vai ao açougue e quer consumir carne, o no nosso churrasco lá no Rio Grande do Sul, precisa ter a garantia de que está consumindo um produto de qualidade.

Para concluir, Sr. Presidente, o Governo precisa se comunicar com clareza, para passar tranquilidade às pessoas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem foi comemorado o Dia Mundial das Florestas. Infelizmente, duas medidas provisórias pretendem reduzir as florestas brasileiras, inclusive a Amazônica, em quantidade equivalente à área do Estado de Alagoas. E um decreto do Ministro Padilha pretende reduzir em mais de 1 milhão de hectares a área de cinco unidades de conservação no Estado do Amazonas. Então, parece-me que não temos muitos motivos para festejar, porque não há água de qualidade sem florestas preservadas. Nas florestas estão os rios, as nascentes e as matas ciliares, que são fundamentais para o ciclo da água.

Se ontem foi do Dia Mundial das Florestas, hoje é o Dia Mundial da Água, instituído pela Organização das Nações Unidas, naquele grande evento de 1992, a Eco 92. Vivemos uma crise hídrica. Aquilo que antes era problema do Semiárido nordestino e que criou uma verdadeira indústria da seca, já tendo consumido muito dinheiro público, agora, é problema também das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Brasília, Capital Federal, está racionando água.

Então, deixo minhas homenagens aos que sabem do valor da água. Que o Governo crie políticas sérias em favor da preservação da água, e água com qualidade para o nosso povo. Não é possível falar em escassez de água num país com tantos recursos hídricos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o nobre Deputado Elizeu Dionizio, por 1 minuto.

O SR. ELIZEU DIONIZIO (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho aqui pedir para dar como lido, para que possa ser divulgado pelas mídias oficiais, pronunciamento que faço a respeito da Lei Caio Júnior.

Todo trabalhador tem de exercer sua atividade com uma segurança mínima que lhe garanta direitos e benefícios. Isso vale também para o esporte.

Profissionais qualificados estão envolvidos nas atividades esportivas, para que a vitória seja conquistada. Os jogos de futebol, que nós brasileiros tanto gostamos, são realizados por centenas de pessoas altamente qualificadas.

É para garantir condições seguras de trabalho aos treinadores que defendo que esta Casa aprove, o mais rápido possível, o Projeto de Lei nº 7.560, de 2014, de autoria do Deputado José Rocha, do PR da Bahia, que institui a Lei Caio Junior,

O projeto tem como nome o do ex-técnico da Chapecoense vitimado pelo acidente aéreo de 2016, que ocasionou a morte de 71 pessoas.

Caio Júnior deu nome ao projeto pelo fato de ter sido o fundador da Federação Brasileira dos Treinadores de Futebol, além de ser um dos idealizadores da lei.

Entretanto, por não ter essa atividade reconhecida na Confederação Brasileira de Futebol — CBF, a família de Caio Júnior não teve direito ao seguro da entidade, já que o contrato de trabalho como técnico não estava nela registrado.

Precisamos avançar na legislação, para que todos os técnicos e desportistas possam ter essa garantia que é de todos os trabalhadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores que nos ouvem ou assistem pela Internet, *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, em especial os ilustres cidadãos de Mato Grosso do Sul, todo trabalhador tem de exercer sua atividade com uma segurança mínima que lhe garanta direitos e benefícios.

Isso vale também no esporte, que muitos de nós consideramos apenas uma diversão, mas não é.

Profissionais qualificados estão envolvidos nas atividades esportivas, para que vitórias sejam conquistadas. Os jogos de futebol, que nós brasileiros tanto gostamos, são realizados por centenas de pessoas altamente capacitadas em suas áreas.

E é para garantir condições seguras de trabalho aos treinadores que defendo que esta Casa aprove, o mais rápido possível, o Projeto de Lei nº 7.560, de 2014, de autoria do Deputado José Rocha, do PR da Bahia, que institui a Lei Caio Júnior.

O projeto foi batizado com esse nome em homenagem ao ex-técnico da Chapecoense vitimado pelo acidente aéreo de novembro de 2016, que ocasionou a morte de 71 pessoas.

Caio Júnior deu seu nome ao projeto de lei pelo fato de ter sido fundador da Federação Brasileira dos Treinadores de Futebol, além de ser um dos idealizadores da lei.

Entretanto, pelo fato de a atividade não ser reconhecida oficialmente pela Confederação Brasileira de Futebol — CBF, a família de Caio Júnior não teve direito



ao seguro da entidade, já que o contrato de trabalho como técnico não estava nela registrado.

O contrato não estava vinculado ao Boletim Informativo Diário — BID, da CBF. E essa falta de registro, pasmem, acontece com 80% dos treinadores no Brasil.

A mobilização pela aprovação ágil do projeto, que defendo aqui, já começou fora desta Casa e está nos gramados de todo o Brasil.

No último fim de semana, a Federação Brasileira de Treinadores de Futebol organizou, em todo o País, uma manifestação em prol da aprovação da lei.

Os treinadores usaram, durante os jogos válidos pelos torneios estaduais, camisetas com a foto de Caio Júnior, o número do projeto de lei e a frase *Lei Caio Júnior* estampada no peito. Nas próximas semanas, eles vão continuar usando a camiseta, até a aprovação da matéria por esta Casa.

Atualmente o projeto tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Depois ele vai retornar para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC, onde estava até o começo deste ano.

Ele já recebeu parecer favorável das Comissões do Esporte e de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Também já tem parecer favorável do Relator na CCJC, mas que ainda não foi apreciado pelo colegiado. Por ter caráter terminativo, o projeto não vai precisar ser apreciado em plenário.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, entre as medidas propostas pelo projeto, estão a obrigatoriedade de assinatura de contrato de trabalho; o tempo mínimo de



contrato de 6 meses; e o pagamento de pendências contratuais em caso de dispensa antes da contratação de novo profissional.

O projeto também determina que os contratos dos treinadores, auxiliares e preparadores de goleiros sejam registrados na CBF e federações estaduais, o que teria permitido que Caio Júnior tivesse direito ao seguro; que os cursos de qualificação tenham a anuência da entidade; e que os responsáveis por quebras de vínculo assumam os custos da rescisão, sejam eles o clube ou o profissional.

Por exigência da Lei Pelé, todos os clubes deveriam realizar seguros de vida para seus atletas. Mas, na prática, isso não ocorre na maioria dos casos.

De acordo com a CBF, por conta da dificuldade de muitas agremiações, a entidade assumiu essa função em maio do ano passado, desde que o atleta estivesse registrado no BID.

Não podemos ficar parados enquanto profissionais da área esportiva estão sem direitos.

Temos de aprovar a Lei Caio Júnior. Peço aos Líderes que priorizem a matéria nas Comissões e, por meio de um acordo, acelerem sua votação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Marcon, por 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero anunciar que estão em Brasília, neste momento, aqui no plenário da Câmara, representantes da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA, que estão mobilizados em todo o País contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista, contra o projeto da terceirização.

Seria bom que todos os trabalhadores do campo e da cidade também se mobilizassem contra a destruição do Estado e dos direitos dos trabalhadores.

Nós não queremos nada de novo; queremos apenas manter o que foi conquistado.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, por 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Lava-Jato já deixou um rastro de mais de 1 milhão de desempregados. Esse é um golpe duro na economia brasileira.

Nas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Engevix, Queiroz Galvão e UTC foram 740 mil demissões; e no setor de óleo e gás há aproximadamente 440 mil desempregados.

Esse é o grande resultado da Lava-Jato.

Faço este registro e peço que seja dada ampla divulgação a meu pronunciamento, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 3 anos de operação, a Lava-Jato deixou um rastro de 740 mil demissões, cerca de 300 mil nas empreiteiras envolvidas — Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Engevix, Queiroz Galvão e UTC. O resultado, de acordo com levantamento do jornal *Valor Econômico*, representa um duro golpe no setor e na economia brasileira. Em termos absolutos, o saldo mais negativo foi o da Andrade Gutierrez, que fechou 144,9 mil dos 251,9 mil postos que mantinha em 2013. Como os resultados de 2016 ainda não foram totalmente divulgados, é possível que tenha havido ainda mais demissões. O setor de óleo e gás foi outro que reduziu drasticamente seu tamanho com a Lava-Jato. A Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo — ABESPetro estima que a atividade perdeu 440 mil empregos entre 2013 e 2016. Só na Odebrecht,



cerca de 100 mil funcionários foram mandados embora desde que a Operação teve início.

Como as informações referentes a 2016 estão disponíveis apenas para parte do grupo — Andrade, UTC e Engevix enviaram números atualizados e os dados da Odebrecht foram coletados com fontes do setor —, o saldo negativo é certamente superior.

As informações são de reportagem do jornal *Valor Econômico*:

Proporcionalmente, o maior corte foi feito pela Engevix, que reduziu o quadro de funcionários de 3,5 mil para 469, queda de mais de 80%. Em termos absolutos, o saldo mais negativo foi o da Andrade Gutierrez, que fechou 144,9 mil dos 251,9 mil postos que mantinha em 2013. A assessoria de imprensa da empresa ressalta que a estimativa para o dado fechado de 2016 é parcial, e que a redução de pessoal entre 20% e 25% na comparação com 2015 inclui desinvestimentos e vendas de ativos feitos pelo grupo no ano passado.

Na UTC, o volume de colaboradores encolheu de 27,4 mil em 2013 para 8,3 mil no ano passado, queda de 70%. O grupo Odebrecht reduziu o quadro a 85 mil em 2016, depois de registrar 181,5 mil contratados em 2013, entre engenheiros, profissionais de recursos humanos, de áreas administrativas e trabalhadores da construção civil. O número, contudo, não é oficial.



Procurada, a empresa afirmou que o último dado disponível é o de 2015. “Nos últimos três anos houve forte impacto da crise econômica sobre as empresas e o emprego no Brasil. O PIB teve queda acumulada de 7,2% apenas de 2015 para cá. O resultado é que hoje temos no país 13 milhões de desempregados (...)”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a segurança é prioridade em qualquer gestão pública, porque atinge a sociedade como um todo. Hoje, a segurança pública do Estado de São Paulo tem que lidar com um déficit de 9 mil policiais civis. O efetivo da Polícia Civil de São Paulo precisa ganhar novos reforços e para isso se faz necessária a nomeação dos 918 aprovados no concurso realizado em 2013. Outros 404 aprovados no mesmo concurso aguardarão novas nomeações — nesse certame houve 1.788 aprovados. A população paulista necessita urgentemente de ter atendimento digno e qualificado.

Uma das carreiras mais afetadas é a de investigador de polícia. Sem o investigador de polícia, temos apenas uma fábrica de boletins de ocorrência, porque não há investigação criminal, não há recuperação de bens, não há prisão de criminosos, não há desmantelamento de quadrilhas e não há justiça. A Polícia Civil tem déficit de 3.037 investigadores, ou seja, são 3.037 investigadores a menos nas ruas e delegacias, gerando ineficiência do serviço público.

A Polícia Civil de São Paulo, nos últimos anos, vem perdendo milhares de policiais devido a aposentadorias, exonerações, mortes e outros fatores sem que haja novas contratações. A instituição perdeu quase 400 policiais por aposentadoria, só no começo deste ano, o que significa 25% dos cargos vagos. O efetivo da Polícia Civil paulista precisa realmente do reforço desses 918 aprovados no concurso realizado em 2013. E mesmo com a nomeação dos 404 excedentes não se vai



conseguir suprir o déficit atual, mas isso vai melhorar muito a situação em que se encontra hoje a Polícia Civil paulista.

O Estado de São Paulo fechou 2016 com superávit de 1,5 bilhão de reais. Por isso, peço ao Governador Geraldo Alckmin que contrate essas pessoas que foram aprovadas em concurso, porque temos orçamento e faltam policiais e investigadores no Estado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex, por 1 minuto.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia de ontem, recebi, aqui em Brasília, o Comandante do Batalhão de Operações Aéreas da Polícia Militar do Paraná, responsável pelo Grupamento Aeropolicial e Resgate Aéreo — GRAER no Estado.

Estamos tratando da implantação de uma base de operações do GRAER na cidade de Ponta Grossa, até em virtude de lá estar o Comando Regional da Polícia Militar e o Hospital Regional. Essa base servirá para fazer os atendimentos não só de saúde, como também de segurança, no apoio tático à equipe de solo; de defesa civil, em caso de catástrofes na região dos Campos Gerais; e ainda de proteção ambiental, em caso de incêndios.

Já estamos com o sinal verde do Governo do Estado e da Prefeitura de Ponta Grossa, parceiros do convênio, e buscamos agora o apoio e a parceria dos Ministérios da Saúde e da Justiça para a implantação do GRAER naquela cidade.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia, 4º Secretário, por 1 minuto.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, acabo de vir da reunião da bancada do Nordeste, convocada pelo seu Coordenador, o Deputado Júlio Cesar, na qual tratamos da crise hídrica e da seca no Nordeste, que estão muito grandes hoje, nos Estados da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Fiz um apelo aos representantes do Banco do Nordeste e dos Ministérios da Integração e da Fazenda no que se refere à Lei nº 13.340. Essa lei, que vence no dia 30 de dezembro de 2017, trata de renegociação de dívidas com 2 anos de carência e 10 anos de parcelamento. Ela incluiu dívidas de agricultores até 2011, mas depois de 2012 a seca continuou. Então eu pedi, Deputado Otavio Leite, que essa lei, ao ser prorrogada, também contemple, Deputado Carlos Manato, aqueles que obtiveram empréstimos, assumiram dívidas a partir de 2012. Esse é o empenho da bancada do Nordeste.

Gostaria de pedir o apoio da Mesa desta Casa, de V.Exa. e de todos os Deputados, para que consigamos junto com o Ministério da Fazenda, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento uma resolução nesse sentido do Conselho Nacional.

Ressalto que participaram da reunião com a bancada do Nordeste realizada há pouco, aqui na Câmara, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, Mário Borba; o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE; um representante do Banco do Nordeste; e um representante do Ministério da Fazenda



Sr. Presidente, peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de pedir a publicação nos Anais da Casa de matéria das jornalistas Luiza Mello, Cintia Magno e Priscila Soares, publicada no jornal *Diário do Pará*, no último domingo, dia 19 de março, com o título: *Processo para privatização da Cosanpa já começou*.

Sr. Presidente, a matéria diz que o Governador omite do povo que ele mesmo solicitou o início do processo junto ao Governo Federal, desde setembro de 2016.

No Dia Mundial da Água, dou a todos essa triste notícia de que querem vender a água do Estado do Pará.

Muito obrigado.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR

Processo para privatização da Cosanpa já começou

(Luiza Mello / Cintia Magno e Priscila Soares/Diário do Pará)

O Governo Federal deu o primeiro passo para a privatização da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). A solicitação para inclusão da companhia no programa de privatização federal foi feita pelo próprio governador Simão Jatene, em setembro do ano passado. Mesmo com o processo de privatização em andamento, Jatene mantém a linha de “sofismar” sobre o tema.

Sem ter uma linha sequer de informação nos órgãos de comunicação oficiais do Governo Estadual, na última sexta-feira (17), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concluiu o processo de licitação da empresa de consultoria que será responsável pela elaboração do modelo de privatização dos serviços de saneamento no Pará.



Foi vencedora a BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda., com sede em São Paulo. A empresa paulista venceu o pregão eletrônico com oferta de R\$ 6.2 milhões. O valor estimado para a licitação era de R\$ 17, 2 milhões (redução de 64%). A BF Capital é a majoritário no Consórcio Aqua, formado pelas sociedades BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda, Aecom do Brasil Ltda, e Azevedo Sette Advogados Associados. O edital de licitação para escolha do Consórcio responsável pela elaboração do projeto de privatização da Cosanpa foi publicado em 22 de fevereiro deste ano. Após a finalização da contratação do Consórcio Aqua, os consultores que arremataram o serviço terão prazo de 6 a 8 meses para entregar os estudos. O trabalho será avaliado pelo Governo do Pará e pelo BNDES. Depois dessa etapa, o projeto aprovado será licitado pelo próprio governo estadual.

2018

Os primeiros leilões para privatização dos serviços de saneamento – incluindo a Cosanpa - devem ocorrer já no começo de 2018, cumprindo calendário estabelecido pelo PPI em outubro do ano passado. As estimativas são relativas aos processos de Cedae, Caerd (RO) e Cosanpa (PA), cujos editais estão previstos para ser lançados no segundo semestre deste ano. O BNDES dará assessoria ao governo paraense até a assinatura do contrato de parceria com a iniciativa privada, o que envolve o acompanhamento na audiência pública, no atendimento aos órgãos de controle e nos procedimentos licitatórios dos projetos.

Sociedade deveria participar das discussões

Reunindo representantes de movimentos sociais e entidades ligadas ao setor de saneamento, a Câmara Municipal de Belém (CMB) realizou, na manhã de anteontem (17), sessão especial para debater a privatização da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). Requerente da sessão especial, o vereador Amaury de Sousa (PT) destacou a importância de inserir a sociedade nas discussões. “A experiência que nós tivemos em 1998 com a privatização da Celpa não nos deixou nada satisfeitos”, comparou.



Representando a Cosanpa durante a sessão especial, o engenheiro Eduardo Ribeiro destacou que a Cosanpa cobra a menor tarifa de água do Brasil. Enquanto a concessionária do Estado de Alagoas cobra R\$4,70 por m³ de água, o Pará tem uma tarifa de R\$2,80 por m³. Segundo Eduardo Ribeiro, R\$10 milhões foram investidos no sistema de tratamento de esgoto de Belém nos anos de 2015 e 2016. No mesmo período, os investimentos no sistema de distribuição de água teriam sido de R\$3,9 milhões.

Privatizar adianta?

O mau exemplo de Manaus

Um estudo divulgado pelo Instituto Trata Brasil, em 2016, apontou que Manaus continua ocupando as últimas posições no ranking de saneamento básico. A capital do Amazonas aparece em 95ª posição numa relação de 99 municípios avaliados no atendimento de coleta de esgoto, com apenas 9,9% dos domicílios da cidade atendidos.

Para o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará (Senge/PA), o atual panorama daquela cidade mostra que a privatização da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), no ano de 2000, não foi benéfica para os amazonenses. De acordo com o sindicato, com o serviço privatizado, hoje em Manaus se paga uma tarifa 70% maior do que a cobrada pela companhia paraense, mesmo com um serviço de qualidade inferior, já que a Cosanpa ocupa a 90ª posição no mesmo ranking.

Empresa não investe em manutenção, diz sindicato

O Sindicato dos Urbanitários do Pará pretende fazer uma mobilização contra a privatização da companhia. “É uma forma proposital: quanto pior o serviço, melhor para eles (governo). Precisamos convencer a população de que a privatização não é solução”, diz o diretor do Sindicato dos Urbanitários do Pará, Antônio Carlos Saboia. Para ele, a Cosanpa é uma empresa pronta e tem condições de mudar esse cenário de sucateamento.

Para o sindicato, a situação da empresa piorou, sobretudo, nos últimos 6 anos, por falta de investimentos do Governo do Estado. Sem reajuste há pelo menos 8 anos, a tarifa cobrada pela Cosanpa está defasada, o que compromete a arrecadação da empresa, conforme explicou Saboia. Segundo



ele, um imóvel residencial normal paga à Cosanpa R\$ 1,60 por 1 metro cúbico de água (1000 litros). Isso faz com que a tarifa cobrada pela companhia seja uma das mais baixas do Brasil e, conseqüentemente, prejudica o serviço prestado pela empresa. Contudo, ele garante que o problema vai além da defasagem tarifária. E diz que, caso a empresa seja privatizada, a tarifa deve triplicar, assim como ocorreu com a Centrais Elétricas do Pará (Celpa).

“Tem mais de 15 anos que a Cosanpa não faz recadastramento de ligações inativas nem cadastro de clandestinas. Se fosse feito, ia aumentar a arrecadação e melhorar o serviço como um todo”, frisa Saboia, que exerce a função de encanador na empresa há 30 anos. De acordo com o funcionário, atualmente, no sistema de cadastro da Cosanpa constam 724 mil ligações de água em todo o Estado. Deste total, 423 mil estão ativas e outras 281 mil estão inativas.

“Temos certeza de que, apesar de constarem como inativas, a maioria delas continua ligada. Ou seja, estão consumindo água sem pagar”, afirma o funcionário, acrescentando que, com isso, a companhia deixa de arrecadar. Sem aporte financeiro, há carência de investimentos, de manutenção, entre outros. A solução apontada por ele para resolver o problema seria realizar um grande recadastramento para reativar as ligações inativas e cadastrar as clandestinas. Mas, para isso acontecer, a companhia precisaria dobrar o número de funcionários de 1.500 – somatória de comissionados, contratados da antiga Saaeb e efetivos - para, pelo menos, 4 mil.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Neste momento, esta Presidência irá suspender a Sessão Extraordinária, para dar início a Sessão Solene em homenagem ao 20º aniversário de fundação do Partido Humanista da Solidariedade, o PHS, proposta pelo Deputado Diego Garcia.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com o encerramento da Sessão Solene em homenagem ao 20º aniversário de fundação do Partido Humanista da Solidariedade — PHS, proposta pelo Deputado Diego Garcia, neste momento esta Presidência reabre a Sessão Extraordinária.

Parabenizo todos os Deputados e todos os militantes do partido pela belíssima sessão. É sempre um prazer tê-los aqui.

E convido os Srs. Parlamentares a vir ao plenário, pois às 13 horas iniciaremos a Ordem do Dia. Antes, teremos meia hora de debates.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

V.Exa. tem até 5 minutos na tribuna.

O SR. PASTOR EURICO (Bloco/PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer-lhe e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, por sua capacidade administrativa, o que tem realmente provado por que V.Exa. aí está.

Bem, eu gostaria de fazer aqui um registro lamentável a respeito da situação em que ora se encontram as entidades filantrópicas de nosso País.

As entidades filantrópicas têm prestado um relevante serviço à sociedade. Atuam em diversos setores, em especial na área da saúde e na área social. Vemos que as ONGs, as instituições e as fundações filantrópicas têm se preocupado em fazer aquilo que muitas vezes o Estado não está fazendo. Quantos e quantos empreendimentos e sacrifícios têm sido realizados pelas entidades filantrópicas em toda a história deste Brasil?

Mas agora, Sr. Presidente, no momento da reforma da Previdência, pessoas que desconhecem, que não sabem o que as entidades filantrópicas fazem neste País, de repente resolvem persegui-las, tratando-as, de forma pejorativa, de “pilantrópicas”!

As entidades filantrópicas, Sr. Presidente, não são pilantras! Pilantras são esse que têm usurpado o nosso País, saqueado as nossas riquezas, usado os recursos públicos de forma errônea, em meio a tanta corrupção. E enquanto isso, as entidades filantrópicas, que muitas vezes precisam apelar e apelar e apelar a fim de



obter recursos para produzir mais e fazer o bem a esta sociedade, agora são tachadas dessa forma.

Exigimos respeito para com as entidades filantrópicas deste País, as Santas Casas, as ONGs, as fundações, a igrejas. Parabéns a quem tem feito esse serviço no Brasil! Lamentamos por esses que as estão tratando mal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Jose Stédile, por 3 minutos.

Em seguida, terá a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Muito me orgulha estar sendo presidido por V.Exa.

Em média, uma empresa nacional, para se instalar em qualquer Município, demora 80 dias. Em vários Municípios brasileiros, as empresas aguardam a efetiva implantação por 400, 500 dias.

Quero dizer, com muito orgulho, que a cidade de Farroupilha, no interior do Rio Grande do Sul, tem uma Secretaria que deu agilidade a esse procedimento: em apenas 48 horas uma empresa pode se instalar. Esse é o resultado positivo da compreensão do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Secretário Roque sobre a importância de empresas se instalarem no Município, levando progresso para Farroupilha.

Se Farroupilha pode, todo o Brasil pode. Nós temos que rever o excesso de burocracia e a falta de estrutura de muitas Prefeituras, a fim de implantar esse sistema.

Portanto, eu quero parabenizar o Prefeito Claiton Gonçalves, o Vice-Prefeito Pedro Pedrozo e o Secretário Roque Servenigni, que é do meu partido, assim como Pedrozo, pelo excelente trabalho que vem sendo realizado em Farroupilha para desburocratizar, atrair empresas e fazer com que a cidade cresça cada vez mais, com novas empresas e com novas oportunidade de trabalho.

Sr. Presidente, está em curso um grande movimento nacional de prefeitos. Eu já fui prefeito e sei como é importante valorizar os prefeitos — não é, Deputado



Marcon? Quase todas as Prefeituras do Brasil estão reivindicando que o Imposto Sobre Serviços — ISS dos cartões de crédito seja distribuído entre todas elas. A Presidência da República vetou essa parte do projeto. Hoje, apenas cento e poucos Municípios recebem retorno de ISS dos cartões do crédito.

Por isso, deixo aqui, ao Governo Federal e a esta Casa, o pedido de que se preocupem com isso, e para se possam dividir, entre todos os Municípios brasileiros, conforme a utilização dos cartões, os recursos do ISS, que são muito bem-vindos, principalmente no momento de crise que todos os Municípios brasileiros vêm enfrentando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon, por 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dar como lido e solicitar que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu posicionamento contrário à instalação de pedágios na BR-386, no trecho que liga Porto Alegre a Tio Hugo. São 440 quilômetros ida e volta. Um veículo vai ter que pagar em torno de 80 reais nos dois percursos.

As obras de duplicação da BR-386 ocorrem a partir do décimo ano, com contratos para 30 anos e mais 30 anos para prolongá-los. Isso mostra que o Governo quer entregar tudo que temos inclusive para empresas multinacionais.

Eu sou contra essa cobrança de pedágios. Os recursos para a duplicação da BR-386 têm que ser do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais servidores desta Casa, na última semana, na quarta-feira, estivemos, juntamente com um grupo de Parlamentares do Rio Grande do Sul, liderados pelo Presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, Deputado Edegar Pretto, em audiência com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, para discutir sobre a finalização de obras da BR-116, bem como a concessão de pedágios.



Na ocasião, solicitamos ao Ministro a ampliação dos prazos, para discutir com as comunidades que serão cercadas com os pedágios, pois há dúvidas também quanto a ampliação, a duplicação e os acessos aos Municípios.

Outros pontos que preocupam são o número de praças que serão instaladas entre Tio Hugo e Porto Alegre, a falta de transparência com relação ao cálculo das tarifas, consideradas altas, e o período de 30 anos do contrato com as concessionárias.

O Ministro aceitou a sugestão de estudar a proposta para revisar os cálculos da tarifa e nos próximos dias apresenta detalhes do projeto. Expressamos a inconformidade das regiões e principalmente que esse modelo não serve para o Rio Grande do Sul.

No dia posterior, na quinta-feira, 16 de março, eu participei de uma audiência pública em Lajeado, um dos Municípios atingidos, para tratar da concessão de trechos de rodovias federais no Rio Grande do Sul. Um dos pontos mais debatidos foi a duplicação da BR-386 na região e a possível criação de duas ou três novas praças de pedágio.

O representante da ANTT defendeu os pedágios e disse que o edital de concessão será lançado em novembro deste ano e deverá entrar em vigor no primeiro trimestre de 2018. Pelo novo plano de concessão apresentado do Governo Federal, as concessionárias vão lucrar por 30 anos, e sem as contrapartidas de duplicação.

Quero mais uma vez reforçar que sou contra os pedágios. E sugeri novamente que se aumentem os prazos para a discussão com a sociedade e que representantes de conselhos regionais participem da montagem dos editais.



Não concordo com a exploração que essas concessionárias farão por 30 anos. As comunidades devem se mobilizar, caso contrário, repetiremos a época em que o então Governador Antônio Brito permitiu esse abuso contra a população.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero voltar ao tema que eu trouxe em um curto espaço de tempo ontem. Refiro-me à situação de descalabro em Vitória da Conquista. Em menos de 3 meses, o atual Prefeito rapidamente desmontou as políticas públicas que foram construídas em 20 anos de administração do Partido dos Trabalhadores naquele Município.

Sr. Presidente, Vitória da Conquista, em todas as últimas pesquisas e *rankings*, foi selecionado como o melhor Município para se viver no Estado da Bahia, superando inclusive a nossa capital. O Município é destaque nas políticas de saúde, de assistência social e de educação.

Quando, há 20 anos, o Prefeito Guilherme Menezes começou a sua administração pelo Partido dos Trabalhadores, a cidade estava falida, destruída, e hoje é o maior polo de serviços de saúde e de educação no interior da Bahia.

Na última eleição, houve a vitória do candidato do PMDB, aliado de Geddel Vieira Lima, aliado de Eduardo Cunha, aliado do Presidente golpista Michel Temer, aquele do *Fora, Temer!*, que a população brasileira toda cantou no carnaval e clama diariamente.

O Prefeito Pereira, aliado dessa turma que está envolvida em corrupção, que está envolvida com o desmonte do Estado brasileiro, está fazendo a parte dele na Prefeitura de Vitória da Conquista, desmontando as políticas públicas.



Há 20 anos não faltava merenda escolar no Município. Temos recebido denúncias e denúncias do desastre que já está acontecendo na rede escolar. Ele conseguiu rapidamente desmontar ações importantes, como as ações de assistência social.

Há pouco mais de 2 dias, ele mandou demolir mais de uma centena de casas, sem dar nenhuma alternativa às famílias, sem dar nenhuma opção, sem estabelecer um aluguel social, sem estabelecer um diálogo, sem estabelecer nenhum mecanismo de amparo a essas pessoas.

Ele, ao assumir, cortou todas as gratificações de vários setores do funcionalismo público, gratificações que foram conquistadas em campanhas salariais e são fruto de acordos em mesa de negociação nos anos anteriores.

Então, o mesmo desmonte que o PMDB vem fazendo nacionalmente com Temer, destruindo a PETROBRAS, destruindo a política de cunho nacional, destruindo agora de forma perversa a cadeia de produção de alimentos do agronegócio, com esse absurdo que fizeram com a produção de carne no Brasil, está sendo feito em escala municipal, com o representante do PMDB, o Prefeito Pereira, no Município de Vitória da Conquista.

Tenho certeza de que a população já se arrependeu de ter eleito o Prefeito Pereira e não vai ficar calada.

A perseguição que ele está fazendo, no Município, aos jornalistas que ousam criticá-lo é feroz, chantageando as rádios, ameaçando as rádios. Ele já fez com que três radialistas fossem afastados.

Estamos entrando com uma ação popular contra o Prefeito Pereira, por ter demolido mais de uma centena de habitações populares e estamos protocolando no



Ministério Público uma denúncia. Com certeza, teremos a resposta adequada para pelo menos freá-lo.

A população de Vitória da Conquista está fazendo a contagem regressiva, diariamente, dos dias que faltam para o Prefeito Pereira sair daquela cadeira, que foi tão bem conduzida nos 20 anos de administração vitoriosa do Partido dos Trabalhadores, que transformou aquele Município numa referência nacional.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o *site* O Antagonista, que conta com a credibilidade da sociedade, é um *site* que respeito muito, porém publicou uma matéria, anteontem, intitulada *O Coronel de Blairo Maggi*, referindo-se ao Coronel Novacki, dizendo que Novacki entende tanto de pecuária quanto um Coronel da PM.

O Antagonista, com certeza, tem muito mais intelecto do que isso. Criticar uma pessoa apenas porque é Coronel da PM em nada contribui para o debate.

Então, quero apenas dizer que o Coronel Novacki é, sim, uma pessoa com muito conhecimento, é uma pessoa, sim, respeitada, e eu não vejo qualquer motivo para estar afastado de um Ministério.

Fica aqui essa crítica e o meu elogio ao Coronel.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem eu apresentei um projeto inédito para desburocratizar a compra e venda de veículo no País, o Projeto de Lei nº 7.163, de 2017.

Como funciona hoje? Ao comprar um veículo, o comprador e o vendedor vão ao cartório para transferir a propriedade. Lá assinam, reconhecem firma, e o comprador tem até 30 dias para ir ao DETRAN entregar esse documento de transferência.

Às vezes, Sr. Presidente, por qualquer motivo, até por má-fé, esse documento não é entregue, o que causa diversos problemas a quem compra e a quem vende, porque vêm multas, vêm registro de acidentes, vêm irregularidades — e isso dá problema.

O que o meu projeto diz? Na hora em que se vai ao cartório e se faz um documento de compra e venda, imediatamente se transfere para o cartório essa condição. O cartório, então, tem 30 dias para entregar ao DETRAN esse documento, para comunicar *on-line* ao DETRAN que houve essa transferência. A partir do momento que se faz essa transferência para o cartório, já não se tem mais responsabilidade alguma. Está ali provado que o carro foi comprado ou vendido. E acaba toda a burocracia.

Sr. Presidente, nós apresentamos este projeto, ao qual peço apoio dos nossos pares, porque ele vai desburocratizar de vez a compra e venda de veículos. Acaba-se a burocracia, jogando para o cartório essa responsabilidade.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, colegas Parlamentares, eu me inscrevi para usar a tribuna para debater com cada um dos Colegas e com o Brasil sobre este projeto que pretendem votar hoje aqui na Casa. Chamam de “projeto das terceirizações”, mas, na verdade, o nome certo dele é “projeto das precarizações”, porque o que se objetiva com este projeto não é resolver e qualificar o emprego daqueles 10 milhões de brasileiros que hoje trabalham em atividades terceirizadas; o que se quer, Deputado Marcon, é deslocar os 30 a 40 milhões de brasileiros que hoje trabalham com carteira assinada diretamente pelo seu empregador e fazer deles, progressivamente, um mercado terceirizado.

Vamos falar de regras do capitalismo, meio óbvias. Por que uma empresa, por exemplo, como a Ford ou como a General Motors — para falar de indústrias automobilísticas — gostariam de terceirizar todos os seus trabalhadores? Será que seria para aumentar o salário dos trabalhadores? Evidente que não, porque se alguém, um intermediário, vai ganhar algum dinheiro em cima desta terceirização, o salário deste trabalhador vai diminuir no exato tamanho do que o terceirizador ganhar sobre essa contratação.

Os dados demonstram o número de acidentes de trabalho. O salário médio de trabalhadores contratados por empresas terceirizadas para exercer as mesmas funções é mais baixo do que aquele contratado diretamente pelo seu empregador. A ampliação da terceirização, na realidade, é a antessala daquilo que é outro desejo do Governo ilegítimo de Temer, que é fazer a antirreforma trabalhista. Nós já temos



a antirreforma da Previdência, a antirreforma trabalhista e agora viria o projeto que quer autorizar a terceirização em todo e qualquer tipo de contratação — no setor público, no setor privado, no meio rural. Ou seja, é progressivamente o fim do emprego direto com carteira assinada por seu empregador. Isso enfraquece a capacidade do mundo do trabalho de lutar por melhores salários. Isso enfraquece a capacidade do trabalhador de conquistar melhores condições de trabalho. É uma espécie de caminho para o passado, como se, de fato, o problema do Brasil fosse o trabalhador. O problema do Brasil é bem outro. O trabalhador é a solução para o País e merece ter a sua condição de trabalho respeitada e preservada.

Eu sou totalmente contra esse projeto que chamam de terceirização, mas que, na realidade, é uma grande precarização do mundo do trabalho no nosso País. Hoje, durante a tarde, me esforçarei neste plenário para impedir que esse projeto seja votado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que é feito de forma açodada, o que é feito sem a devida legitimidade, desmancha-se no ar. É o caso da reforma da Previdência.

O anúncio ontem do Sr. Presidente da República, retirando servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência, primeiro, vai de encontro ao grande discurso de S.Exa. de que a reforma da Previdência afetaria toda sociedade brasileira. Não é verdade. Já retirou as Forças Armadas, os policiais militares, os bombeiros, e, agora, retira os servidores estaduais e municipais, numa simples manobra divisionista. Dizem os comentaristas políticos que o Sr. Presidente, que é o mestre na politicagem, faz isso para que os Deputados Federais não sejam pressionados pelos servidores quando chegam aos seus Estados. A que ponto chega a politicagem brasileira: submeter interesses da reforma a interesses políticos de Deputados.

Pois bem, quero dizer ao Sr. Presidente que os professores da educação básica no Brasil não serão enganados por essa medida divisionista de S.Exa.. A categoria dos professores, Presidente, é uma só. E os professores vão continuar mobilizados. Por quê? Com essa medida, 40% dos professores ainda continuam sujeitos às atuais regras constantes da PEC.

Sr. Presidente, 3.600 Municípios brasileiros não têm sistemas próprios de previdência. E você, professor, e você, professora, terá que se submeter a essas regras temerosas.



Mesmo nos Governos estaduais, nós ainda temos um percentual pequeno, cerca de 5% ou 6% de professores celetistas. O Presidente Temer quer dividir a carreira, mas os professores estão conscientes disso. Os professores brasileiros sabem que, com esse tipo de aposentadoria, morrerão e não terão acesso ao benefício.

Por isso, estamos aqui denunciando isso mais uma vez. Somos contra a reforma como um todo e não nos contentaremos com medidas para atender à categoria A, B ou C. Professores brasileiros, a categoria é uma só. Vamos dizer “não” à reforma do Presidente Temer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Comemoramos hoje o Dia Mundial da Água. O norte de Minas Gerais, que é uma região muito semelhante ao Nordeste brasileiro, sofre muito com a falta de água.

Com o meu mandato aqui como Deputada, nas diferentes Comissões das quais eu participo — Comissão da Zona Franca do Semiárido Nordestino, Comissão de Transposição do Rio São Francisco e Comissão da Crise Hídrica no Brasil —, posso dizer que não tenho medido esforços para que nós possamos levar água para o norte de Minas, para as regiões do Mucuri e do Jequitinhonha.

Mas também quero levar incentivos, através do Ministério da Integração. Sou a campeã de emendas na CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, que se faz presente no norte de Minas Gerais, na nossa capital. Através da CODEVASF, fazemos chegar aos agricultores, que sofrem com a seca, implementos agrícolas tão necessários para a agricultura do norte de Minas no Mucuri, no Jequitinhonha.

Mais do que isso. Por meio do meu mandato, também foi possível, junto com outros Deputados do Nordeste, em especial o Deputado Júlio Cesar, se chegar à renegociação, que era só para o Nordeste, mas conseguimos ampliar, através de nossa emenda, para o norte de Minas Gerais, para o Mucuri e para o Jequitinhonha.



Mais do isso. Continuaremos trabalhando aqui junto com a bancada do Nordeste para que aqueles agricultores negociem suas dívidas não só até 2011, mas também vamos trabalhar para que nós possamos fazer prolongar isso, chegando até 2016.

Hoje, nesta Casa, num café da manhã, discutimos com o Ministério da Fazenda, através do Ivandré, com o Banco do Nordeste, com os Parlamentares do Nordeste brasileiro e do norte de Minas, que é a minha representação, essa importante lei que chegará à Casa para que possamos renegociar a dívida rural até 2016.

Portanto, neste dia em que se comemora o Dia Mundial da Água, quero dizer que o meu esforço para trazer a água, tão necessária para as pessoas, para os animais, para as plantas, tem sido uma constante na Frente Parlamentar da Agricultura. Esta agricultura que segura este País e que, com certeza, cada vez mais tem que ser valorizada por este Governo.

Parabéns a todos os que lutam para levar água àqueles que mais precisam: aos homens, aos animais e à nossa terra.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Silas Câmara, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, povo brasileiro que acompanha esta sessão por meio das redes sociais, dos meios de comunicação desta Casa, estou acompanhando as ações do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, e quero aplaudir com entusiasmo a decisão por ele tomada.

No dia 6 de fevereiro, por meio da Portaria nº 381, o Ministro majorou o valor para a construção de uma Unidade Básica de Saúde no Estado do Amazonas. Ele passou de 408 mil reais para 726 mil reais, o que significa uma diferença praticamente de mais de 300 mil reais.

Sras. e Srs. Deputados, neste momento em que a crise se aprofunda, principalmente nos Municípios de todo o Brasil, é muito importante a sensibilidade do Ministro da Saúde, que admite haver impossibilidade de se construir uma Unidade Básica de Saúde no Amazonas, por exemplo, por 408 mil reais, e majora a obra em mais 300 mil, quase que dobra o valor.

Portanto, baseado nessa informação e nos efeitos dessa portaria, protocolei ontem requerimento, bem como entrei em contato por telefone com S.Exa., o Ministro da Saúde, e marcamos uma audiência na semana que vem, para que ele possa, por meio de aditivo, acrescentar esse valor às atuais construções das Unidades Básicas de Saúde no Estado do Amazonas e na Região Norte.

Ademais, como os novos Prefeitos recém-assumiram as administrações e a maioria das obras está paralisada, há tempo de se corrigir esse valor para que os Municípios não dependam de recurso próprio para concluir essas tão importantes e



estratégicas obras para a população que precisa de saúde e de atendimento básico à altura no interior do Estado do Amazonas.

E mais, Sr. Presidente, fiz um apelo ao Ministro para que o prazo dado para a construção, em convênios assinados por Prefeitos anteriores ao atual mandato, fosse esticado pelo mesmo período, uma vez que no Amazonas a época é de muito inverno.

Com a ampliação desse prazo e do acréscimo de valor — acredito que o Ministro atenderá a nossa reivindicação —, haverá uma combinação para que os recursos sejam destinados à construção e à implantação de novas Unidades Básicas de Saúde, ferramenta essencial para o tratamento e o atendimento de toda a população.

O povo ficará feliz porque terá uma Unidade Básica de Saúde de qualidade, com bons equipamentos, concluída em tempo hábil. Em vez de o atual Prefeito denunciar a falta de recurso para execução da obra, tudo se acertará. Ganharão a população e o Governo Federal.

Repito, se esse recurso não for alocado aos Municípios para a construção de Unidades Básicas de Saúde, as obras continuarão paralisadas pela forma como anteriormente era provisionado o recurso: de 408 mil reais para 726 mil reais.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado nos órgãos de imprensa desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*, afinal de contas, estou anunciando a nossa intervenção junto ao Ministério da Saúde, para que as Unidades Básicas de Saúde sejam aditivadas pelo preço combinado e determinado a partir da portaria publicada pelo Ministro neste ano de 2017. Ela vai aumentar muito a possibilidade de as obras não ficarem abandonadas nos diversos Municípios. O



povo está precisando de obras de boa qualidade, de Unidades Básicas de Saúde equipadas e, acima de tudo, de profissionais competentes para atendê-los.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para repudiar, reprovar e lamentar a forma de condução da Operação Carne Fraca, uma ação que maculou toda a cadeia produtiva da carne brasileira e parece ter sido pensada sob encomenda pelos países que perderam mercado para a qualidade da carne que produzimos no Brasil.

Pela primeira vez, em muitos anos, assisti a um desserviço da Polícia Federal à nossa sociedade, à nossa indústria, penalizando um setor que trabalhou por mais de 3 décadas para atingir o padrão de excelência em que se encontra hoje.

Num primeiro momento, fiquei estarecido — tenho certeza de que a maioria da população brasileira também ficou — com o resultado da Operação Carne Fraca, quando o delegado, em busca de holofotes, revelou um suposto esquema de aliciamento de fiscais sanitários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, para permitir que indústrias de proteínas supostamente comercializassem carne em desconformidade com as regras sanitárias.

Minha primeira posição, na condição de Deputado Federal e guardião da defesa dos interesses da sociedade, foi cobrar do Ministério da Agricultura e Pecuária uma investigação profunda em relação à situação dos frigoríficos brasileiros por entender que a saúde da população é mais importante que qualquer questão econômico-financeira.

Num segundo momento, constatei que a Polícia Federal havia cometido um equívoco sem precedentes na história nacional, sobretudo porque os laudos da



própria instituição encontraram irregularidade em apenas uma indústria e, ainda assim, que produzia salsichas.

Ao constatar que a operação da Polícia Federal atingiu apenas 21 das 4.837 indústrias frigoríficas do Brasil, envolvendo 33 funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, num universo próximo a 11 mil servidores, percebi que a Polícia Federal se equivocou ao demonizar toda a cadeia produtiva da carne.

Agora, diante da mácula à imagem da carne brasileira, teremos que usar a fatídica operação da Polícia Federal como oportunidade de mostrar não apenas ao mercado internacional, mas, sobretudo, ao consumidor brasileiro, que a carne produzida pela indústria de transformação é saudável e atende aos mais rigorosos padrões de qualidade.

O fato de terem encontrado irregularidades em 21 dos 4.837 frigoríficos de bovinos, suínos e aves não significa que toda a cadeia produtiva esteja contaminada, mas não podemos deixar dúvidas nos mercados interno e externo, mesmo porque esse espetáculo negativo pode gerar milhares de desempregos e prejudicar grandes Estados produtores como o meu o Mato Grosso do Sul.

A carne brasileira é de excelente qualidade, resultado de décadas de melhoramento genético, de investimentos em sanidade animal, de prevenção à aftosa e brucelose, de melhoria na tecnologia da agroindústria, de forma que não podemos permitir que uma operação que durou 2 anos, identificou 21 indústrias de proteínas em meio a quase 5 mil frigoríficos em atividades, seja capaz de colocar todo esse trabalho por terra.



A operação, não da forma como foi conduzida, mas no *modus operandi* como foi divulgada, cercada por holofotes e pirotecnia, acaba contaminando toda a cadeia produtiva, inclusive no meu Mato Grosso do Sul, que é hoje um dos principais criadores de gado, suínos e aves do País e que tem na sanidade animal seu maior patrimônio.

Também não podemos colocar no mesmo balaio os fiscais federais sanitários e os servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foram identificados, ao longo de 2 anos de investigação, 33 funcionários que traíram o serviço público ao deixar de cumprir seu dever em troca de suborno, mas é preciso ressaltar que o Ministério da Agricultura e Pecuária tem aproximadamente 11 mil funcionários, ou seja, apenas 0,3% desse total está envolvida em ilícito sanitário.

O importante é que o Governo Federal aproveite esse momento para separar o joio do trigo, punindo exemplarmente os servidores pilhados em esquema de corrupção e, também identificando e punindo na forma da lei as indústrias que traíram seus consumidores, mas não é verossímil que um problema pontual, e a Polícia Federal sabe disso, seja usado para generalizar toda cadeia produtiva da carne.

Da mesma forma, a atuação atabalhoada do Delegado Maurício Moscardi não deve ser usada para atacar uma instituição que tem prestado relevantes serviços ao país. Se houve equívocos, abusos ou falhas na Operação Carne Fraca, estes devem ser corrigidos no âmbito da própria corporação, ao mesmo tempo em que as indústrias de proteínas que atuam em sintonia com a legislação sanitária devem demonstrar aos consumidores internos e externos que sua carne é saudável, fiscalizada e pronta para o consumo com sanidade e segurança alimentar.



Espero que, nos próximos dias, possamos mostrar ao mundo todo que o setor produtivo de carne é um dos mais eficientes deste País.

Sr. Presidente, quero enaltecer a condução que o Ministro Blairo Maggi e o próprio Governo têm dado a esse fato.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sras. e Srs. Deputados, venham ao plenário. Faltam 12 Parlamentares para darmos início à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste pouco tempo de manifestação, quero chamar a atenção para o debate público que está posto com relação à lista fechada ou outro sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é sistema eleitoral. O sistema eleitoral é a expressão do voto que possa vir a atender àqueles mínimos do processo eleitoral.

Ontem foi realizado um seminário internacional que nos trouxe uma contribuição valiosíssima, com figuras dos Estados Unidos, do México e de Portugal. Foi um debate realmente muito rico, em que se relatou o conjunto de experiências da legislação eleitoral mundo afora.

Os Parlamentares da Comissão Especial da Reforma Política que tiveram a oportunidade de se manifestar chegaram pelo menos a um consenso: o atual sistema não garante os mínimos para o processo eleitoral de 2018.

Acho que nós não devemos nos impressionar com esse tensionamento que está aí. Antes de se travar o debate sobre o sistema de voto, sobre o sistema eleitoral, querem fazer outro debate, aquele que desmerece a política, que precariza os partidos políticos, que criminaliza a todos.

Esse é um debate que esta Casa tem que respeitar, como todo debate público, mas não é aquilo que vai contribuir para a construção do sistema eleitoral.

Portanto, é preciso que tenhamos grandeza e que trabalhem muito com bastante dedicação.



Para se construir efetivamente uma alternativa mínima para o processo eleitoral de 2018, para que isso aconteça, o que é um grande desafio, teremos que trabalhar muito para ver a melhor alternativa e reconhecermos que essa alternativa pode ser transitória e que, para os próximos pleitos, teremos que qualificar mais ainda.

Essa alternativa precisa ser viável e precisa dar uma resposta efetiva para sociedade. Que essa alternativa não alimente os argumentos que estão sendo colocados: o de defesa de quem está sendo investigado, de defesa da classe política.

Nós queremos a construção de um sistema eleitoral que atenda o mínimo para o aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. CARLOS MANATO - Sr. Presidente, peço que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Carlos Manato.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui para a cidade de Presidente Kennedy, principalmente ao litoral sul, e ao Estado do Espírito Santo algo sobre quando uma bancada federal trabalha em conjunto com o Governo do Estado e com a iniciativa privada.

Um grupo de investidores do Espírito Santo, com um grupo de Roterdã, há vários anos, está desenvolvendo um projeto chamado Porto Central, que vai gerar emprego e renda para todo o Estado do Espírito Santo e para o País. Esse projeto vem se arrastando há anos.

Ontem o Ministério do Transporte assinou a autorização para a construção desse porto. É lógico que essa foi mais uma etapa vencida. Agora, Sr. Presidente, só está faltando a licença ambiental e poucos documentos, para que se comece a obra.

Esse projeto vai gerar centenas de milhares de empregos, vai gerar renda e vai mudar a vida no Estado do Espírito Santo, fazendo com que navios de grande calado possam atracar nos portos.

Parabéns ao Governo do Estado. Parabéns à bancada do Espírito Santo. Parabéns a todos os atores que participaram dessa conquista: o Porto Central, em Presidente Kennedy, no Espírito Santo.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de informar que no Estado de Tocantins os produtores, os agropecuaristas têm confiança de que logo estará resolvida essa questão da carne no País.

Os frigoríficos, produtores e empresários de Tocantins estão à disposição do Brasil e do mundo, com carne certificada e de qualidade. São muitos anos de cuidado com o nosso rebanho para que ele possa representar o Brasil em todo o mundo. Exportamos carne para vários países, com selo de qualidade. Temos confiança na nossa carne. Afirmando isso para as famílias do Brasil e do mundo inteiro.

Quero apenas deixar registrada a nossa confiança nos agropecuaristas, no homem do campo do Brasil.

Parabenizo V.Exa. pela reunião de hoje nas Comissões, onde, com democracia, atendeu a todos os partidos e ouviu as reivindicações.



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 257 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROJETO DE LEI Nº 4.302-D, DE 1998

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302-B, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - “Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem, com base no art. 104 do Regimento Interno, para solicitar que a Mensagem nº 389, de 2003” — que foi encaminhada pelo ex-Presidente Lula —, “seja apreciada preliminarmente, frente ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.

O Regimento da Câmara dos Deputados determina, no seu art. 104, que a retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo autor ao Presidente da Câmara e, caso haja pareceres favoráveis, ou esteja pendente de parecer de alguma Comissão, o requerimento deverá ser submetido ao Plenário.

Tal entendimento já é adotado por esta Casa, conforme demonstra a Questão de Ordem nº 206, de 2003.

Em sua decisão, o ilustre Deputado João Paulo Cunha”, Presidente da Câmara à época, “salienta que:

1 - O pedido de retirada de tramitação é uma faculdade do autor que pode ser exercida a qualquer momento;

2 - A não apreciação do pedido de retirada obsta o andamento dos trabalhos;

3 - Para o bom andamento do processo legislativo, faz-se necessário que a retirada do projeto seja apreciada preliminarmente, posto que, aprovado este, o restante torna-se inócuo.



Ora, ante o exposto, fica evidente que a intenção do autor deve ser respeitada.

Solicito, portanto, a apreciação preliminar, pelo Plenário desta Casa, da Mensagem nº 389, de 2013, ante o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.”

Todos nós que hoje vamos apreciar este projeto já o conhecemos. Anteriormente ele era sobre trabalho temporário, em que teve depois incluída a questão das terceirizações. Trata-se de um projeto de 1998, que foi aprovado na Câmara, ao qual depois foi apresentado um substitutivo no Senado. Ele acabou não sendo aprovado à época.

O Presidente Lula, no momento em que assumiu a Presidência da República em 2003, solicitou a esta Casa que esse projeto fosse retirado, exatamente por ser um projeto nefasto, um projeto que prejudica os trabalhadores.

Sabemos como a terceirização precariza o trabalho dos trabalhadores do ponto de vista salarial. Inclusive, esse projeto traz a possibilidade de quarteirização. Há nele brechas, lacunas que permitem a terceirização tanto no setor público como no setor privado. E o Presidente Lula, ciente disso, pediu que ele fosse retirado.

Queremos, Sr. Presidente — como V.Exa. tem sido muito rigoroso na utilização do Regimento Interno —, que essa mensagem seja apreciada conforme reza o estatuto.

Não tenho dúvida de que V.Exa. irá acatar a nossa questão, para que não haja nenhum tipo de problema.

V.Exa. sabe que nós do Partido dos Trabalhadores e da Oposição vamos fazer obstrução. Mas essa é uma questão de ordem muito importante do ponto de vista regimental. Portanto, gostaria que V.Exa. a apreciasse com denodo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, foi bom que V.Exa. apresentasse a questão de ordem, porque isso acaba com aquele assunto de que o projeto é muito antigo.

O projeto é antigo. Mas o pedido do Presidente Lula é tão antigo quanto ele, é de 2003. E eu pergunto: por que será que um pedido do Presidente Lula de 13 de agosto de 2003 — que é o que V.Exa. me pede que seja atendido —, já há 14 anos parado na Casa, nunca foi atendido?

Depois disso foram Presidentes da Câmara o Deputado João Paulo Cunha, o Deputado Marco Maia, o Deputado Arlindo Chinaglia. Por que nenhum deles, Presidentes petistas da Câmara, atendeu o pleito do Presidente Lula? Porque, quando o Presidente Lula fez o pedido, essa matéria já tinha sido aprovada na Câmara dos Deputados, já não era mais uma matéria do Governo. Aprovada, ela passou a ser matéria da Câmara dos Deputados e, depois de aprovada no Senado, da Câmara e do Senado.

Por isso, indefiro a questão de ordem de V.Exa.

O SR. LEO DE BRITO - Eu recorro e peço o apoio de um terço do Plenário para o recurso com efeito suspensivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, essa matéria não é mais do Poder Executivo. Não há recurso nessa matéria.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma nova questão de ordem, por favor.

O SR. LEO DE BRITO - O recurso é sobre a decisão da questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há como receber o recurso, Deputado, porque essa matéria precluiu.

Não há matéria a ser decidida. Eu apenas expliquei por que essa matéria não existe no ordenamento legal da Câmara dos Deputados.

O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente, estou recorrendo da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão de ordem é baseada no art. 130, combinado com o art. 190 do Regimento Interno.

“O art. 190, que contém as regras sobre o processamento da votação em Plenário, determina que:

Art. 190. O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado como série de emendas e votado em globo, exceto:”

Aí ressalto esse “exceto”, que é o inciso I:

Art. 190.....

I - se qualquer Comissão, em seu parecer, se manifestar favoravelmente a uma ou mais emendas e contrariamente a outra ou outras, caso em que a votação se fará em grupos, segundo o sentido dos pareceres;

Aí há o inciso II. Passo ao parágrafo único:

Art. 190.....

.....



Parágrafo único. Proceder-se-á da mesma forma com relação a substitutivo do Senado a projeto da Câmara.

“A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou, por unanimidade, em 15 de outubro de 2008, parecer sobre o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 4.320, de 1998, rejeitando” o § 1º do art. 2º; a parte final do inciso III; o § 5º do art. 5º-A; o § 2º do art. 19-A.

“Está claro que o substitutivo do Senado a este projeto deve ser votado por partes, conforme a manifestação da CTASP, e não em globo.

O Deputado Benito Gama, do PTB da Bahia, apresentou” — e aí se entra na questão presente — “uma reclamação contra o parecer da CTASP, aduzindo que a votação da matéria naquele colegiado desrespeitou a forma prescrita no art. 190, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno, já que não separou a votação em grupos, segundo o sentido dos pareceres, e pede que o Presidente considere como não escrito o parecer da Comissão, devolvendo-o para ser reformulado na sua conformidade.”

V.Exa. acatou o pedido do Deputado Benito Gama, acolheu a reclamação e considerou não escrito o parecer ao substitutivo do Senado Federal.

Acontece que a determinação da Presidência alcançou a formulação do parecer, mas não alcançou “a votação realizada naquela ocasião na Comissão, uma vez que considerar o parecer não escrito e devolvê-lo para reformulação significa apenas que o mesmo deve ser adequado às normas regimentais, conforme determina o parágrafo único do art. 130 do Regimento:

(...)



Dessa forma, o Relator, ao proferir o parecer pela CTASP em plenário, não tem competência para alterar o que ficou decidido no mérito pelo colegiado, sendo sua manifestação apenas quanto à forma, conforme determina o Regimento.”

Esta é a questão de ordem: para que a matéria seja votada em partes, e não em globo, a partir do pronunciamento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, matéria não escrita significa que a votação foi cancelada.

O Relator da Comissão do Trabalho fará o relatório em plenário, assim que a obstrução for superada.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, recorremos da decisão de V.Exa. à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encaminho o recurso de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, inciso XII c/c. 101, I, "a", 3 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento de retirada de pauta do PL 4.302/98 seja feito pelo processo de votação nominal, art. 186, inciso II.

Sala das Sessões, em 22/03/17

Deputado André Figueiredo

Vice-Líder do PDT



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação.

O art. 104 do Regimento Interno reza que:

Art. 104. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo Autor ao Presidente da Câmara, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário.

Isso está sendo ferido! Estamos falando de “qualquer fase de seu andamento”, independente de a proposição ter sido apresentada em 2003 ou em 1998. Essa situação tem de ser verificada agora, o que não está sendo feito.

Então, quero fazer essa reclamação em relação ao procedimento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, recolho a reclamação e decido mais tarde.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado André Figueiredo. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, o substitutivo que vem do Senado, a par de renovar um debate, uma discussão que vem lá de trás, tem uma amplitude muito grande, a ponto de se dizer que vários temas que são por ele alcançados são temas da proposta do Governo Temer com relação à reforma trabalhista.

Não há, no substitutivo, só a questão da terceirização, só a questão do trabalho temporário. Há também uma proposição objetiva e clara com relação à validade do acordado sobre o legislado, a ponto de que, se ocorrer essa situação,



vamos poder prorrogar o trabalho temporário, não pelos 4 meses propostos no substitutivo, mas pelo período que for acordado. Isso é quase uma violência com relação ao conceito geral do trabalho temporário

Não bastasse tudo isso, há uma proposta ampla de anistia. Há não só a terceirização, mas também a quarteirização.

Então, há um conjunto importante de temas que são alcançados pelo substitutivo, que, repito, praticamente supera o conjunto de questões que estão na ordem do dia, no debate público com relação à reforma trabalhista, essencialmente essa questão do acordado sobre o legislado. Isso realmente impõe uma votação criteriosa, uma votação nominal, uma votação em que ocorra o debate e haja o posicionamento das diferentes bancadas — é claro, com todo o respeito, com toda a serenidade.

Sabemos que o processo de obstrução é legítimo e é um direito da Oposição. E achamos que a Oposição, nesse processo, nesse debate, tem que dar a sua contribuição, porque, com certeza, o resultado, seja pelo debate, seja pela maioria — e sabemos aqui da posição da maioria da base do Governo —, sempre acaba recebendo contribuição.

Por isso, renovamos o nosso posicionamento favorável à votação nominal, como consta do requerimento firmado pela nossa bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*



O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sugiro colocar “não” para todos os partidos da base do Governo. O tema está muito claro para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente, pelas razões já expostas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para clarear aqui: V.Exa. indeferiu o recurso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. Eu disse que o recurso é inexistente.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Como inexistente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu disse que a questão de ordem do Deputado, o pedido do Deputado é inexistente porque o pedido do Presidente Lula tornou-se inexistente a partir do momento em que a matéria já foi votada nesta Casa.

Então, inexistente o pedido, por isso, eu disse que estava indeferindo. Mas não pode haver recurso de algo que não existe.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, ele não foi apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, isso já está superado.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Ele não foi apreciado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, o pedido do Presidente Lula é de 2003.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sim, mas o projeto é de 1998. Isso não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas o projeto já foi votado. Ele já é da Casa, não é mais do Governo.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, peço que seja restituído o meu minutinho ali.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro! Será restituído todo ele.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Mas está claro no Regimento que isso se dá em qualquer fase da tramitação, Sr. Presidente. Está aqui no art. 104.

V.Exa. vai judicializar esta questão. Veja bem: o Regimento é muito claro ao dizer que *“em qualquer fase do seu andamento”*...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O tempo do Deputado do PSOL está correndo.

Eu já respondi sobre isso, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu não vou brigar com ele. A direção dos trabalhos garante o meu tempo.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Nós vamos judicializar essa questão, porque isso não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem problema, Deputado. Eu discordo do seu ponto de vista.



Se V.Exa. acha que a Justiça é o melhor caminho, não tem problema. É uma decisão do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Então, cabe recurso ainda, pelo art. 104.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que restitua o meu minutinho. *(Pausa.)* Obrigado.

Inicialmente, esta sessão tem que ser do bom debate e da identificação de cada posição. Por isso, é muito importante que haja o requerimento de votação nominal aprovado. Vamos votar tudo e colocar a nossa digital e a nossa convicção.

A compreensão do PSOL é de que esse projeto de terceirização é mais um que se soma na avalanche de precarização de direitos. Na profunda crise econômica em que estamos, o que se quer é botar a conta toda no bolso, na vida, na existência do trabalhador.

Portanto, o nosso voto é favorável, é “sim”. Estamos num processo de obstrução, em defesa desses trabalhadores. Esse projeto é extremamente cruel e tem, inclusive, essa anistia.

E olhe Sr. Presidente, as galerias deviam estar abertas, para a sessão ser plenamente democrática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi autorizada a abertura das galerias. Peço isso à segurança. Autorizei 80 senhas para a Oposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Heráclito Fortes.



O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSB quer confirmar o que já está no painel sem a manifestação do partido.

Vamos votar “não”, votando pela modernização desse sistema arcaico, que precisa se adaptar aos novos tempos. Não existe lógica para que se vote contra a terceirização.

A terceirização é um bem para o País e irá nos oxigenar. Temos urgência na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bom que o Brasil saiba que, se esta Câmara votar o PL 4.302, estará rasgando a CLT. Todos serão terceirizados na atividade-fim. Isso será um caos para o Brasil. Eu não quero que, na Presidência de V.Exa., Deputado Rodrigo Maia, se rasgue esse direito.

Mais do que isso, aqui se está desrespeitando o art. 104, porque, se foi indeferido o pedido que o nobre Deputado Leo de Brito apresentou, cabe recurso ao Plenário. E V.Exa., para cumprir o Regimento, deveria submetê-lo ao Plenário.

V.Exa. precisa olhar o art. 104, repito, para não rasgar também o Regimento. Já querem rasgar a Constituição e a CLT, para prejudicar os trabalhadores. Mas não espero que se rasgue o Regimento.

Então, mais uma vez, pela bancada do PT, queremos que acate esse recurso que foi solicitado ao Plenário.

O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “sim”.



E eu, para retificar a minha palavra, digo que não reconheço a questão de ordem. Pronto! Que isso já fique ajustado. Não cabe recurso.

Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim” e considera que não é correta a tramitação dessa matéria do jeito que está sendo feita.

Aqui os temas densos, complexos passam por longos processos de debate, de discussão e de formação de opinião. O tema terceirização foi debatido aqui durante os últimos 2 anos. Foi aprovado aqui um projeto que foi para o Senado. Já o Senado não votou a matéria e mandou para cá um projeto que está parado há 20 anos. É um atropelo.

Há uma Comissão Especial tratando de reforma política, que trata do mesmo tema. Portanto, se queremos garantir e valorizar o debate, façamos esse debate na Comissão Especial que está tratando da questão.

E o projeto, no conteúdo, é uma tragédia para os trabalhadores.

Por isso, votamos “sim”.

O SR. WELITON PRADO - O voto do PMB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim” Sr. Presidente.

Como temos colocado, não dá para jogar todos os problemas do País nas costas dos servidores e dos trabalhadores.

Já vimos acompanhando essa situação de precarização do trabalho há muito tempo, desde quando eu era Deputado Estadual, inclusive junto ao sindicato do



setor elétrico, em relação à CEMIG, quando muitos trabalhadores perderam a vida por falta de preparo.

Então, a terceirização precariza as relações de trabalho. Nesse sentido, o PMB vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP) - Verificação, Sr. Presidente

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. VAIDON OLIVEIRA (DEM-CE) - Peço verificação conjunta, pelo Democratas, Sr. Presidente.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta obstrução. O Partido dos Trabalhadores está em obstrução.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL modifica a sua orientação para obstrução.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os partidos da base no sentido de que compareçam ao plenário para vencermos a obstrução e votarmos este importante projeto.

Este projeto coloca o Brasil na modernidade. Ele nos retira das trevas, ele nos retira desta situação anacrônica que só existe aqui de legislação atrasada e de discurso ultrapassado. São quase 15 milhões de terceirizados no País, pessoas que precisam de segurança jurídica.

A especialização, hoje, é uma realidade. Nós não podemos viver no atraso, e temos que refutar esse discurso populista e oportunista de quem não quer que o País saia do buraco em que eles mesmos o colocaram.

Pedimos que a base esteja presente, para vencermos a obstrução e votarmos esta lei, que é importante para o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT altera sua orientação para obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quero esclarecer ao Líder Carlos Zarattini que qualquer outra questão de ordem que se faça eu posso vir a deferir, e o Plenário pode decidir, mas eu não posso acolher o recurso apresentado, porque nós estamos votando o substitutivo do Senado Federal, e não o projeto original do



Governo. Quer dizer, não há mais o projeto do Governo, o que há é o substitutivo da Câmara que depois foi para o Senado.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto, o pedido do Presidente Lula é originário do Executivo, à época. Ele foi votado na Câmara em 2000 — alcança o pedido do Lula —, foi para o Senado e foi votado em 2002.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. BOHN GASS - Então ele é originário do Governo. Ele foi votado na Câmara e, depois, foi para o Senado. O Senado o mudou, em 2002. Lula o assinou em 2003. O que Lula disse? *“Solicito a V.Exa. confirmar com exposição de motivos do Sr. Ministro a retirada do Projeto de Lei nº 4.302, de 2004”*.

Então, Sr. Presidente, sua interpretação não confere, uma vez que o pedido de Lula foi feito em 19 de agosto de 2003, e o Senado havia votado o projeto em 2002.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É exatamente isso.

O SR. BOHN GASS - V.Exa. disse que, pelo fato de o Senado ter votado, não poderia o Presidente retirar o projeto, o que é claro, já que o Presidente era o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu disse que a partir do momento em que a Câmara e o Senado votam uma proposição, essa proposição deixa de ser do Governo e passa a ser do Congresso Nacional — só isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, do PMDB.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço aos Srs. Deputados que venham a plenário. Estamos em votação, com efeitos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, quero dizer que somos contrários a esse projeto de terceirização que aparece de última hora na pauta para ser votado, num ambiente em que o Governo não tem quaisquer condições de colocar em votação a reforma da Previdência, na semana em que a carne podre veio à tona.

Ficou nítido que o Governo Temer tem responsabilidade direta em mais um dos grandes malfeitos ocorridos no País.

Precarizar o trabalho, terceirizar atividade-fim não é modernizar a legislação. Modernizar a legislação é garantir direitos previdenciários, salários dignos, empregos, renda, enfim, o oposto o projeto de recessão que o Governo Temer está executando.

Por isso, nós somos contra a terceirização...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, solicito o registro de meu pronunciamento nos Anais da Casa e sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho e, depois, ao Deputado Caetano.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante que os integrantes da base do Governo venham ao plenário para vencer a obstrução, para vencer esse discurso equivocado. Nós estamos falando de quase 15 milhões de trabalhadores brasileiros que têm, sim, os seus direitos respeitados, até porque o Brasil tem uma Constituição em cujo art. 7º, que tem mais de 30 parágrafos, estão os direitos individuais do trabalhador, absolutamente intactos, incólumes. Então, por favor, não vamos desinformar a população brasileira.

Nós estamos falando de uma situação em que 75% das empresas brasileiras já terceirizam alguma atividade de sua produção. Na Europa, são 80% das empresas. É bom lembrar que, no Brasil, mais de 14 milhões de pessoas estão no limbo jurídico.

Vamos vencer a obstrução e votar o projeto, que é importante para o Brasil.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que é um equívoco da bancada do governo estar aqui dizendo que é atrasada a nossa argumentação. Atrasado e equivocado é querer rasgar a CLT, é querer tirar direitos adquiridos da classe trabalhadora, trazendo esse projeto de terceirização, de precarização da mão de obra em nosso País, com a justificativa de que isso é o que acontece em outros países.



Nós temos que importar de outros países aquilo que é bom, não aquilo que é ruim, e isso é um lixo. Essa legislação é contra os trabalhadores e é um lixo!

Nós não permitiremos sua aprovação. Nós vamos continuar fazendo obstrução, reagindo, conclamando os trabalhadores brasileiros a se mobilizar para impedir que esta Casa aprove esse projeto de terceirização, assim como a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, também contrárias ao trabalhador brasileiro.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha questão é regimental. Lamentavelmente, o Presidente Rodrigo Maia não está na mesa.

Fico impressionado com o Relator da Comissão, o Deputado Rogério Marinho. Vejam bem, nós todos aqui temos que zelar pelo Regimento da Casa. O Presidente criou uma Comissão para discutir a reforma trabalhista, o Projeto nº 4.330, de 2004, está no Senado, e, de repente, quer apresentar um requerimento de urgência para discutir uma coisa pontual. Ora, não é assim. É preciso respeitar o Regimento da Casa ou, então, encerrar a Comissão.

S.Exa. disse que a Comissão não vale nada. Ou seja, estão perdendo tempo e gastando dinheiro público. Não dá para ser dessa forma! Acho que baixou o espírito do ex-Presidente da Casa no competente Deputado Rodrigo Maia, que tem conduzido a Casa ouvindo as Lideranças. Não sei por que agora essa ânsia de atropelar o Regimento. É para dar satisfação a quem?

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, eu fui citado.



O SR. SILVIO COSTA - A reforma da Previdência, graças a Deus, já está derrotada. O “competente” Temer — competente entre aspas: macaco em casa de louça, que todas as vezes que fala atrapalha o Brasil — retirou ontem os servidores dos Estados e Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sr. Deputado, vamos entrar no tema, por favor. Vamos entrar no tema.

O SR. SILVIO COSTA - Deixe-me concluir.

O tema é o seguinte: é preciso respeitar o Regimento da Casa. Não dá para votar esse projeto empurrando-o goela abaixo. Não vão nos empurrar nada goela abaixo aqui. Não podem votar da forma como V.Exas. querem!

O SR. BOHN GASS - Peço a palavra para uma questão de ordem nova, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Rogério Marinho, V.Exa. foi citado e tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA - V.Exa. foi citado, mas foi citado com carinho — com carinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero apenas, de forma muito serena, dizer ao bravo Parlamentar Silvio Costa que, na verdade, essa discussão é extemporânea, equivocada, absolutamente anacrônica.

Deputado Silvio Costa, eu falei sobre o que acontece em outros países porque é importante que não se desinforme a população. Essa expressão “terceirização” na atividade-fim e meio só existe no Brasil — tragam-me, por favor,



um exemplo disso em qualquer outro lugar do mundo. Terceirização ou especialização não existe. Existe uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho que fala sobre o tema.

Agora, ou nós enfrentamos a situação de que 15 milhões de trabalhadores se encontram no limbo jurídico, no vácuo, na insegurança, e justamente evitamos a precarização dos direitos desses trabalhadores, ou nós vamos continuar com...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Um momento.

Deputado Bohn Gass, V.Exa. vai apresentar uma questão de ordem?

O SR. BOHN GASS - Sim, uma questão de ordem com base no art. 118.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Certo.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entramos aqui com o pedido porque, pelo art. 104, é claro, é claríssimo que, em qualquer fase do andamento, há condições de sustar o projeto. Há um pedido feito em 2003 pelo Presidente Lula, que era contrário a sua apreciação.

O que diz o art. 118? Gostaria que V.Exa. prestasse bastante atenção, porque há agora um elemento novo.

O Presidente indeferiu o pedido sob a alegação de que, pelo fato de ter havido um substitutivo no Senado, esse ponto estaria superado. O problema é que ele se esqueceu do art. 118.



Para o art. 118, supressivas ou substitutivas, todas são emendas. Diz ele: *“Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra”*. A palavrinha “acessória” não substitui a principalidade do projeto solicitado pelo Executivo, e o Executivo, à época sob a Presidência de Lula, solicitou a retirada.

Então, ao solicitar a retirada — repito agora, indo do art. 118 para o art. 104: *“a retirada da proposição em qualquer fase”*. Ora, em qualquer fase é hoje! Então, se o Presidente fez uma interpretação equivocada porque ele disse que a votação no Senado seria superior, esqueceu-se do Regimento, desculpe-me. O art. 118 diz que ela não é superior, é acessória.

Nós voltamos a insistir em que esta Mesa, antes de qualquer debate sobre esse projeto nocivo para os trabalhadores e para o País, permita-nos apreciar a propositura da Presidência, que é a autora — portanto, o projeto é acessório —, permita-nos apreciar o pedido que Lula fez à época de retirada.

A verdade é que nós já estamos rasgando a CLT! Quero dizer aos colegas Deputados que afirmam que o Brasil tem que legislar para os 12 milhões de terceirizados que o problema é que o projeto não trata disso. O projeto não quer criar legislação para os 12 milhões de terceirizados, o projeto quer fazer com que outros 43 milhões virem terceirizados.

É esse debate que nós faremos, mas, antes de fazê-lo, nós precisamos cumprir o Regimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há necessidade de contraditar, porque o Presidente já indeferiu a questão.



O SR. DOMINGOS SÁVIO - Mas é justamente nessa linha que quero me manifestar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já está decidido pelo Presidente, e foi nesta mesma sessão que ele indeferiu a questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Então, conceda-me a palavra pela ordem, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Vamos seguir a ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Todos vão falar uma vez. Eu vou permitir que todos falem.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. está interpretando equivocadamente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu pedi a palavra...

O SR. CARLOS ZARATTINI - Trata-se de uma nova questão de ordem, e o próprio Presidente Rodrigo Maia disse, pouco antes de deixar a mesa, que, nós quiséssemos apresentar uma nova questão de ordem, ele a apreciaria e, se fosse o caso, levaria a voto no Plenário.

Nós apresentamos uma nova questão de ordem e nós precisamos que ela seja apreciada.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço para contraditar, caso V.Exa. vá se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não. Vou conceder a palavra ao Deputado José Guimarães. Depois, eu vou concedê-la a V.Exa., respeitando a ordem das inscrições.

Tem a palavra o Deputado José Guimarães.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Vamos por um lado e outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. mudou de lado?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. até que tem se conduzido bem quando preside os trabalhos, não só agora, como na gestão anterior: calmo, paciente, cumpridor do Regimento.

O que foi levantado e que eu peço a V.Exa. considere? Não se trata de nada que vá tirar atribuição do Presidente que já não está presidindo esta sessão.

Nós temos dois fatos supervenientes. O primeiro é a solicitação da Presidência da República. Ou os atos do ex-Presidente não valem nada? Esse projeto foi apresentado na época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não aceitou votá-lo. Depois, Lula pediu sua retirada. Aliado a isso, como segundo fato, há a tramitação no Senado do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004.

O que é razoável, Sr. Presidente, que V.Exa. faça, respeitando, evidentemente, as atribuições do Presidente Rodrigo Maia? Deferir a questão de ordem levantada pelo Líder Carlos Zarattini e abrir o diálogo, pelo menos enquanto nós esperamos a votação do PL que está no Senado Federal e que nós já votamos. Não há incompatibilidade nisso, Sr. Presidente; não há.

Portanto, para o bom andamento dos trabalhos e para o bom cumprimento das regras regimentais, nós estamos fazendo um apelo a V.Exa. Aqui não estamos em ringue de briga de galo; estamos discutindo vidas!

O PSDB sabe que Fernando Henrique Cardoso não permitiu que se votasse esse defunto velho, e agora V.Exas. vão se abraçar a esse defunto que há anos repousa nas gavetas da Câmara? Isso não pode!



Portanto, solicito a V.Exa. que considere isso tudo. Vamos abrir um diálogo de alto nível, com todos os Líderes, vamos conversar com as centrais sindicais para ver se encontramos outro entendimento que não seja o de aprovar o projeto de qualquer jeito, porque estamos mexendo com coisa séria.

Para terminar, lembro que dizem aqui que há 15 milhões de trabalhadores terceirizados que precisam ser regulamentados. É claro que precisam ser regulamentados, mas não desse jeito, levando todos eles para a atividade-fim!

Sr. Presidente, esse é o melhor encaminhamento que V.Exa. poder dar à questão. Rogo a V.Exa. que dê comando à questão de ordem levantada pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Domingos Sávio, V.Exa. deseja contraditar?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou contraditar, sim, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero deixar claro que essa matéria é vencida. A questão de ordem apresentada é absolutamente vencida. Ela havia sido apresentada, nos mesmos termos, poucos minutos antes, e foi indeferida, não foi acolhida pelo Presidente, que deu as justificativas plausíveis.

O mérito do que nós estamos debatendo salta aos olhos, é algo que só o PT não quer enxergar. O PT gerou milhões de desempregados no Brasil, o PT colocou o País no caos absoluto e praticamente quebrou este País, e agora faz de tudo para que nós não saíamos desta situação terrível em que nos encontramos.

Hoje é fato que existem mais de 12 milhões, provavelmente mais de 14 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil. Eles precisam de segurança



jurídica, isto é, os trabalhadores precisam de garantias e os empregadores de segurança.

O Brasil é o país com maior número de ações trabalhistas do planeta, e isso não beneficia em nada o trabalhador, isso é na verdade um pesadelo que gera desemprego: são milhões e milhões de desempregados.

Ora, se não fizermos aqui uma reforma trabalhista séria, se nós não votarmos esse projeto que regulariza de vez a questão da terceirização — projeto que, aliás, foi votado e aprovado aqui... Tentar obstruir, tentar ressuscitar Lula, que hoje tem é que responder pelos crimes que cometeu, trazer agora com essa cantilena para impedir que o País recupere o desenvolvimento e volte a gerar empregos é mostrar falta de qualquer compromisso com o Brasil.

Mas é esse o estilo do PT. Como eu já dizia, o PT sabe mesmo é fazer oposição: foi um desastre no Governo e agora, como oposição, tentam impedir o País de funcionar. Nós não vamos aceitar isso.

Venham todos para o plenário e vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, lembro a V.Exa. que fazer obstrução é regimental.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Srs. Deputados, para fazer registro, a palavra não será concedida agora. Nós estamos discutindo a matéria, se vamos votá-la ou não. Depois, eu deixo todo mundo fazer outros registros.

É sobre a matéria, Deputado Nelson Pellegrino?

O SR. NELSON PELLEGRINO - Eu vou falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não.



O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao Deputado que se pronunciou anteriormente que S.Exa. deveria pedir demissão da Comissão da Reforma Trabalhista, porque é seu Presidente. Essa matéria atropela totalmente o que está sendo discutido naquela Comissão. É uma minirreforma ou até uma macrorreforma, maior ainda do que a da Comissão que S.Exa. está presidindo.

Segundo, Sr. Presidente, não é verdade que não existem normas para regular o trabalho terceirizado e o trabalho temporário no Brasil. Existe jurisprudência e há decisões dos Tribunais Superiores e dos tribunais regionais que regulamentam essa realidade. Os Projetos de Lei nºs 4.302, de 1998, e 4.330, de 2004, vão de encontro a toda a prática do dia a dia da Justiça do Trabalho, das decisões por ela tomada.

Então, ninguém é contra a que se regule a terceirização e que se aprimore a legislação, mas não indo de encontro a tudo o que foi construído até agora no Brasil.

Essa proposta, como já foi dito aqui, não se propõe a resolver o problema dos 12 milhões de trabalhadores que estão no mercado terceirizado temporário de trabalho, mas fazer com que os 40 milhões de empregados que estão protegidos por lei fiquem desprotegidos por esse sistema que se quer criar.

Portanto, é de muita prudência que esta Casa não vote esse projeto hoje e espere aquele que virá da Comissão da Reforma Trabalhista. Matéria sobre o assunto já foi votada e está no Senado. Não entendo o porquê desse açodamento de entregar o serviço ao mercado.

Agora, quem quebrou o Brasil foi o golpe, permitam-me dizer isso.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, ressalto que aqui foi apresentada uma questão de ordem distinta das anteriores. Então, a Mesa tem que decidir. V.Exa. pode até não decidir de pronto, para buscar o melhor entendimento. A questão de ordem diz claramente que uma emenda substitutiva, mesmo que seja global, é matéria acessória à principal. Portanto, não é matéria superior e não é outra matéria. Foi solicitada a retirada, por parte do Poder Executivo à época, dessa matéria e ela não foi retirada. Quero solicitar a V.Exa., que tem conduzido com serenidade os trabalhos, que, de acordo com o Regimento Interno, avalie isso.

Em segundo lugar, já há uma lei que trata de prestação de serviços a terceiros no País. Mas o que o Governo quer fazer é mudar essa lei, permitindo inclusive a terceirização das atividades finalísticas de uma empresa, com o objetivo de baixar salários, precarizar a condição dos trabalhadores. Mas nós, que estamos participando de discussões na Comissão Especial da Reforma da Previdência, sabemos que essa medida vai inclusive diminuir a arrecadação previdenciária.

De mais a mais, nessa proposta está embutida uma anistia a todos aqueles prestadores de serviços a terceiros que não cumpriram a lei, não recolheram tributos, não recolheram impostos. Eles serão anistiados. É isso o que se quer votar aqui, o que não podemos permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

Eu vou conceder a palavra a todos. O Deputado João Daniel é o próximo, a quem concedo a palavra.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fazemos um apelo para a retirada de pauta desse projeto. Esse projeto não foi aprovado no Governo Fernando Henrique Cardoso, sendo engavetado, na época, por pressão do movimento sindical e da classe trabalhadora.

Há um pedido do Presidente Lula para que esse projeto não vá para a votação. Esse projeto, se aprovado, ameaça os 40 milhões de brasileiros e brasileiras que têm hoje os seus direitos trabalhistas respeitados. Esse projeto não vai gerar um emprego a mais. Esse projeto só precariza a condição dos trabalhadores que estão empregados com carteira assinada.

Esse é um apelo da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, da Central Única dos Trabalhadores e da União Geral dos Trabalhadores do nosso Estado de Sergipe, que neste momento acompanham esta votação e consideram que o projeto destrói aquilo que foi conquistado pelo povo brasileiro.

Esse projeto não gera emprego, enfraquece o movimento sindical e retira direitos já conquistados pela classe trabalhadora. Por isso, peço a retirada de pauta, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Melo.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, aos que dizem que não há regulamentação sobre terceirização, é importante esclarecer que foi votado aqui, em abril de 2015, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004.



O projeto que está em discussão sai das entranhas, do ninho do PSDB, para prejudicar os trabalhadores e o Estado. Esse projeto, na verdade, é um atentado contra os trabalhadores.

E nós queremos, sim, saber qual é o Deputado que vai colocar as digitais contra os direitos dos trabalhadores. Porque eles querem, sim, liberar a empresa da maleta, porque grande parte das empresas terceirizadas vive com uma maleta só, contrata os trabalhadores e vão embora.

E aí, como fica? Na realidade, acaba a responsabilidade social da empresa contratante. Há um projeto no Senado, de teor similar, que foi votado por esta Casa. Por que o Senado não quer apreciá-lo? Por que quer impor aos Deputados que se comprometam com esse Governo, que não tem legitimidade?

Por isso, vamos votar “não”, porque essa é uma traição à Nação e aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero deixar um abraço ao meu querido colega, o Deputado Federal Giovani Feltes, agora Secretário da Fazenda do Estado, que está nos acompanhando no plenário.

Segundo, nós temos uma legislação trabalhista que, se fosse por essa questão magnífica que esses gênios do PT falavam há pouco, nós não teríamos 2 milhões de desempregados.

Vocês devem fazer esse discurso bonito para um pai que levantou hoje de manhã e não tinha um pedaço de pão para dar para o filho comer porque não tinha



emprego. Perguntem para esse que vocês desempregaram com a falência do País e pela má gestão se ele quer ou não um emprego terceirizado. Ele quer um pão para comer!

A economia moderna exige cada dia mais especialização. A especialidade, a otimização, a capacidade de concretizar e a relação capital-trabalho não são as mesmas da década de 40 — certamente não. A terceirização está longe de precarizar qualquer coisa; na verdade, é uma afirmação da relação capital-trabalho e da abertura de novas oportunidades em vários campos. Ela é a otimização qualificada do processo.

O discurso bonito deste País lindo que vocês fizeram deixou 12 milhões de desempregados, e os parasitas da CUT estão aí aplaudindo, só que nunca se fala dos que não têm emprego e dos que estão com os filhos passando fome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é fundamental que o Regimento seja cumprido nesta situação. Nós fizemos um apelo, no início, para que a mensagem presidencial do ex-Presidente Lula seja apreciada por este Plenário, e estamos reforçando esse pedido.

Foi dito anteriormente pelos colegas que o art. 118 considera que emenda é proposição apresentada como acessória de outra. Portanto, a emenda substitutiva do Senado não retira a autoria do Poder Executivo do projeto.

E reforço ainda mais o que diz o art. 102, § 2º, do Regimento Interno:

Art. 102.



§ 2º As atribuições ou prerrogativas regimentais conferidas ao Autor serão exercidas em plenário (...).

Então, nós não podemos retirar essas prerrogativas do Poder Executivo. Temos que fazer essa apreciação, sim, sob pena de estarmos passando por cima do Regimento.

Por isso é que o Presidente Lula, naquele momento — e aí eu dialogo com os Deputados —, não precisou retirar nenhum direito do trabalhador para criar 22 milhões de empregos neste País, não precisou aprovar o projeto, que até hoje não foi apreciado. Foi pedida, na ocasião, a retirada do Projeto de Lei nº 4.302, extinguindo direito dos trabalhadores, a fim de gerar muitos empregos, aumentar a massa salarial de trabalhadores, fazer uma política de fortalecimento e de ganho real do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul; depois, falará a Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, antes, eu quero dizer que nós estamos recebendo no plenário o Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Giovani Feltes, que também está preocupado com a questão financeira do nosso Estado e com um projeto fiscal que a Casa vai votar na semana que vem.

Sr. Presidente, nós vamos aprovar o projeto de lei neste plenário, porque os Deputados querem mais emprego e dignidade para o povo brasileiro, que eles representam. A principal condição na vida de uma pessoa é a dignidade. E emprego representa dignidade. É para isso que nós estamos aqui.



A votação de um projeto desses é mais uma opção de geração de emprego. Isso não significa que o empresário não vai poder continuar contratando da forma como já vem fazendo, mas, sim, que ele terá mais uma opção.

Nós já fizemos essa experiência, Sr. Presidente, há 2 meses. Os salões de beleza, manicures e pedicures já estão trabalhando no regime de terceirização. E isso está dando muito certo, é o que está acontecendo. Então, é para isso que nós estamos aqui.

Eu gostaria de pedir aos meus colegas, Sras. e Srs. Deputados do PMDB e Deputados dos demais partidos da base, que venham ao plenário para votar a matéria, porque nós estamos fazendo uma votação para o bem do nosso País, para o bem das pessoas, para a geração de empregos, para a volta de 13 milhões de desempregados ao mercado de trabalho.

Essa é mais uma opção para os empreendedores e para aquela pessoa que está desempregada, para que ela possa dizer: *“Eu vou trabalhar amanhã, semana que vem. Eu vou trazer comida para dentro de casa”*.

É para isso que nós estamos aqui. É para isso que nós devemos aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, é uma vergonha que este projeto tenha sido retirado da última gaveta da Câmara dos Deputados e trazido ao plenário para prejudicar os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.



De que trata essa terceirização? Todos nós conhecemos pessoas que trabalharam em empresas terceirizadas que, ao final, fecharam as portas e deixaram esses trabalhadores sem receber as verbas rescisórias e os direitos assegurados.

As mulheres, sobretudo, pagarão um preço muito alto se esta matéria for aprovada, porque a terceirização, a precarização do trabalho fará com que elas não tenham os direitos trabalhistas assegurados.

Este projeto traz também em seu bojo a chamada pejetização, a transformação do cidadão, o trabalhador e a trabalhadora, em pessoa jurídica. Dessa forma, ele não terá mais férias, décimo terceiro, garantias diante de uma doença ocupacional, garantias diante de trabalho insalubre ou perigoso que ele realizar. Trata-se, portanto, de retirada de direitos que atinge todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras brasileiras.

E por que os meus adversários favoráveis à matéria, neste plenário, dizem que as empresas maiores estão felizes? Porque elas querem deixar de pagar direitos trabalhistas, rasgando a Constituição Federal e a CLT. Isso é impossível!

Nós resistiremos e não permitiremos esta votação!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos votar, Deputados!

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998,



representa uma afronta aos interesses dos trabalhadores brasileiros. É um projeto muito pior do que o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, e mais ainda do que o próprio projeto de lei que trata da reforma trabalhista.

Trata-se de projeto que representa um tiro no coração dos trabalhadores brasileiros e rasga a Consolidação das Leis do Trabalho. Ele traz no seu bojo as principais matérias objeto de debate na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, como, por exemplo, a prevalência do acordado sobre o legislado, a contratação de trabalhadores temporários e extraordinários e a inclusão do setor público no processo de terceirização.

Por isso, nós queremos nos posicionar contra esse projeto que extemporaneamente aparece incluído na pauta da Câmara dos Deputados, inclusive, de certa forma, revelando a pouca atenção da Presidência da Casa com a própria Comissão Especial criada para tratar exatamente dessa matéria.

Nós estamos achando esse comportamento muito estranho e, efetivamente, no dia de hoje, vamos obstruir a pauta para impedir que esse projeto, que prevê inclusive quarteirização para contratação de mão de obra, seja apreciado e votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede vota “sim”.

Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos que refletir cada vez mais sobre algumas questões na política.



Vejam bem todas as pessoas que estão nos assistindo e nos ouvindo neste exato momento: quando a maioria dos Deputados falar que é algo bom para o povo, podem ter certeza de que não é, porque a maioria aqui vem legislar a favor do patrão, dos ricos deste Brasil, contra a classe trabalhadora.

Eles vêm dizer que a terceirização é um sistema moderno? Isso é enganação! Por que não dizem a verdade, que a terceirização é para aumentar, cada vez mais, o lucro do patrão no Brasil? Os patrões não têm dó do trabalhador. Imaginem se a maioria dos Deputados vai legislar a favor de trabalhador! Não vai!

Nós só temos uma saída, que é a luta nas ruas, com o povo fazendo pressão. Querem ver uma situação, um exemplo concreto? O agronegócio. Diziam que era algo moderno, bom, que construiu o Brasil, e agora escutas da Polícia Federal revelam que até papelão dentro da carne tem! Que coisa boa é essa para o povo?

Então, quero afirmar que a terceirização nada mais é do que a precarização do trabalho, com menor salário, e significa, de uma vez por todas, voltar ao passado, colocar as pessoas em uma relação de submissão do empregado não à legislação, mas às regras do patrão, que tem o poder, porque dispõe do emprego e do dinheiro para oferecer.

Quero concluir dizendo que a maioria dos Deputados aqui, quando diz ao povo brasileiro, aos trabalhadores, às organizações: *“Estou fazendo uma coisa boa para vocês...”*

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.



O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito me chama a atenção quando determinados membros partidários, cujo partido está com a moral totalmente mergulhada na lama, vêm falar aqui do Presidente Lula.

É verdade que o Presidente Lula incomoda mesmo, porque é querido pelo povo brasileiro. O Presidente Lula incluiu no mercado de trabalho mais de 20 milhões de trabalhadores, quando Presidente, sem retirar direito deles. Agora, vir para cá e dizer que hoje a situação do desemprego é culpa do Governo do PT, digo que não é! A culpa é do golpe. São pessoas, inclusive, que chamam o trabalhador de vagabundo e vêm aqui dizer que querem proteger esses trabalhadores. São pessoas que sequer votaram no Presidente que está aí, porque não confiam nele.

Então, Sr. Presidente, nós somos contra esse projeto, porque precariza a vida dos homens e das mulheres deste País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Brasil nós já temos um grande número de trabalhadores terceirizados. No setor elétrico, são mais de 50%. Prestem atenção, os terceirizados trabalham mais, ganham menos e se acidentam mais. Essa é a realidade.

Eu queria aproveitar este momento e dizer para todos os trabalhadores brasileiros que Michel Temer se aproveitou da crise da carne para aplicar um golpe nos servidores públicos estaduais e municipais no tocante à reforma da Previdência. S.Exa. anunciou ontem, de última hora, que a reforma ficará restrita aos servidores federais; portanto, a batata quente vai passar para os Governadores de Estado e



para as Assembleias Legislativas. Esse Governo já sabe que a reforma não será aprovada como está e faz uma tentativa de tirar uma categoria significativa deste País, os servidores dos Estados, para que os Governadores e as Assembleias Legislativas tratem da Previdência em outro debate. Na verdade, esse debate tem que ser tratado aqui, porque constitucionalmente a Previdência engloba as esferas federal, estadual e municipal.

Sr. Presidente, solicito a divulgação de minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu estou inscrito há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Primeiro falará o Deputado Jorge Solla e depois a V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues. Essa é a ordem de inscrição que eu encontrei aqui.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Está ficando cada dia mais claro que esse Governo golpista é também o Governo da mentira. É uma mentira atrás da outra! A base do Governo também vem ao microfone dizer mais mentiras ainda.

Dizer que esse projeto é para regularizar o trabalho de quem é terceirizado hoje é mentira! Dizer que esse projeto é para criar mais postos de trabalho, mais emprego é mentira! Dizer que esse projeto é para dar garantias aos trabalhadores é mentira! Eles representam empresários que querem aumentar a margem de lucro.



Esse projeto, Deputado Zé Geraldo, serve para desregulamentar de vez o trabalho e terceirizar tudo, de forma ampla, geral e irrestrita. A matéria acaba com qualquer controle sobre o processo de terceirização, com qualquer restrição, com qualquer processo de fiscalização. Esse projeto é para rasgar a CLT!

O SR. ALIEL MACHADO - Presidente, orientação pela Rede...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede já votou "sim".

O SR. JORGE SOLLA - Ele é igual ao projeto que está na Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Como eles estão vendo que vão perder aquele debate, tiraram da gaveta um projeto de 1998, de Fernando Henrique, dos tucanos, que é quem mais sabe atentar contra os direitos dos trabalhadores.

Só que eles continuam mentindo. Antecipo logo aqui que é mentira o que Temer disse ontem em relação a poder excluir os trabalhadores dos Estados e Municípios do projeto do fim da previdência pública. A Constituição não permite que servidores federais, estaduais e municipais sejam tratados de forma diferente no que diz respeito às diretrizes gerais da previdência pública. Essa é mais uma mentira do Governo, que, além de ser golpista, mente para a população, mente para esta Casa, mente a todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues. Depois, falará o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Frente Povo sem Medo, de cuja fundação participei e da qual me sinto parte ativa.

Parabenizo também os artistas brasileiros, em especial a minha querida conterrânea Dira Paes. Ela, Bete Mendes, Wagner Moura, Osmar Prado e tantos



outros grandes artistas brasileiros emprestaram a fama e o talento para combater esse projeto esdrúxulo, essa perversidade de permitir terceirização e quarteirização até de atividades-fim na economia brasileira.

Não é admissível que V.Exa., Sr. Presidente, como economista, não assuma uma posição contrária a esse projeto e ainda tente impedir que ele seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço a V.Exa. que encerre, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - É hora de olharmos para o povo brasileiro.

Então, parabéns à Frente Povo sem Medo! No dia 30 de março, o povo brasileiro estará nas ruas para dizer não à reforma da Previdência, à reforma trabalhista e a esse projeto de terceirização, quarteirização, ou seja, de precarização do trabalho. Esse projeto vai criar uma verdadeira insegurança jurídica para os trabalhadores e, claro, uma segurança jurídica para as grandes empresas, que vão poder aumentar os seus polpudos lucros, para, quem sabe, seguir aqui a máxima de quem defende tão veementemente esse projeto, aqueles que dizem que não se pode garantir a aposentadoria porque aposentado é vagabundo remunerado.

Quando nós vemos os escândalos da carne pobre, começamos a entender por que querem escravizar o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que escravizou o nosso povo foram os 12 anos de um descalabro fiscal, de uma ganstança sem precedentes, o que levou o Brasil, nos



últimos 3 anos, à pior depressão da sua história desde 1900. Isso, sim, é querer escravizar o povo.

Os senhores deixaram uma inflação alta e um desemprego impressionante. Isso, sim, é não ter noção de que tudo custa. Houve uma irresponsabilidade sem precedentes.

O País fará, sim, as reformas — e as fará hoje. Daremos aos trabalhadores e aos empresários a votação da terceirização.

Nós vamos acabar, sim, com a precarização, que explora o trabalhador, que dá uma insegurança extrema ao empresário. Vamos fazer o que os senhores, em 13 anos, não tiveram coragem.

Agora, vamos confirmar o relatório do Deputado Laercio Oliveira.

Vamos dar segurança ao trabalhador terceirizado. Vamos criar um fundo, arma fundamental para enfrentar o desemprego. A votação desse projeto está atrasada 20 anos, como está a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

O Brasil está se levantando. Nasce um novo Brasil. Esta Casa hoje vai dar aos trabalhadores e aos empresários uma arma para combater o desemprego e estimular a economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu volto ao microfone, até porque nós estamos disputando a palavra com os Deputados de Oposição. E o debate é necessário.



É importante dizer à população que nos acompanha neste momento e aos nobres pares que nós estamos falando de uma situação de catástrofe, muito bem delineada pelo Deputado Darcísio Perondi.

São 13 milhões de desempregados — não é por acaso o número 13 — e 10 milhões de subempregados, de acordo com o IBGE. No total, são 23 milhões de pessoas. E mais de 20 milhões de brasileiros, por desalento, sequer procuram emprego ou estudam. Nós estamos falando de mais de 43 milhões de brasileiros e brasileiras que precisam se incorporar ao mercado de trabalho.

Nós estamos fazendo a nossa parte, Sr. Presidente. Mas é importante que hoje comecemos a nossa reforma do trabalho, retirando esse entulho da legislação, esse óbice que impede que o Brasil tenha competitividade.

É importante também lembrar aos Srs. Deputados da Oposição que, a exemplo da China e dos países asiáticos e do Leste Europeu, nós estamos hoje com um competidor às nossas portas, que é o Paraguai. Por isso, precisamos de ambiente propício, com respeito ao direito dos trabalhadores.

Quem fala em precarização e perda de direitos está desinformando a população, porque esses direitos estão contidos na Constituição brasileira, no art. 7º, e uma lei ordinária não pode alcançá-los nem subtraí-los. O que nós estamos fazendo é modernizar uma legislação e colocá-la no mesmo nível de todos os países que dão certo no mundo. Essa distinção entre atividade-meio e atividade-fim é um anacronismo que atrapalha o Brasil e impede o nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.



O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, nós também queremos endossar as palavras do Relator da Reforma Trabalhista, o Deputado Rogério Marinho, nosso colega.

Nós temos que quebrar esse paradigma. Como foi bem apontado, hoje temos não só 38,7 milhões de trabalhadores registrados, mas também mais 43 milhões de trabalhadores que precisam de uma oportunidade. Nós precisamos de uma legislação que motive, que incentive o empreendedor, desde o microempresário, a gerar empregos neste País.

Está na hora de modernizarmos, e a terceirização é um caminho que vem facilitar a vida do povo brasileiro. Pedimos à Oposição que se conscientize e pense não só naqueles que estão registrados, mas também nos desempregados, situação que estamos vivenciando em nosso País.

Por isso, é muito importante aprovarmos a terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estão faltando com a verdade neste plenário. Dizer que a terceirização irá resolver o problema do desemprego neste País é não olhar para a crise que estamos enfrentando. Deveríamos estar dando estabilidade para o trabalhador, e estamos tirando do trabalhador os seus direitos.

Não é verdade que o art. 7º da Constituição brasileira dá direito a estabelecer terceirização. Até dá, mas é terceirização para atender situação de crise ou quando



for voltada pura e simplesmente para oferecer melhorias. A terceirização para dar segurança ao empregador e deixar vulnerável o trabalhador não pode acontecer.

Nós estamos precarizando o trabalho, precarizando mão de obra, que vai ficar cada vez mais barata. O trabalhador qualificado terá que vender a sua mão de obra e, para se manter, vai ficar submetido à vontade do empregador, que terá toda a segurança jurídica, com esse projeto, para fazer o que bem quiser com o trabalhador e com a trabalhadora.

Por isso, devemos dizer não a este projeto, devemos dizer não à terceirização, porque ela é maléfica, não vai beneficiar nem trabalhadores nem trabalhadoras neste País. Pelo contrário, ela vai desempregar muito mais trabalhadores, principalmente os mais qualificados, que já estão ficando desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante que o Brasil acompanhe este debate, porque é absolutamente mentirosa a informação de que este projeto gerará empregos.

Este projeto propõe estabelecer a terceirização de forma ampla, geral e irrestrita para o serviço público e para a área privada, permitindo que um banco funcione sem nenhum bancário, que uma escola funcione sem nenhum professor.

Este projeto propõe ampliar a possibilidade de contratação de mão de obra temporária por 9 meses. Hoje, a legislação fala em 3 meses. Isso garantirá que os patrões possam contratar a maioria de sua mão de obra sem pagar, no final do



contrato, aviso prévio e multa do FGTS. Como isso vai gerar emprego? Quem é que vai pagar a conta? Ficam dizendo que isso é modernização. Que modernização?

Este projeto foi apresentado em 1998. Diziam que havia muito desemprego no Brasil em 1998 e que deveria o projeto garantir essa modernização. Em 2003, ele não foi aprovado. A partir de 2003, quando nós encontramos o País com 12 milhões de desempregados, o desemprego foi diminuindo, porque as políticas econômicas, a dinamização da economia ofereceram mais vagas, mais oportunidades ao trabalhador. Não mudou a legislação, e o desemprego diminuiu.

Esse Governo que está aí, com as trapalhadas que faz, é que leva o desemprego a 13 milhões. Portanto, não é esse o caminho da...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Cada orador disporá de 1 minuto.

Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para alguém ter direitos garantidos, precisa ter emprego. Então, esses 12 milhões de desempregados estão sem direitos.

Mas faço uso da palavra, Sr. Presidente, para pedir que seja considerado como lido este discurso sobre o esfacelamento da Polícia Civil. Nas 27 Unidades da Federação, a Polícia Civil está sendo aniquilada pelos Governadores, porque o pessoal está se aposentando, e os concursos não estão sendo efetivados.

A quem interessa isso, Sr. Presidente? A quem interessa o esfacelamento da investigação policial no Brasil? A quem interessa o incitamento à criminalidade? Isso nós temos que descobrir.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a quem interessa o desmonte da Polícia Civil nos Estados?

O art. 144 da Constituição brasileira cita a Polícia Civil como um dos órgãos da segurança pública, cabendo a ela, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Dados recentes têm mostrado o desmonte da Polícia Civil nos Estados, o que compromete diretamente a condução das investigações, o trabalho contra corrupção e lavagem de dinheiro e, efetivamente, a prisão dos criminosos.

A carência de pessoal e de recursos para a manutenção da instituição chega ao ponto de fazer com que não haja combustível para as viaturas, o que impede que delegados e agentes cumpram suas diligências.

Sr. Presidente, venho solicitar, desta tribuna, diretamente aos Governadores, principalmente ao Governador de Minas Gerais, que sejam sensíveis a esta causa e comecem a chamar os aprovados no último certame da Polícia Civil. É preciso também que já autorizem a preparação de um novo concurso, para que não haja mais essa carência de pessoal e possa a população brasileira voltar a ter a certeza de que o crime não compensa.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Florence, por 1 minuto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Dia Mundial da Água, saúdo o povo brasileiro, os movimentos



sociais que lutam pela conservação dos nossos mananciais, os profissionais, trabalhadoras e trabalhadores das empresas de saneamento pelo Brasil afora.

No caso da Bahia, cito a Foz, a CETREL, a EMBASA, a CERB, a direção política do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente na Bahia — SINDAE, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento — ASSEMAE.

Há uma luta nacional e até mundial pela proteção dos mananciais, pela conservação, pela oferta de água tratada para o nosso povo.

Na Bahia, o Água para Todos, iniciado pelo Governador Jaques Wagner, programa a que dá prosseguimento agora o Governador Rui Costa, está levando água para o nosso povo.

É a saudação que faço em defesa da água no Brasil.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável a desonestidade política com que o PT e os seus aliados tratam o nosso País. Até o ano passado, a então Presidente, que foi cassada, e seu partido defendiam reforma previdenciária e reforma trabalhista, inclusive com terceirização. Agora, porque ela foi cassada, deposta, e o partido saiu do Governo, estão aí falando mal tanto da reforma previdenciária quanto da reforma trabalhista.



Nós precisamos dar ao povo brasileiro a oportunidade de ter postos de trabalho, precisamos tirar da situação de desemprego 13 milhões de pais e mães de família. E chegaram a essa situação por causa da política que o PT colocou em prática ao longo desses 13 anos. É lamentável.

Vamos votar pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede faz o encaminhamento pelo voto “sim” porque aqui não há tese, aqui há dados oficiais.

Em 2014, levantamento feito pelo DIEESE demonstrou que os trabalhadores terceirizados ganham menos e trabalham mais. Votar a terceirização é votar a precarização do trabalho.

Esse é um discurso que interessa a quem? Interessa àqueles que querem proteger o empresário, em detrimento do trabalhador.

Terceirização significa, numa simples explicação, estabelecer mais um intermediário, e o trabalhador é explorado, não recebe de maneira adequada pelo trabalho que realizou. A terceirização é a precarização.

Não é retirando direitos, com a reforma previdenciária, com a reforma trabalhista, com a terceirização, com a mudança no ensino médio, que vamos conseguir melhorar este País. É preciso que haja responsabilidade, prudência. É preciso que se acabe com a corrupção.

A Rede vota...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que esses discursos ideológicos apontassem neste projeto pelo menos um item que atrapalhe a vida do trabalhador. Apenas um item! Eu quero que apontem.

A alta quantidade de desempregados no Brasil é resultado de uma soma de fatores. Primeiro, a incompetência e a inoperância do Governo que saiu.

Segundo, a informalidade no setor rural, porque é um trabalho sazonal. A terceirização vai regularizar a situação de quase 12 milhões de trabalhadores, que poderão recolher à Previdência, o que hoje não fazem porque trabalham informalmente.

Terceiro, um exemplo. No caso da construção civil hoje, ninguém constrói um prédio apenas com o trabalhador, com o operário. São todos terceirizados, cada um tem sua função, quem vai assentar as janelas, quem vai fazer o piso, quem vai levantar as paredes, quem vai instalar os elevadores.

Então há uma grande diferença...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estou dando só 1 minuto para cada orador porque muitos querem falar.

Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer uma retificação do discurso que proferi no dia 15 de março, segundo o qual o SINE-IDT, o Instituto de



Desenvolvimento do Trabalho — IDT, no Ceará, estaria sendo penalizado por cortes sistemáticos de recursos, com prejuízos para o seu funcionamento, inclusive com suspensão da pesquisa de emprego pelo Governo do Estado.

Recebi ligação do Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, o meu amigo Josbertini Clementino. Ele explicou que manteve, dentro das medidas de contenção de gastos do Governo do Estado, o compromisso de o SINE-IDT não ser penalizado. Disse que os ajustes feitos, inclusive com outras áreas, na Secretaria foram realizados sem penalizar o SINE-IDT.

Ele nos explicou ainda que a pesquisa de emprego não foi mantida em função do atraso do repasse por parte do Ministério do Trabalho, que, desde 2005, não repassa os 500 mil necessários a essa pesquisa.

Eu aproveito esta oportunidade para fazer um apelo ao Líder do Governo, no sentido de que ele possa acelerar, junto ao Ministério do Trabalho, a liberação dessa pesquisa, porque ela é muito importante para as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados que nós temos no Estado do Ceará.

Por isso, eu venho aqui fazer essa retificação, parabenizar o Governo do Estado, o Governador, o Secretário Josbertini e toda a sua equipe e fazer essa cobrança ao Governo Federal, para que mantenha esse repasse.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, aqueles que nos acompanham cotidianamente também por outros meios de comunicação, venho a esta tribuna retificar discurso que proferi no dia 15 de março, segundo o qual o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, o IDT-SINE,



estaria sendo penalizado por cortes sistemáticos de recursos, com prejuízos para o seu funcionamento, inclusive com suspensão da pesquisa de emprego pelo Governo do Ceará.

Mas, segundo a justificativa passada pelo Secretário Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Josbertini Clementino, e pelo Coordenador do SINE-CE, Robson de Oliveira Veras, a suspensão da pesquisa em 2017 se deveu à falta de repasse de recursos do Governo Federal. Mesmo com vários cortes que foram feitos na Secretaria, o convênio celebrado com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social — STDS do Estado do Ceará, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho — IDT para fins de custeio e operacionalização do programa SINE-CE e da Pesquisa Emprego e Desemprego — PED, está em plena execução. Isso está sendo mantido com recursos próprios, por meio de convênios do Estado com a entidade, pois o Ministério do Trabalho e Emprego — MTE não repassa recursos desde julho de 2016. Inclusive, R\$ 500 mil estariam empenhados desde 24 de julho de 2015, mas ainda não foram repassados ao Governo do Estado do Ceará.

Neste momento de crise aguda do mercado de trabalho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, somente em 12 meses, de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, o País perdeu 1.280.863 empregos com carteira assinada, e o Ceará, 36.603 empregos.

Espera-se que, com as políticas ativas de geração de emprego e renda, sejam fortalecidos os seus instrumentos de execução, como é o caso do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, também chamado de SINE-IDT, instituição sem fins lucrativos, qualificada pelo Governo cearense como organização social apta a



executar políticas públicas do trabalho. Mantém com ele exitosa parceria nessa área desde 1998, quando foi criada.

Tenho orgulho de afirmar-lhes que o SINE-IDT é hoje uma das principais referências no âmbito do sistema público de emprego do País. Atua com notória desenvoltura nas áreas de intermediação de mão de obra, habilitação ao seguro-desemprego, pesquisa e produção de informações sobre o mercado de trabalho, qualificação profissional, entre outras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou favorável à terceirização. Falo aqui em nome da agricultura brasileira, que precisa da terceirização. Nas colheitas sazonais, precisa-se do trabalhador por 1 semana, por 20 dias, por 30 dias. Não há como fazer contratos assim, nem os trabalhadores querem assinar a carteira para ficarem pendentes nesse trabalho.

Também precisamos de gente especializada para operar máquinas de alto valor, de alta tecnologia. Sem a terceirização, nós não conseguimos fazer isso.

Queremos empresas especializadas, com mão de obra especializada para ser contratada nos períodos em que precisamos dela, na colheita, no plantio, naquela atividade diferenciada da agricultura.

Por isso, peço a todos os companheiros que estão aqui que votemos esta matéria sobre a terceirização, porque realmente a agricultura precisa dessa lei imediatamente.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma ponderação para podermos tentar racionalizar um pouco mais este debate.

Em 2015, esta Casa aprovou um projeto que admitiu terceirizar uma série de atividades, inclusive atividades-meio. Essa matéria está no Senado Federal.

Está sendo discutida aqui a reforma da legislação trabalhista, num debate polêmico, controverso, como é da natureza da matéria, e aí se busca um projeto de 2002, absolutamente atípico em relação a tudo aquilo que está sendo e foi recentemente encaminhado por esta Casa e que repousa no Senado.

Nós achamos que esta matéria deveria ser melhor tratada. Não podemos aceitar de pronto, por exemplo, a responsabilidade subsidiária, no caso do contratante, em relação à solidária. Isso precariza principalmente aquilo que as estatísticas do Ministério do Trabalho estão apontando.

Portanto, no mérito, a bancada do PPS é contra esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Jones Martins.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço parte da Comissão da Reforma Trabalhista. Este projeto da terceirização vem complementar a reforma que estamos fazendo, que estamos debatendo na Comissão.



Uma coisa que há de ser dita, Sr. Presidente, é que, se o projeto do PT tivesse dado certo, talvez não precisaríamos estar discutindo isso. Se o projeto liderado pelo PT durante 13 anos tivesse dado certo, se a economia estivesse funcionando plenamente, nós não precisaríamos estar discutindo alternativas para minimizar — não é solucionar, é minimizar — o problema relativo aos 13 milhões de desempregados.

A impressão que se tem é que, para o PT, quanto mais desempregados, melhor. Quando a economia estiver pior, melhor. O cenário de desemprego e de economia fragilizada, para o PT, é o do quanto pior, melhor.

Isso se explica: o PT consegue, com isso, tutelar os seus trabalhadores. E a CUT, que é um braço do PT, acaba se fortalecendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Caetano.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos dar aqui um exemplo concreto. O Relator desta matéria, o Deputado Laercio, é dono de uma empresa que terceiriza mão de obra. O que ele faz? Ele pega a empresa dele, faz um contrato com outra empresa grande e terceiriza a mão de obra, ganha com a força de trabalho do trabalhador, aluga o trabalhador para a empresa. É por isso que eles querem que isto passe aqui.

O que isso tem de moderno? Quem é que ganha com isso? Quem ganha com isso são os donos das empresas terceirizadas! Isso não vai gerar nenhum emprego! A empresa pega um trabalhador diretamente de outra empresa, demite-o, contrata um com menos experiência, com menos garantias e, conseqüentemente, pega esse recurso, que vai para a empresa que contratou. É assim que se terceiriza mão de



obra, é assim que se quarteiriza mão de obra neste País. Não há nenhuma modernidade nisso!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu solicito à Mesa Diretora desta Casa uma moção de congratulações e aplausos pelos 100 anos de fundação do jornal *Correio da Lavoura*, um dos mais respeitados e conceituados semanários da Baixada Fluminense, sediado na cidade de Nova Iguaçu.

Eu faço esse pedido com muita alegria, com muita satisfação, por se tratar de um jornal que, mesmo premido por dificuldades financeiras e materiais ao longo de tantas décadas, consegue chegar ao seu primeiro século de existência mais sólido e mais forte do que nunca, numa trajetória corajosa de lutas, tropeços e vitórias.

Aproveito a oportunidade para homenagear a família Azeredo, o velho Silvino Hypólito, fundador, Avelino e Luiz Martins Azeredo e quem dirige atualmente o jornal, o meu querido amigo Robinson Azeredo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito à Mesa Diretora desta Casa do Povo uma moção de congratulações e aplausos pelos 100 anos de fundação do jornal *Correio da Lavoura*, um dos mais respeitados e conceituados semanários da Baixada Fluminense, sediado na cidade de Nova Iguaçu.



Eu o faço, Sr. Presidente, com muita alegria, com muita satisfação, por se tratar de um jornal que, mesmo premido por dificuldades financeiras e materiais, ao longo de tantas décadas, consegue chegar ao seu primeiro século de existência mais sólido e mais forte do que nunca, numa trajetória corajosa de lutas, tropeços e vitórias.

O *Correio da Lavoura* é um jornal que faz história, a partir dos registros da abertura da Via Dutra, do ciclo dos laranjais e sua decadência, da explosão demográfica na região, das emancipações, dos avanços e do desenvolvimento do Estado e do País, além das grandes transformações sociais, políticas, econômicas e morais da região da Baixada Fluminense.

O jornal *Correio da Lavoura* também fez parte da minha vida, principalmente desde a época em que tive a honra de servir, como homem público, a Nova Iguaçu, na condição de Diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana e também como Secretário de Educação daquele Município.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, sou testemunha ocular da conduta ilibada do *Correio da Lavoura*, sempre fiel às suas raízes e ao ideal de servir ao povo, sem, no entanto, fugir às suas tradições.

Fundado no dia 22 de março de 1917, pelo saudoso jornalista Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho, homem de indeclinável austeridade e de um currículo de vida invejável, o *Correio da Lavoura* é até os dias de hoje respeitado e admirado como um bastião inabalável, que jamais se dobrou aos poderosos, tampouco cortejou ou acovardou-se diante das adversidades, que não foram poucas.

Atualmente, dirigido por seu neto, o jornalista Robinson Belém de Azeredo, o jornal *Correio da Lavoura* mantém o firme propósito de prosseguir, com firmeza, com



obstinação, a obra e o legado deixados por seu avô, por seu pai, Avelino Martins de Azeredo, bem como pelo tio, Luiz Martins Azeredo, a quem também rendemos, igualmente, as nossas sinceras homenagens.

Como o velho Silvino Hypólito, Avelino e Luiz Martins Azeredo também se notabilizaram como defensores ferrenhos da liberdade de expressão e também como pilares da defesa de um jornalismo voltado para os interesses sociais e comunitários, estabelecendo assim uma grande parceria com o leitor, conquistando, por isso mesmo, o respeito e a admiração de todos.

Agora, ao lado do filho Vinícius Menezes Azeredo, responsável pelo Departamento Comercial da empresa, Robinson Azeredo mantém a linha editorial do *Correio da Lavoura* pautada, da mesma forma, na conduta da ética e nos valores que norteiam o jornalismo sério e imparcial.

Com isso, Sr. Presidente e nobres Deputados, o *Correio da Lavoura* conquista cada vez mais leitores, já que o semanário mais respeitado da Baixada Fluminense agrega tradição, dignidade e profissionalismo.

É por isso que festejamos com júbilo 1 século fechado de bons serviços do jornal *Correio da Lavoura* prestados ao bem público, à valorização das instituições, à democracia e ao Estado de Direito do povo sofrido da Baixada Fluminense, que, ao longo de décadas, ainda trava uma luta quase que inglória em defesa da cidadania, da dignidade e da justiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão com V.Exa. Não fique com esta marca, a



de votar a terceirização. Ela é fruto de um projeto de Fernando Henrique Cardoso. Quando Lula assumiu, engavetou esse projeto. Esta Casa começou a discuti-lo, e naquele momento discutíamos as atividades-meio.

Este projeto é muito mais agressivo, porque trata também das atividades-fim e desregulamenta toda a relação entre capital e trabalho.

Eu não tenho dúvida de que nisto há um dedo de Michel Temer, porque, se ocorrer hoje a votação da terceirização, nem será mais preciso fazer a reforma trabalhista.

O que está em jogo aqui é a relação entre capital e trabalho. Vamos regredir, e com um detalhe: ninguém está discutindo o trabalho análogo à escravidão, porque a bancada do agronegócio não quer discutir. Hoje se perdoam todas as dívidas. Isso é muito grave para a democracia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos Deputados da base para que venham votar, senão não vamos terminar esse projeto hoje. Faltam apenas cinco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço para refazer meu tempo por gentileza.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, essa conversa dos Deputados da Oposição, do PT, que não tiveram competência para administrar o País, de que haverá precarização da mão de obra é porque nunca sentaram do outro lado da mesa. Como a construção civil, por exemplo, que é o meu setor, vai contratar uma empresa para colocação de gesso, se ela não for terceirizada? Como



vai contratar uma empresa para fazer a parte hidráulica, se ela não for terceirizada? Como fará a parte elétrica, se ela não for terceirizada? Então, nós precisamos acabar com essa conversa da Oposição raivosa e vamos aprovar esse projeto.

Vamos vencer esta obstrução e vamos aprovar este projeto, para gerar emprego no Brasil e facilitar a relação de trabalho entre empregador e empresas terceirizadas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu fico estupefato com a vanguarda do atraso. A CLT assegurou a proteção do trabalhador em 1943. O mundo mudou, e o objetivo central do Brasil é criação de empregos.

Além do ajuste macroeconômico, nós temos que modernizar o nosso marco tributário e a organização do mercado de trabalho.

Onde está a precarização? Nenhum direito do trabalhador está sendo cancelado ou sequestrado. Em nenhum país do mundo existe diferenciação entre a atividade-meio e a atividade-fim. O tempo mudou, as formas de organizar a produção de serviços e mercadorias alteraram-se. Hoje temos, no século XXI, uma produção flexível e dinâmica. O Brasil não pode mais se render a esse anacronismo ideológico e se render ao atraso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha.



O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trago ao conhecimento da população que aqui estamos tratando da legalização do trabalho terceirizado, que já ocorre em vários setores da sociedade brasileira, em vários setores da produção.

Nós estamos, no dia de hoje, discutindo e tentando impedir os obstáculos que estão sendo criados por aqueles que estão, na verdade, defendendo as centrais sindicais. Toda essa zoadá aqui é para fortalecer as centrais sindicais, e não o trabalhador brasileiro.

Portanto, temos que evitar que esses obstáculos impeçam a votação desse projeto no dia de hoje.

Vamos para a frente! Vamos votar a terceirização ainda no dia de hoje!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 33;

NÃO: 222;

ABSTENÇÕES: 4;

TOTAL: 259.

O REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra do interstício para a votação nominal do requerimento de retirada de pauta apresentado ao PL 4.302/98.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, eu quero esclarecer para o Brasil e para os Deputados que há um equívoco muito grande da Situação, do Governo. Eles dizem que querem ajudar a regularizar os 12 milhões de terceirizados que existem.

Não é disso que trata o projeto! V.Exas. estão mentindo! O projeto não trata de criar mecanismos de defesa dos 12 milhões já terceirizados. O projeto é fazer com que os 34 milhões que estão contratados diretamente também vão para a precarização. Assumam que estão mentindo! Só mentindo é que conseguem tentar aprovar um projeto.

Em segundo lugar, as terceirizadas — é o DIEESE que diz isso — pagam 27,1%, ou seja, 30% a menos de salário. A ANAMATRA — Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho afirma que a cada 10 acidentes de trabalho 8 acontecem nas terceirizadas. É claro, pois a contratação é mais frágil. O empregador, ao contratar diretamente, coloca a estrutura de proteção, dá cursos, capacitação. Porém, a terceirizada não faz isso. A terceirizada diminui o salário; na terceirizada haverá mais mortes, haverá mais acidentes. É isso o que o Governo está fazendo.

Por que o Governo está mandando esse projeto? Porque os empresários pagaram o pato na época do golpe, e a conta está sendo cobrada agora. Querem o retorno. É disso que nós estamos falando.



Quanto à situação do Temer hoje dizem: *“Ah, mas o PT foi incompetente no Governo e quebrou o País.”*

Mentira! No momento em que foi feito o golpe — e eu vou trazer esses números no próximo debate aqui —, não ganhando no voto popular, o Aécio Neves disse o seguinte para o Brasil inteiro: *“Nós vamos obstruir e inviabilizar esse Governo no Congresso Nacional.”*

Aí juntou-se com o PMDB — o Cunha, as pautas-bomba —, e, a partir daquele momento, empresas demitem, eles querem tirar a aposentadoria dos trabalhadores e fazer a terceirização. Ou seja, a economia do País está quebrando. Então qual é o grande responsável pela quebra do País? O golpe que se constituiu no Brasil.

É contra isso que nós estamos lutando. Por isso nós queremos que haja, sim, votação, passo a passo. E nós continuaremos em obstrução.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O Deputado Wilson Filho acompanhou o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de mentira quem entende é o Partido dos Trabalhadores, pelos 12 anos. Fizeram algo, nós respeitamos, mas desmontaram, principalmente nos últimos anos. Então os profissionais que entendem de mentira estão em outro lugar.

Segundo: eles querem a licença de proibir o interstício para continuar fazendo o que eles sempre fizeram. Nós queremos libertar os operários da escravidão dos



sindicatos. Aliás, os sindicatos melhores até estão ajudando, mas há alguns que olham para trás pelo retrovisor.

Em terceiro lugar, o Brasil é o último País que mantém a selvageria, a precarização, e nós precisamos da terceirização. E está muito clara no projeto do Laercio a responsabilidade subsidiária e muito mais. Países da Europa e países da Ásia aumentaram a produtividade, porque usaram o instrumento da terceirização.

E repito: esta é a maior e principal arma neste momento para enfrentar a tragédia do desemprego que o PT e a Oposição entregaram para nós no ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PP vota “não”, Sr. Presidente. Todo o Bloco vota “não”, também. Toda a base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Toda a base vota “não”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto “não” é para a base inteira. “Não” para a base inteira.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim” para a quebra de interstício, porque este é um tema que jamais pode ser votado no afogadilho.

É um conjunto de mentiras. Há pessoas aqui falando do projeto sem haver lido o projeto. Não há nenhuma hipótese de este projeto gerar mais empregos. O que pode acontecer é que sejam tirados empregos formais e substituídos por empregos precários, empregos terceirizados, empregos com salário menor, com as pessoas adoecendo mais e tendo maior volume de acidentes.

Ninguém está aqui dizendo que não pode haver contrato temporário para a construção civil, por exemplo.

O que o projeto pretende é elevar o tempo desse contrato para 9 meses. Isso é um absurdo! Por isso, é necessário adiar esse debate.

Nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão não é avaliar se a aprovação desse projeto vai determinar mais ou menos empregos.

Nós já debatemos longamente a questão da terceirização, que não é o caso desse projeto, ele é muito mais amplo: é o trabalho temporário, é o acordado sobre o legislado. A questão toda é a regularização da terceirização, que já foi objeto, mas excluindo a atividade-fim.

Por isso, nós do PDT queremos debater mais, discutir a amplitude e todas as consequências de um projeto como esse. Ele inclusive prejudica, no sentido legal,



no sentido jurídico, a Comissão Especial instalada para tratar da reforma trabalhista. Ele tira o foco, supera o conjunto mais importante de questões.

Por isso, o PDT vai votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa matéria, que querem dizer que é para a modernização das relações do trabalho, é absurda.

Até o projeto que está sendo votado, se formos pegar a capa dele, ela estava amarela de tão velha, pelo período há que está tramitando. Ela estava datilografada, feita por máquina de escrever. Sem contar que ele retira mesmo direitos dos trabalhadores brasileiros.

O Governo está mudando de tática. Viu que vai perder na reforma da Previdência pela mobilização nacional. A própria base do Governo não está tendo coragem de votar essa reforma da Previdência. Na alteração de tática, estão querendo votar agora a terceirização e o desmonte da legislação trabalhista no Brasil.

A bancada do PSOL vota “sim” à quebra de interstício e “não” a essa terceirização total e irrestrita.

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, o PT...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT, Deputado Caetano?

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O projeto é de 1998, de Fernando Henrique Cardoso, e, agora, Temer. É o encontro dos dois para fazer maldade, é o encontro do PSDB e do PMDB para fazer maldade contra a classe trabalhadora.



Dizer aqui que é um avanço e que gera emprego terceirizar, quarteirizar, “quinteirizar” ou “sexeirizar” é um absurdo, Sr. Presidente!

O PT vota “sim” à quebra de interstício, e o PT vota “não” à terceirização, porque entende que a terceirização não traz benefício nenhum à classe trabalhadora, não emprega mais gente e não gera renda — gera renda, sim, para a classe empresarial, para os donos das empresas que vão terceirizar a mão de obra do trabalhador, vender a mão de obra do trabalhador para ter lucro sobre a força de trabalho do trabalhador brasileiro, que já é tão sacrificado neste País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 041.3.55.O
Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. BOHN GASS (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem, pelo art. 118.

O art. 118 coloca claramente, sobre o tema que nós conversamos antes, na questão de ordem, para apreciar aqui o tema que o Presidente Lula, à época, pediu para suspender esse projeto...

V.Exa. nos argumentou que não poderia levar à votação em função de que o Senado já havia se posicionado sobre isso — foi a sua afirmação anterior, e a Câmara também.

Só que...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento:

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.302/98.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado André Figueiredo. *(Pausa.)*

A questão já está superada, Deputado.

O SR. BOHN GASS - Trata-se de uma nova questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Questão de ordem sobre o mesmo assunto.

O SR. BOHN GASS - Não, Sr. Presidente. É uma nova questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado André Figueiredo. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS - Art. 118. É uma nova questão de ordem, Sr. Presidente. É uma nova questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra Deputado Darcísio Perondi, para falar contrariamente.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas é o mesmo assunto, Deputado. Eu já decidi.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já decidi!

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não votar hoje significa desemprego. Votar hoje significa emprego.

Não votar hoje significa não libertar os empregados da escravidão de muitos e muitos sindicatos corporativistas atrasados. Não votar hoje é não aumentar a confiança do empresário, que quer uma relação terceirizada, e não "selvagerizada",



com o seu funcionário. Não votar hoje significa continuar o desemprego, que foi uma herança dramática recebida nos últimos 3 anos.

Portanto, esta Casa precisa votar pelo Brasil, pelo novo Brasil que nasce. Nasce esperança nos corações dos trabalhadores e nos corações do empresário ao se obedecer a uma lógica de modernização do trabalho no mundo inteiro. No Brasil chega agora. Que bom que vai chegar! E esta Casa vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, para falar a favor.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa proposta deve ser retirada de pauta, porque ela representa um verdadeiro atropelamento. Em primeiro lugar, atropela a própria decisão desta Casa. Nós já decidimos esta matéria, independentemente da posição do Governo, da Oposição. Nós excluimos a atividade-fim da terceirização.

Esse substitutivo que vem do Senado Federal e que agride substancialmente, repito, a decisão que tomamos nesta Casa em relação à matéria, também atropela a iniciativa louvável deste Parlamento, do Presidente da Casa, que criou uma Comissão Especial para examinarmos as propostas oferecidas pelo Governo Temer para fazer a alteração da legislação trabalhista. No substitutivo, encontra-se a questão central que está sendo discutida na Comissão Especial — é bem verdade que há a apreciação do próprio Judiciário sobre a matéria — , que é a questão do acordado sobre o legislado.

Ademais, no que se refere ao trabalho temporário, cujo mérito nós vamos examinar, há a possibilidade de esse trabalho temporário ser estendido por um



tempo extraordinaríssimo. Não são só os 4 meses que são expressos na proposta do contrato.

Portanto, a proposta, o substitutivo que estamos a examinar avança em questões muito além da terceirização, para não falar na quarteirização, para não falar em outros processos que não dão nenhuma garantia. São muito respeitáveis as posições que reconhecem que há de se regular a terceirização. São muito respeitáveis as posições dos que dizem: *“Olha, estamos diante de uma crise econômica que está produzindo desemprego no País”*.

Todas essas questões são muito bem colocadas e respeitáveis. Mas dizer que esse projeto, esse substitutivo vai ter o condão de superar o desemprego, vai ter condão de modificar, de alterar substancialmente uma realidade que, acima de tudo, é uma crise econômica sem precedentes?!

Há aqueles que dizem *“O responsável pela crise é o Governo anterior. Se o Governo anterior é o responsável pela crise, também é responsável pelo desemprego”*. Isso são falácias, com todo o respeito. São necessários argumentos mais convincentes para se homologar a precarização de direitos e alterar substancialmente a reforma trabalhista, que é o objeto de Comissão Especial nesta Casa.

Por isso, o PDT vota pela retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Durante o discurso do Sr. Afonso Motta, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Fabio Reis votou conforme a orientação do seu partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base toda do Governo indica o voto “não”.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB encaminha “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT?

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT reivindica a retirada de pauta.

Tem que ficar bem claro qual é o interesse do Governo golpista, colocando aqui na pauta esse projeto tão antigo.

Não é por acaso que o Relator, que deveria até se julgar impedido, é dono de uma das maiores empresas. Ele é um dos maiores interessados na aprovação desse projeto, para aumentar a margem de lucro de sua empresa. Isso é um absurdo! Da mesma forma, na reforma da Previdência botaram para relatar a matéria um sonegador da Previdência Social neste País, que está diretamente interessado em mudar as regras do jogo da previdência pública.

Nós não podemos permitir o que está acontecendo aqui. É balela dizer que vai regulamentar a terceirização para ajudar os trabalhadores. Estão pagando a conta do golpe. Estão atendendo interesses dos empresários. Estão fazendo isso



para tirar direitos dos trabalhadores e aumentar a margem de lucro dos empresários.

Estão pagando a conta do golpe, para encher o bolso dos empresários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PT é “sim”.

Deputado Afonso Motta, como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelas razões que o PDT tem apresentado, por entender que esse substitutivo amplia a importante discussão que estamos fazendo sobre o conjunto dos direitos trabalhistas que estão na pauta, nós vamos votar “sim”. Achamos que esse tema precisa ser mais discutido, precisa efetivamente ser compreendido em toda a sua dimensão.

Por isso, o PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB, Deputado Davidson Magalhães?

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto que está sendo desarquivado de maneira célere aqui atropela o debate que está sendo feito sobre a reforma trabalhista. Ao mesmo tempo, esse projeto, que altera substancialmente as relações de trabalho no Brasil, ampliando a precarização, tem uma interferência muito grande para agudizar a situação de formalidade do trabalho no nosso País e, conseqüentemente, prejudicar a arrecadação da Previdência Social.

Portanto, essa é uma atitude que não só visa à precarização, mas também não resolve o problema da crise econômica. Intensifica a crise econômica, porque ela é fruto do golpe.



Os golpistas desequilibraram a economia brasileira, desestruturaram ainda mais o clima para o desenvolvimento produtivo do País. E este resultado levou o País ao caos em que se encontra.

Portanto, o PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Pollyana Gama, como vota o PPS?

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, é importante salientar que o PPS entende que nós devemos retirar de pauta esta matéria. A nossa orientação é “sim”, pela retirada de pauta, tendo em vista que há pontos desta proposição que impactam e precarizam as relações de trabalho.

Então, nesse sentido, o PPS vota pela retirada de pauta. A orientação é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL?

O SR. ENIO VERRI - A Minoria...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, se não me engano, eu ouvi uma declaração de V.Exa. contra a reforma da Previdência. Vários Parlamentares, independentemente de serem da Oposição, e Parlamentares inclusive que compõem o Governo se manifestaram no mesmo sentido de que não votariam a favor da reforma da Previdência.

Este projeto é tão danoso quanto aquele. Esta proposta, além de precarizar as relações de trabalho, não é garantia de direitos para quem já é terceirizado, é a abertura da possibilidade para que toda e qualquer relação de trabalho seja terceirizada.



Nós não podemos aceitar isso e esperamos que esta matéria não seja votada no dia de hoje. Por isso, o PSOL vota “sim”, a favor da retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

O SR. ENIO VERRI - A Minoria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Minoria?

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como disse o representante da base do Governo há pouco, votar a favor deste projeto é realmente a independência — a independência do salário justo, a independência da garantia dos mínimos direitos — e a certeza de uma vida muito mais miserável do que a vida de hoje.

Votar a favor da continuidade de um projeto como este é condenar os trabalhadores a viverem, cada vez mais, na pobreza e na miséria. Isso, de maneira nenhuma, aumenta o emprego no País. É um atraso defender este projeto.

Por isso, a Minoria vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação a retirada de pauta.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem favoráveis à retirada de pauta permaneçam como se acham. (*Pausa.*)



O SR. MARCON - Ganhamos! (*Palmas.*)

Venceu o “sim”! Venceu o “sim”!

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Só um minutinho...

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Foi rejeitado o requerimento, Sr. Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA - Peça votação nominal de ofício, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O requerimento da retirada de pauta...

Eu estou acompanhando lá...

O SR. MARCON - O “sim” ganhou! O “sim” ganhou!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou repetir.

O SR. MARCON - Não tem que repetir! O “sim” ganhou!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem favoráveis à retirada de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. MARCON - Sr. Presidente, V.Exa. não pode fazer isso!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - As pessoas não me ouviram falar!

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Vamos levantar, pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - REJEITADO O REQUERIMENTO.

(Tumulto no plenário.)



O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Felipe Maia votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Alguém mais quer justificar o voto?

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. já tinha feito uma votação. Não pode fazer duas!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - As pessoas não ouviram, Deputado.

O SR. MARCON - Não tem essa!

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Juscelino Filho votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, pela Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, ao Deputado Laercio Oliveira. *(Pausa.)*

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcos Reategui votou com o partido.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Elmar Nascimento votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Registrado.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Josué Bengton votou com o partido na votação anterior.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Juscelino Filho votou com o partido na última votação.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Registrado.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quer justificar meu voto, porque na votação nominal votei com o partido também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Registrado. Mais algum?

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Diego Andrade votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Registrado.

O SR. SÉRGIO BRITO (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Sérgio Brito votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Registrado.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Janete Capiberibe, nessa votação, votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ao Deputado Laercio Oliveira.

V.Exa. tem o tempo regimental.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer a leitura do meu relatório, eu quero dizer para todos, em alto e bom som, que eu tenho muito orgulho de relatar este projeto de terceirização.

Preciso também dizer que todos nós que aqui estamos, homens e mulheres, devidamente qualificados, competentes e responsáveis, devemos fazer aqui um debate dentro do contexto. Eu lamento a expressão utilizada por um colega para fazer referência à vida pessoal de quem quer que seja. Acho que este não é o ambiente propício para isso. Portanto, eu espero que haja serenidade, equilíbrio e responsabilidade de cada um de nós.

Outro detalhe importante: eu estou sentado nesta cadeira desde o começo e vou ficar aqui até o fim para, exatamente, olhar para cada um dos meus colegas e ouvir o posicionamento de cada um deles.

Quero que V.Exas. saibam que eu me preparei muito para este momento. Eu procurei me aprofundar no tema e percebo, em tudo o que ouvi até agora, que existe uma desinformação completa. Uma parte dos meus colegas e das minhas colegas usa aqui o argumento correto, sem ideologia, sem paixão, sem fanatismo, mas boa parte do que ouvi aqui está totalmente desalinhado com o objetivo do projeto. Somente para V.Exas. terem uma ideia, há aqui quem fale em anistia: *“O projeto fala*



em anistia...”. Mas o projeto não fala nisso. Do relatório que eu apresentei à Mesa foi retirada a anistia. Não vale a pena nós ficarmos aqui discutindo esse assunto.

Falou-se muito também em precarização. A terceirização não é precarização. Ora, deixem-me fazer um exercício com V.Exas. A terceirização não é um fato novo! Quanto ao debate que nós estamos fazendo aqui, parece que é o Governo legítimo de Michel Temer que está criando uma modalidade de contratação. E isso não é verdade. A terceirização já existe há longos anos no Brasil. O que nós estamos fazendo aqui é tão somente trazer legitimidade à terceirização.

Enfim, nós queremos fazer aqui uma discussão para que a terceirização se torne uma lei, porque hoje ela é regida por uma súmula do TST. Vale, aqui dentro, a nossa reflexão no sentido de que nós não podemos permitir que outros Poderes legislem em nosso favor.

Então, não vamos usar o argumento de que nós estamos rasgando a CLT!

Um colega meu fez um pedido que vai permear todo o debate deste projeto, até a votação final. O pedido dele, que serve para todos os que aqui estão, é o seguinte: *“Aponte-me, dentro do texto todo, um item apenas que retire direito do trabalhador”*. Vou dar a resposta: não existe nenhum.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar o voto do parecer da Comissão do Trabalho:

“II - Voto

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.

Em relação ao mérito, entendo que quase a integralidade do texto do Senado merece prosperar, com exceção, exclusivamente, do § 2º do art. 19-A, constante do



art. 2º do Substitutivo do Senado, por ele estabelecer uma anistia às partes dos débitos, das penalidades e das multas impostas com base nas normas da legislação vigente e que não sejam compatíveis com a nova lei, pois não trazem a estimativa do impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesas ou da redução de receitas que dela advirão para os cofres da União.

Ademais, tendo em vista a necessidade de deixar clara a possibilidade de o contrato de trabalho temporário poder versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e de atividades-fim a serem executadas pela tomadora de serviços, entendo por bem trazer ao texto do Senado Federal a disposição constante do § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados.

Em virtude do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302-B, de 1998, e pela rejeição:

a) do § 2º do art. 19-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal;

b) da supressão do § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões.

Brasília, 22 de março de 2017.

Deputado Laercio Oliveira, Relator.”

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 041.3.55.O

Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL

Typo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(PARECER A SER INSERIDO PELO SERAT)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Laercio Oliveira, aproveitando que V.Exa. já está na tribuna, peço que já dê o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Pois não, Sr. Presidente.

Vou direto ao voto parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

“II - Voto

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestação sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302-B, de 1998.

Compete à União, conforme estatui a Constituição Federal em seu art. 22, inciso I, legislar privativamente sobre o direito do trabalho, e ao Congresso Nacional, conforme o art. 48 da Carta Magna, deliberar sobre a matéria.

Assim, após análise do Substitutivo em questão, declaro que estão obedecidas as normas constitucionais cujo exame cabe a esta Comissão, tanto pela competência legislativa da União (art. 22, inciso I) em tratar tais matérias, pelo respeito às atribuições do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 8º), quanto, por fim, pela legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61, *caput*).

No tocante à juridicidade, também me manifesto favoravelmente à matéria, pois respeita todos os parâmetros jurídicos e constitucionais relativos à regulamentação de atividade laboral, respeitando, ainda, as regras constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração,



redação, alteração e consolidação das leis. Ocorre que, levando em consideração os preceitos constitucionais, rejeito o § 2º do art. 19-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado, por estabelecer uma anistia a parte dos débitos, das penalidades e das multas impostas com base nas normas da legislação vigente e que não sejam compatíveis com a nova lei, pois afronta a competência exclusiva da União em tratar sobre renúncia fiscal de débitos tributários constituídos.

A matéria, na forma proposta por aquela Casa Legislativa, se mostra condizente com os princípios constitucionais do livre exercício de atividade econômica e interferência mínima do Estado no mercado.

Em virtude do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302-B, de 1998, exceto quanto ao § 2º do art. 19-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 041.3.55.O
Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

(PARECER A SER INSERIDO PELO SERAT)



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu quero fazer pergunta ao Relator e, como isso é parte do debate... Eu tenho dúvidas acerca da matéria e queria me dirigir ao Relator.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pedro Fernandes votou com o partido na votação anterior, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, eu tenho duas questões ao Relator.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Raimundo Gomes de Matos, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro.

Deputado Laercio Oliveira, converse com a Deputada Maria do Rosário e esclareça tudo o que ela quer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu ia passar à discussão, só que, regimentalmente, o PT entrou com um requerimento de adiamento da discussão, assinado pelo Líder Leo de Brito, com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos dos artigos 117, inciso X, e 177, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da discussão do PL 4.302/98 por 2 sessões.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor, tem a palavra a nobre Deputada...

O SR. GEORGE HILTON (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado George Hilton, na última votação, votou com o partido.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de defender o requerimento propriamente, eu lhe perguntaria se nós teremos oportunidade de retomar com o Relator, porque eu não gostaria que o Relator concluísse a apresentação do relatório sem responder as duas questões que formulei como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, já que se trata do Relator da CCJ proferindo o seu parecer em plenário.

Eu vejo que o Regimento...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da discussão, eu pedi a palavra como Líder. Estou inscrito como Líder.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu tenho uma pergunta ao Relator. Para defender as minhas ideias, eu preciso de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós vamos chegar a um acordo.

O Relator está disponível no plenário para conversar com V.Exas., a fim esclarecer tudo.

Enquanto o Relator conversa com V.Exas., o Líder Afonso Motta falará pela Liderança do PDT. S.Exa. dispõe regimentalmente de 5 minutos. *(Pausa.)*

O SR. NILTON CAPIXABA (Bloco/PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que votei de acordo com o partido.



Eu quero também registrar a presença de dois Vereadores de Cacoal: o Valdecir Goleiro e o Mão...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, na minha questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Questão de ordem. Certo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - ... quero saber se V.Exa. defere ou indefere a possibilidade de, como integrante de uma Comissão — no caso, a CCJ —, após ter ouvido o parecer apresentado pelo Relator em nome da CCJ, fazer perguntas ao Relator, para que ele possa esclarecer o parecer, porque nós depois votaremos este parecer.

Eu já vi, em outros momentos, que essa oportunidade houve em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu fazer melhor; eu vou colocá-lo à disposição de V.Exa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Mas eu não quero conversar com o Relator em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada, a matéria está encerrada, e ele está à disposição de V.Exa.

Deputado Laercio Oliveira, peço que V.Exa. converse com a Deputada Maria do Rosário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, nesta minha manifestação pela Liderança do PDT, me dirigir ao nosso brilhante colega Parlamentar Laercio Oliveira, com quem tenho compartilhado em diversas oportunidades questões importantes de interesse nacional. S.Exa., com todo o seu empenho, apresenta este relatório para discussão, e quero fazer da minha manifestação uma oportunidade de fazer os contrapontos necessários ao parecer por ele apresentado.

Quero registrar também a presença do meu companheiro Paulinho Heinz, que vem lá de Dois Irmãos, no interior do Rio Grande do Sul, e que assiste aos nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, eu queria manifestar a nossa contrariedade com relação ao substitutivo apresentado pelo Senado, a sua forma, a proposta de conteúdo que ele representa, exatamente porque ele faz o grande contraponto com a decisão que já havíamos adotado nesta Casa, no Parlamento brasileiro, aqui na Câmara Federal com relação à terceirização.

Portanto, não sou daqueles que contestam a possibilidade de regularmos uma atividade que realmente alcança um contingente importante de trabalhadores nacionais. Não é esse o ponto sobre o qual o PDT faz a sua sustentação no contraponto. O nosso ponto central, sem dúvida nenhuma, é o fato de que havíamos aprovado uma regulação nesta Casa que não alcançava a atividade-fim.

Ora, usar do argumento, agora, de que em outros países não se faz a distinção entre atividade-fim e atividade-meio no que diz respeito à terceirização é



realmente, neste momento em que essa matéria vem no contraponto da Comissão Especial designada pelo Presidente desta Casa para examinar a proposta do Governo Temer para a reforma trabalhista, trazer argumentos que sem dúvida nenhuma não têm uma sustentação maior e, sem dúvida nenhuma, contrariam aquilo que é a base, que é a essência.

Nós todos — eu acho que não há dúvida nesse sentido — queremos tratar das relações sociais. Não é apenas a CLT, mas o conjunto das relações sociais, que tem a CLT, que tem a legislação extravagante, que tem as várias decisões sumuladas pelos Tribunais que regulam as relações sociais.

Nesse conjunto, regular a terceirização da atividade-fim extrapola qualquer princípio de equilíbrio, porque nós temos, em todas essas matérias — na CLT, na legislação extravagante —, um fundamento, que é o da desigualdade das partes. É evidente que nós queremos a harmonia entre o capital e o trabalho — e o PDT defende essa harmonia —, mas não podemos desconhecer que aqui em cima está o empresariado, aqui em cima está o capital e aqui embaixo está o trabalhador. Por isso, há uma legislação protetiva, acima de tudo.

Ora, se o legislado estabelece que a regulação do trabalho temporário tem um prazo muito além do que seja razoável, no desafio que o Relator colocou, isso infringe um regulamento que protege o trabalhador, sim.

Permitir que a terceirização alcance todas as atividades de qualquer empreendimento agride a legislação que protege o trabalhador, sim, que reconhece que é necessária a harmonia, mas que é uma relação desequilibrada.



Ademais, para encerrar, Sr. Presidente, não há nenhuma garantia de que essa regulação vai trazer o emprego assolado pelo desemprego e pela crise econômica.



O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Nelson Marquezelli votou com o partido em todas as votações anteriores.

Muito obrigado.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Alberto Fraga também votou com o partido.

O SR. SERGIO ZVEITER (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Sergio Zveiter votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Alguém mais quer justificar?

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Fonseca votou com o partido.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Victor Mendes votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário, por 3 minutos, para falar favoravelmente ao requerimento do Líder Deputado Leo de Brito.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero sustentar que não devemos votar esta matéria nesta data. E não devemos votar esta matéria como está. A terceirização, na forma que está aqui tratada, representa a restrição de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras e a precarização das relações de trabalho.

Trata-se de instituir a contratação precária! A terceirização somente, não. A matéria, além de terceirizar as relações de trabalho, possibilita a quarteirização, as



contratações por empresas sucessivas, sem que elas se responsabilizem efetivamente pela dimensão social dos direitos trabalhistas.

A terceirização passará a ser indiscriminada, e a minha contestação ao Relator, colegas Parlamentares, é no sentido de que o parecer da CCJC não poderia ser pela constitucionalidade, porque há claras indicações de inconstitucionalidade na matéria, de acordo com o art. 7º, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece que as relações de emprego devam ser protegidas, e de acordo com o art. 170, também da Constituição Federal, que prevê que a ordem econômica seja fundada no interesse maior do desenvolvimento humano.

Sras. e Srs. Deputados, sabemos que esta matéria, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que fosse retirada de tramitação no primeiro ano do seu Governo, continuou dormitando nas gavetas desta Câmara, como uma espada contra nós, trabalhadores e trabalhadoras — e eu me incluo como professora, porque vejo agora a possibilidade de abertura de se terceirizar o professor na escola, de terceirizarem as pessoas que atuam na segurança pública. Ora, é um absurdo estar incluso nesta matéria o próprio serviço público essencial, de forma indiscriminada.

Eu ocupo esses 20 segundos finais para dizer que eu buscava fazer uma questão de ordem anteriormente ao Deputado Manato para questionar o Relator na tribuna.

A assessoria do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, esclareceu-me que o art. 176 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados guarda razão ao Deputado Manato, quando diz que o Relator não poderá ser interrompido e não responderá da tribuna quando apresentar um parecer oral.



No entanto, o que eu buscava era debater a matéria. E o que eu digo ao Deputado Manato, diante do aceite do seu encaminhamento, ainda que neste momento eu esteja inscrita para tratar da retirada da proposição por duas sessões, é que farei um recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania não no sentido de contestar a sua decisão, mas no sentido de buscar uma melhor compreensão, já que, em outros momentos, vi os Deputados Esperidião Amin, Laura Carneiro e vários eminentes Relatores abertos ao diálogo neste momento importante.

Nesse sentido, apenas, eu recorrerei da decisão, mas registrando que V.Exa., na matéria anterior, tinha a observação correta do Regimento Interno. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Fique à vontade, Deputada.

Para falar contra, concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, por 3 minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou começar dizendo por que devemos votar esse projeto e fazendo uma pergunta aos Deputados que estão querendo adiar a votação, inclusive àqueles do Partido dos Trabalhadores.

Nós precisamos aprovar o projeto, até para legalizar o contrato de terceirização gigantesco feito pelo Governo do PT da Bahia nos hospitais.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados: dentro de um hospital, o serviço de radiologia é ou não uma atividade-fim? Pois o Governador da Bahia, do PT, o Sr. Rui Costa, contratou uma empresa para fazer todos os exames de radiologia dos serviços hospitalares daquele Estado. Com a aprovação deste projeto, a sua contratação sai da ilegalidade.



Vamos aprovar este projeto, até para ajudar o PT.

Isto está sendo votado, Líder Darcísio Perondi, porque o nosso Tribunal Superior do Trabalho cometeu um grande erro ao inventar essa história de atividade-meio e de atividade-fim. Ora, na construção civil — eu vou repetir —, quem consegue fazer um prédio sem contratar várias empresas especializadas?

Eu derrubo a tese de que a terceirização não especializa. No caso do Governo da Bahia, eles contrataram uma empresa especializada em radiologia. Quando se faz um prédio, contrata-se primeiro uma empresa especializada em topografia; outra especializada em arquitetura; uma terceira especializada em cálculo estrutural; e outra em instalações. Depois, outra que irá fazer a fundação. Todas especializadas. É uma montagem!

O que nós estamos fazendo é adaptar o Brasil, travado não pela lei, mas pela para interpretação equivocada do Superior Tribunal Superior do Trabalho, para que o País possa ser competitivo.

Recebi hoje do setor de confecções um apelo muito forte para que nós aproveamos isto. Será que bordar uma roupa é uma atividade-fim da própria confecção da roupa? É claro que sim, e é claro que se tem que contratar um especialista para bordar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito, para falar a favor do requerimento.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho aqui me manifestar favoravelmente a este adiamento de discussão por duas sessões porque, em primeiro lugar, este projeto



não era nem para estar aqui sendo votado, e não só pelos problemas que o processo de terceirização traz aos trabalhadores e às trabalhadoras. É a precarização. *(Palmas nas galerias.)* O maior número de acidentes de trabalho consta dos processos de terceirização, assim como o maior número de situações análogas à de escravos detectadas pelo Ministério do Trabalho, pela fiscalização.

O Governo brasileiro agora está retirando a lista. O Brasil está passando vergonha na OIT. Por onde nós passamos, as pessoas perguntam: “*O que esse Presidente da República, o Michel Temer, tem contra o trabalhador?*” Isso é por conta da reforma da Previdência, da reforma trabalhista e agora da terceirização e é um tapa na cara dos Deputados que estiveram aqui em 2015 e que votaram o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que agora está no Senado Federal sendo relatado pelo Senador Paulo Paim, sendo discutido no País todo com as centrais, com a classe trabalhadora, com os empresários. Aí é resgatado um cadáver de 1998, este Projeto de Lei nº 4.302, que é muito pior do que o PL 4.330/04.

Este projeto, na forma como foi apresentado aqui pelo Relator Laercio Oliveira, cuja seriedade nós reconhecemos, contém lacunas que vão permitir a terceirização de atividade-meio e de atividade-fim inclusive no setor público, podendo prejudicar sensivelmente a possibilidade de realização de concursos públicos e contratação de serviços públicos.

Este projeto, na forma como está sendo apresentado, prevê a responsabilidade tão somente subsidiária, quando nós sabemos que as empresas de terceirização são aquelas que mais prejudicam os trabalhadores, que mais dão cano, como se diz popularmente, nos trabalhadores... *(Palmas.)*

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Governo?

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo Bloco PP/PTN/PHS, peço a permissão de todos os Líderes para orientar toda a base do Governo a votar “não”.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não” para a base toda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT?

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

O que se está discutindo aqui é uma proposta que praticamente universaliza o boia-fria, rasga os direitos trabalhistas, acaba com o Ministério do Trabalho, faz, repito, com que o trabalhador brasileiro se torne um verdadeiro boia-fria.

Por isso, o PT vota “sim”, em defesa do trabalhador do setor público e do setor privado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT, Deputado Afonso Motta?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT tem insistido no bom debate, tem contribuído com argumentos, tem respeitado a dicotomia no sentido de que a discussão da regulação não é ser a favor ou contra, porque a regulação é um ponto importante. Nossa visão é



exatamente de inclusão — que é desprezada por muitos, da atividade-fim —, que achamos essencial. Isso acaba com as relações sociais no ambiente empresarial.

No fundo, estamos tendo aqui o desafio de contribuir para o debate. Sabemos e conhecemos a posição majoritária, mas é nossa responsabilidade — da Oposição, da Minoria — trazer este debate, porque realmente esta proposta, na forma do substitutivo, atende ao mínimo as relações sociais.

Por isso, o PDT vai...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para orientar pelo PCdoB...

O SR. SERGIO ZVEITER - Sr. Presidente, quem orientou pelo PMDB, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Foi o Bloco.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Sabino Castelo Branco votou com o partido.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai votar “sim”, pelo requerimento.

Sr. Presidente, este projeto que está colocado aqui atropela não só a legislação já votada nesta Casa, mas também a própria discussão da reforma trabalhista encaminhada pelo Governo. Há uma Comissão Especial discutindo a reforma trabalhista.

Este projeto vem realmente pelo alambrado, vem realmente pelas escuras, Sr. Presidente. Desengavetam uma proposta da era de Fernando Henrique, que mais retirou direitos dos trabalhadores. Mais uma vez, querem impor aos trabalhadores um retrocesso do ponto de vista dos seus direitos.



Só quem não conhece a realidade dos terceirizados pode achar que a liberação indiscriminada da terceirização...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sr. Presidente, conforme as orientações anteriores, nós queremos orientar o voto “sim”, por entendermos que esta matéria é de 1998, foi ao Senado, retornou em 2002, e nós aprovamos, em 2015, o Projeto de Lei nº 4.302, de 2004.

Então, nós entendemos que deveremos sim ter mais tempo para discutir as diferenças entre os dois projetos. Esta Casa já fez sua tarefa quando deliberou sobre o PL 4.330/04. *(Palmas.)*

E nós temos aí tramitando a reforma trabalhista, que com certeza também trará parte deste tema.

Então, vemos necessidade de deliberar neste momento sobre este projeto de forma, até posso dizer, açodada, uma vez que já votamos o PL 4.330/04, repito, em 2015. Foram os Parlamentares, foi o coletivo desta Casa que votou.

Portanto, o PPS orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL, nobre Líder Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota favoravelmente ao adiamento desta discussão *(palmas)*, porque, em primeiro lugar, ela tem uma origem nefasta: o Governo que quer generalizar a terceirização e a



quarteirização é o Governo que tem o número recorde de Ministros investigados por corrupção nesta República, é um Governo inimigo dos direitos do trabalho, é um Governo lacaio do grande capital, é um Governo que quer passar um projeto que agora veio do Senado, e conseguiu piorar o da Câmara, inclusive ampliando o prazo para contratação temporária, criando a chamada “pejotização”, atacando mais uma vez inclusive o trabalhador rural.

O nosso voto, inequivocamente, é por não votar este projeto atentatório aos direitos humanos do trabalhador.

O SR. ALBERTO FRAGA - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim”. Somos totalmente contra a terceirização. *(Palmas nas galerias.)*

Nós pegamos inclusive levantamentos de Minas Gerais. Aqui em Brasília é uma realidade o grande número de empresas terceirizadas que são criadas para quebrar, e depois fecham e não pagam os direitos dos trabalhadores. Esse é um exemplo inclusive da própria Câmara dos Deputados. É também uma realidade no País inteiro a precarização do trabalho. Não tem como comparar o número de mortes de servidores terceirizados. Realmente é um número muito grande.

Nós vivenciamos esses problemas no dia a dia. Por isso votamos “sim” e deixamos também claro o nosso posicionamento com relação à reforma da Previdência: somos totalmente contra a reforma da Previdência. *(Palmas nas galerias.)*



Vamos votar “não”, a favor dos trabalhadores, das mulheres, dos trabalhadores rurais, dos aposentados, em defesa da população brasileira, contra a reforma da Previdência e contra a terceirização.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar...

O SR. LEO DE BRITO - Presidente... Presidente... Presidente ...

O SR. HENRIQUE FONTANA - A Minoria, Presidente. Orientação para a Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária...

O SR. HILDO ROCHA - Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A sessão acabou, falta 1 minuto.

O SR. HILDO ROCHA - Ah, acabou...



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é a primeira vez que venho a esta tribuna para falar sobre a grande importância dos recursos hídricos. Aproveito o transcurso do Dia Mundial da Água, comemorado hoje, 22 de março, para aqui expor minha preocupação.

O Dia Mundial da Água, celebrado neste 22 de março, marca discussões sobre o uso e a disponibilidade de recursos hídricos em todo o mundo. Este ano, o tema que guia os debates é a coleta, o tratamento e o reuso de águas residuais, ou seja, da água descartada pela indústria, pelo comércio, pelas residências e pela agropecuária.

A Organização das Nações Unidas — ONU desperta a atenção de todos para o desperdício de água, isto é, as águas residuais restantes do uso humano que se tornam impróprias para o consumo. A preocupação, Sr. Presidente, é que, até 2030, poderá faltar água para todos. É importante grandes esforços para evitar esse triste acontecimento.

Águas residuais restantes da utilização pelo homem podem ser reaproveitadas em atividades que não precisam de água potável, como sistemas de aquecimento e resfriamento.

A situação é grave, Sr. Presidente, e requer uma urgente mudança de postura por parte de Governos e sociedades, com o intuito de melhor aproveitar a água disponível para o consumo humano.

Cada pessoa pode fazer sua parte para evitar o desperdício de recursos hídricos, como coletar água da chuva para atividades domésticas, de irrigação ou



lavagem de veículos.

A Agência Nacional de Águas — ANA destaca que, diante da escassez hídrica verificada em muitas regiões, antes mesmo de se pensar em reuso, deve-se dar preferência a equipamentos e processos que utilizem menor volume de água e que gerem o menor volume possível de águas residuais.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.



O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, solicito transcrição nos Anais de pronunciamento que preparei por ocasião dos 95 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil — PCdoB.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente do Partido Comunista do Brasil e demais membros desta Mesa, meu cumprimentos.

Dirijo neste momento uma saudação especial ao Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino.

Também saúdo, especialmente, as mulheres brasileiras, na pessoa da Deputada Alice Portugal e da Senadora Vanessa Grazziotin, Líderes do PCdoB nas Casas do Congresso Nacional, mulheres que constroem na luta diária, com coragem, a igualdade de direitos; mulheres que estão a construir não só um novo Brasil, mas também um novo mundo.

Colegas Parlamentares, membros partidários, minhas senhoras, meus senhores, esta é uma breve manifestação acerca dos 95 anos do PCdoB, mas, também, uma manifestação a todos os comunistas brasileiros.

Os comunistas iniciaram a luta pela igualdade social e de oportunidades para todos, no Brasil, no longínquo ano de 1922, na cidade de Niterói. Ao longo desses anos todos, os comunistas construíram sua história de participação na vida política do País, sempre em defesa das liberdades públicas, contra o autoritarismo, e muitos pagaram com a vida a defesa das suas ideias. Homenageando todos aqueles que ao longo desses anos, com altruísmo e idealismo, escreveram a história do Brasil e



dos brasileiros, homenageio-os na pessoa de João Amazonas.

Do PCdoB pode-se discordar, jamais duvidar. O PCdoB quer um Brasil socialista, um País democrático, soberano, plural, multicultural, onde prevaleça a tolerância e a divergência e onde o outro seja visto como um parceiro, e não como um adversário na luta por dias melhores.

O PCdoB tem lutado por educação, trabalho, saúde, moradia para todos os brasileiros, e não só para a classe dominante, excludente, preconceituosa, que continua a se imaginar ainda como nos tempos da Casa Grande e da Senzala.

O PCdoB, à frente de forças políticas e sociais, busca a construção de políticas públicas que redundem num projeto de mudanças, com crescimento da economia, afirmação da soberania nacional, valorização do trabalho e distribuição da renda, o que acredita ser possível pela via democrática.

A unidade das forças progressistas é o melhor caminho para o enfrentamento de correntes neoliberais e conservadoras contrárias ao desenvolvimento de um projeto nacional de desenvolvimento. Essa unidade é a que dá nova e maior dimensão à atuação política e constitui-se num importante instrumento para acumulação de forças nos movimentos sindical, estudantil e popular. É preciso, pois, escutar as vozes das ruas, com especial atenção para as dos trabalhadores, de forte convicção mudancista, mas também com a preservação das liberdades democráticas e dos direitos adquiridos ao longo de décadas de lutas políticas e sociais.

Senhoras e senhores, estou honrado e feliz por ter a oportunidade de comparecer a este evento que marca os 95 anos do PCdoB, partido que tenho certeza haverá de contribuir para uma nova sociedade crítica, democrática, criativa e



participativa.

Cumprimento todos os integrantes do partido, dos filiados aos dirigentes, e afirmo que por minhas origens e minhas convicções estarei sempre pronto a marchar com o partido nas causas que forem do interesse do nosso País.

Muito obrigado e viva o Brasil!



O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada 21 de março, o planeta celebra o Dia Internacional da Síndrome de Down. E a cada ano, felizmente, novas informações, posturas e valores são agregados ao que se sabe do assunto.

O principal traço da síndrome — o terceiro cromossomo do 21º par — há muito deixou de ser fantasma a assombrar familiares, amigos, cuidadores e a própria ciência, passando a ser compreendido como condição genética que implica características próprias, mas que nem de longe pode ser classificada como doença.

As limitações fisiológicas inerentes — algumas delas corrigidas cada vez mais cedo, como as cardiológicas e auditivas — não impedem o aprendizado compatível com a idade, desde que haja o devido acompanhamento e estímulo.

Na verdade, as pessoas Down partilham, com o restante da população, muito mais semelhanças do que se afastam pelas diferenças. É de registrar que os índices de saúde delas vêm se aperfeiçoando ao longo do tempo. Enquanto em 1910 a expectativa de vida era de no máximo 9 anos, hoje ultrapassa os 55 anos.

São de destacar os níveis de sociabilidade que alcançam, são muito afetuosas e eufóricas, plenamente capazes de desenvolver relacionamentos sólidos. E mais recentemente têm alcançado crescente destaque na sociedade em razão da conquista de formação educacional e de êxito profissional antes impensados.

O ingresso em universidades e a assunção a postos de secretários, professores e mesmo empreendedores constituem mais que motivos de comemoração. Veja-se o exemplo de quatro jovens Down, da Argentina, que fundaram a empresa Los Perejiles Eventos, responsáveis não apenas por preparar, mas também servir empanadas e *pizzas* em festas.



Como se vê, Sras. e Srs. Deputados, por essa e outras iniciativas, todos podemos e devemos enxergar as pessoas Down como indivíduos que contribuem com todo o grupo social. Eles mostram que é possível vencer limitações e alcançar os objetivos propostos, com trabalho, dedicação e foco.

Nesse contexto, não poderíamos deixar de mencionar o papel fundamental que a família, a escola e a igreja desempenham no crescimento intelectual e emocional de seus membros Down. A inclusão deles em atividades gregárias, respeitando os limites e estimulando potencialidades, é de ímpar relevância para o pleno desenvolvimento de dons e habilidades.

É importantíssimo, também, que os governos se associem a esse mister. Já existem muitas iniciativas de inclusão, mas políticas públicas verdadeiramente integradas seriam muito bem-vindas, de modo a prover tanto a pessoa Down quanto o círculo social por ela envolvido com ações coordenadas em saúde, educação, justiça, habitação, trabalho e segurança.

No ano de 2015, trabalhamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, que criou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Na oportunidade, convidamos diversos especialistas, assim como representantes da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a fim de ouvirmos e acolhermos suas sugestões.

Como Relator da matéria na Comissão Especial, durante a Legislatura 2006/2010, nossas sugestões foram acolhidas no texto-base lido pela Relatora de Plenário, a Deputada Mara Gabrilli, do PSDB de São Paulo.

Precisamos combater o preconceito, que se mantém principalmente pela falta



de informação, pelo desconhecimento da capacidade do indivíduo Down, pela carência de ambientes mais propícios à aceitação das diferenças.

É tempo de fazer uso das novas tecnologias para disseminar dados, experiências, pesquisas e, sobretudo, realizações das pessoas com síndrome de Down que revelem a conquista de autonomia e da própria subsistência, a par do êxito profissional e pessoal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é da mais alta relevância a celebração do Dia Internacional da Síndrome de Down. Nossos cumprimentos a todos os que têm nessa temática o seu cotidiano, tão rico e com tanto a nos ensinar.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o processo legislativo tem um ritmo próprio. Por mais que às vezes cause impaciência, esse ritmo é indispensável, para que todas as proposições sejam alvo de exame cuidadoso. As más ideias precisam ser descartadas; e as boas ideias devem ser lapidadas com esmero.

Por isso, é uma enorme satisfação quando, após muito esforço, entregamos aos cidadãos o resultado de um bom trabalho. Foi isso que aconteceu no dia 7 de março, quando a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 2.020, de 2007, de autoria da ilustre colega Deputada Elcione Barbalho. Tive a honra de ser a Relatora da matéria no Plenário, em nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto de Lei nº 2.020, de 2007, define regras de prevenção e combate a desastres em espaços com reunião de público, tais como casas noturnas. A preocupação da Deputada quanto à segurança desses estabelecimentos viria a se revelar justificadíssima. Em janeiro de 2013, todos os brasileiros ficamos chocados diante da tragédia da boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, quando mais de 240 pessoas morreram num incêndio.

As vítimas eram jovens. Eram rapazes e moças que tinham a vida toda pela frente, que tinham sonhos, que tinham namorados ou namoradas, amigos, família. E de repente eles foram tirados para sempre do convívio de seus entes queridos, de uma maneira inacreditavelmente cruel.

Foi um momento de luto para todo o Brasil. E esta Câmara dos Deputados reagiu ao fato da maneira adequada, investigando os fatores que levaram à tragédia, para evitar que ela se repita. O assunto foi estudado por uma Comissão Externa, de que foi membro a própria Deputada Elcione Barbalho.



A atenção ao caso da boate Kiss foi fundamental, por exemplo, para que se adicionasse ao texto a proibição das comandas. Esse modo de controle do consumo dos clientes, que posterga para o momento da saída o pagamento dos produtos adquiridos, pode ser um grande problema quando ocorre um incêndio, um tumulto ou outra situação de evacuação. Em Santa Maria, os seguranças da boate Kiss não estavam a par do fogo que começava a se alastrar dentro da boate, e tentaram impedir a saída de clientes que não tivessem pago a comanda. Isso mostra como o sistema de comandas não leva em conta as emergências, e precisa ser abandonado.

Com essas e outras mudanças, o Projeto de Lei nº 2.020 foi aperfeiçoado e aprovado pela Câmara ainda em 2014. Após revisão no Senado, ele voltou à Câmara e agora foi enfim aprovado em definitivo e enviado à sanção do Presidente Michel Temer.

A nova norma combina a coragem de inovar com a atenção às particularidades de cada Município. Diante do fato de que apenas 14% deles têm infraestrutura de Corpo de Bombeiros, é reconhecido à própria Prefeitura o poder de fiscalização.

Por outro lado, o prefeito pode responder por improbidade administrativa se não for realizada a vistoria anual nas boates e estabelecimentos similares, ou se não for decretada a interdição imediata daqueles em que se constatarem condições de alto risco.

Os donos ou gerentes das casas noturnas poderão responder criminalmente se permitirem o ingresso em seus estabelecimentos de pessoas em número maior que a lotação máxima permitida.



Não pretendo rememorar aqui todos os pontos do projeto. Mas quero deixar registrada a minha alegria de ter participado, como Relatora, de sua aprovação. Ele é uma resposta que o Parlamento dá à sociedade.

Aguardamos com ansiedade a sanção do Presidente Temer, certa de que o projeto contribuirá para que nunca mais ocorra uma tragédia como a daquele triste janeiro de 2013.

Muito obrigada.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a este plenário para tratar de um assunto que muito tem nos angustiando: a escassez de água em nosso planeta.

Hoje, dia 22 do corrente mês, celebramos o Dia Mundial da Água sem termos muito a comemorar. Apesar de nosso planeta ser repleto de água, estima-se que apenas 0,77% dela esteja disponível para o consumo humano em lagos, rios e reservatórios subterrâneos.

A água, Sr. Presidente, possui um enorme valor econômico, ambiental e social, pois é fundamental à sobrevivência do homem e dos ecossistemas do planeta. Ela é um recurso essencial para a sobrevivência de todos os seres vivos.

Esse precioso líquido atua na hidratação de nosso corpo, ajuda no transporte de substâncias, funciona como solvente, regula nossa temperatura, participa de reações químicas, entre várias outras funções vitais.

Estamos atravessando uma crise hídrica sem precedentes no País. A água é um recurso cada vez mais escasso em nosso planeta. É indispensável que tomemos atitudes que objetivem o uso racional da água, sob pena de ficarmos sem tão precioso bem em um curto lapso de tempo.

Apesar de parecer abundante, a água não está distribuída igualmente e, em consequência disso, existem locais onde esse recurso é considerado bastante raro. Em razão de sua distribuição desigual, o planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso.

Além da escassez hídrica em algumas regiões, enfrentamos ainda o problema da baixa qualidade. A poluição causada pelas atividades humanas faz com que a



água às vezes esteja disponível, porém não esteja própria para o consumo. Estima-se que 20% da população mundial não tenha acesso a água limpa e, segundo a UNICEF, cerca de 1400 crianças menores de 5 anos de idade morrem todos os dias em decorrência da falta de água potável, saneamento básico e higiene.

Sr. Presidente, por meio de resolução, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou, em julho de 2010, que água limpa e saneamento básico são direitos humanos, tornando-os garantidos por lei.

Isso posto, Sr. Presidente, informo à V.Exa. e aos nobres pares que estarei apresentando nesta Casa projeto de lei que institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações. O projeto visa instituir medidas que introduzam a conservação, o uso racional, a utilização de fontes alternativas para captação de água e seu reuso nas edificações em todo território nacional, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da preservação da água.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais presentes, precisamos enxergar a utilização da água de forma coerente. É necessário vislumbrar que o emprego desmedido desse recurso acarretará prejuízos imensuráveis para as gerações futuras. O reuso da água é uma excelente alternativa para a proteção desse elemento natural que é de suma importância para nossa subsistência.

Em muitas tarefas do nosso dia a dia não se impõe a pureza da água. Para a geração de energia, refrigeração de equipamentos, lavagem de carros, combate a incêndios, limpeza de ruas e irrigação de jardins não se faz necessária a utilização de água potável. Sendo assim, a água de reuso faz com que uma grande



quantidade de água potável seja economizada, ajudando, portanto, no problema de abastecimento.

É esse tipo de raciocínio que precisamos incorporar a partir de agora. Se não cuidarmos da água que temos, certamente ela acabará!

Para concluir, Sr. Presidente, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do citado projeto de lei quando de sua apresentação. para começarmos a resolver o gravíssimo problema de escassez de água em nosso País.

O uso racional da água e sua preservação são fundamentais para garantir qualidade de vida para a nossa geração e para as gerações futuras.

Faça uso consciente da água!

Muito obrigado.



O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, ou que me ouvem, leem e me veem pela *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, Internet, redes sociais e, inclusive, Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, os quais tenho o orgulho de aqui representar. Uso hoje esta tribuna, como médico e como Deputado Federal, para falar sobre o Prof. Wemerson da Silva Nogueira, 26 anos, de Nova Venécia, no Espírito Santo, que ficou entre os dez finalistas na edição 2017 do Global Teacher Prize, considerado o maior prêmio que um educador pode ganhar no mundo.

Professor de Ciências na Escola Estadual Antonio dos Santos Neves, em Boa Esperança, no Estado do Espírito Santo, Nogueira foi indicado ao prêmio por desenvolver com seus alunos o projeto Filtrando as Lágrimas do Rio Doce. Nele, estudantes aprenderam a criar filtros com materiais recicláveis, areia e pedras para limpar as águas sujas do Rio Doce, que foi contaminado com rejeitos de mineração após o rompimento de uma barragem da Samarco em Mariana, que causou um desastre ambiental.

Esse capixaba, nobres Parlamentares, saiu do interior do Estado para se transformar em referência mundial — e pouco importa, neste contexto, que ele não tenha recebido o título de melhor professor do mundo (quem levou a premiação foi a Profa. Maggie MacDonnell, do Canadá, que dá aulas em comunidades indígenas de locais remotos e de difícil acesso no país). Wemerson já colocou a educação brasileira em destaque positivo no mundo, algo muito raro e improvável.

E na educação deste nosso País há muitos professores como Wemerson,



peessoas que têm prazer em ensinar e despertam em seus alunos o prazer em aprender. São profissionais que colocam os estudantes no centro e pesquisam profundamente novas formas de construir conhecimento junto com seus alunos. São pessoas que olham para um problema e não são paralisados por ele. São pessoas que buscam soluções. Elas sabem que há muitas coisas que independem delas, como salário e infraestrutura. Mas elas também sabem que há muitos, inúmeros fatores que estão, sim, ao alcance delas.

Hoje, venho a esta tribuna prestar minha homenagem a todos os professores brasileiros que têm driblado as dificuldades e dado exemplo, assim como Wemerson. E venho também ressaltar que essa conquista não pode ocultar nossos problemas nem servir para pintar de cores alegres um cenário que, em muitas escolas, é desolador. Para alcançar a qualidade na educação é necessário investimento, e em uma quantidade bem maior que a atual. Não há país que se desenvolva educacionalmente sem seguir essa receita. Compreendendo-a, a premiação, hoje rara e improvável, poderá ser apenas a primeira de muitas outras. Parabéns, Wemerson! Parabéns, professores guerreiros brasileiros! E que muitos outros discursos de reconhecimento profissional como este possam ser lidos nesse plenário.

Muito obrigado.



O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PHS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil novamente se vê refém de uma doença transmitida por um mosquito. A febre amarela, que dava a impressão de ter sumido do mapa, voltou com grande força e alta mortalidade, acometendo especialmente o Estado de Minas Gerais, o Estado do Espírito Santo e os Estados próximos.

A febre amarela é uma doença infecciosa febril aguda, provocada por um vírus, que pode matar se não tratada rapidamente. Não há tratamento que destrua este vírus, que é transmitido pela picada de mosquitos, incluindo o *Aedes aegypti*. O tratamento envolve tratar os sintomas e os efeitos da doença no corpo.

A infecção pelo vírus da febre amarela é disseminada mais frequentemente em áreas silvestres, já que o macaco é o principal hospedeiro. O mosquito suga o sangue do macaco doente e pode transmitir o vírus posteriormente, ao picar um humano. Mesmo com o tratamento, a mortalidade é mais alta do que em doenças como a dengue e a zika.

O que me gera tristeza, Sras. e Srs. Deputados, é que esta doença é de fácil prevenção, simplesmente com o uso da vacina. A imunização contra febre amarela está no calendário vacinal há vários anos, mas mesmo assim temos milhões de brasileiros desprotegidos.

A vacina é segura e só é contraindicada em raros casos. Estava amplamente disponível na rede pública de saúde, mas isso não impediu o ressurgimento da doença.

Em dezembro de 2016, começaram a aparecer repetidos casos de febre amarela no interior de Minas Gerais. Desde então, houve aumento progressivo do



número de pessoas acometidas, além do número de mortes pela doença. Rapidamente as notificações de casos começaram a se espalhar por Minas, Espírito Santo, Bahia, São Paulo, entre outros Estados.

Segundo informe do Ministério da Saúde, até 21 de fevereiro de 2017 já foram notificados mais de 1.300 casos suspeitos. Mais de 290 casos de febre amarela já foram confirmados, com mais de 90 óbitos desde o início do surto.

Portanto, nobres colegas, fica evidente a alta mortalidade desta doença e o grande risco que o Brasil está correndo. Já é o maior surto de febre amarela no nosso País, desde que os dados passaram a ser divulgados, em 1980.

No meu querido Espírito Santo, por exemplo, já há mais de trinta casos confirmados, além de mais de duzentas notificações.

Foram enviadas para o Estado mais de três milhões de doses da vacina, um quantitativo expressivo, porém o que se tem observado são filas enormes e falta de doses nas unidades de saúde. É necessário um esforço conjunto do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado para adequação de sua capacidade de atendimento neste momento de crise.

Além da vacinação, o Espírito Santo intensificou o combate ao mosquito *Aedes*. Foram implantadas armadilhas para detecção dos locais com maior quantidade de vetores, o que servirá para um melhor direcionamento de recursos.

Outra iniciativa que está em andamento é a participação do Exército nas ações de controle do mosquito, com o objetivo de atingirem uma área mais ampla, em menor tempo.

Por enquanto, neste surto, só foram descritos casos de febre amarela nas áreas silvestres, aquela adquirida nos locais habituais de vida dos macacos.



Entretanto, há risco real de aparecimento nas cidades, onde o mosquito *Aedes aegypti* é muito prevalente. Isso levaria a uma explosão de novos casos.

A situação é alarmante, mas pode ser controlada, com a devida atuação do poder público e com a colaboração do povo brasileiro. Além de procurar as unidades de vacinação, é importante que a população atue no combate ao mosquito. Sem mosquito, não há mais febre amarela, nem dengue e zika, entre outras doenças.

Muito obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 041.3.55.O
Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 041.3.55.O
Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando segunda Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 22 de março, às 15h41min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 4.302, de 1998. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 041.3.55.O

Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)